

LAUDEMIR LUIZ ZART

DESENCANTO NA NOVA TERRA:
ASSENTAMENTO NO MUNÍCIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT
NA DÉCADA DE 80.

*Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política na Universidade
Federal de Santa Catarina.*

*Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura Maria Goulart
Duarte.*

FLORIANÓPOLIS

1998.

LAUDEMIR LUIZ ZART

DESENCANTO NA NOVA TERRA:
ASSENTAMENTO NO MUNÍCIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT
NA DÉCADA DE 80.

*Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política na Universidade
Federal de Santa Catarina.*

*Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura Maria Goulart
Duarte.*

FLORIANÓPOLIS

1998.

DESENCANTO NA NOVA TERRA:
ASSENTAMENTO NO MUNÍCIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT
NA DÉCADA DE 80.

POR

LAUDEMIR LUIZ ZART

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Laura Maria Goulart Duarte.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof.^a Dr.^a Laura Maria Goulart Duarte (Presidente).

Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis.

Prof.^a Dr.^a Maria Ignez Silveira Paulilo.

Prof.^a Dr.^a Julia Silvia Guivant. (Suplente).

FLORIANÓPOLIS,
1998.

A VITÓRIA DO TRIGO.

*“Não precisa ser herói
para lutar pela terra,
porque quando a fome dói,
qualquer homem entra em guerra.*

*É preciso ter cuidado
para evitar esta luta,
pois cada pai é soldado,
quando é o pão que se disputa.*

*Se somos todos irmãos;
se somos todos amigos,
basta um pedaço de chão,
para a vitória do trigo.*

*Basta um pedaço de terra,
para semente ser pão,
enquanto a fome faz guerra,
a paz espera o chão.*

*As planícies que se somem,
desde o horizonte ao rio,
e a vida morre de fome
com tanto campo vazio.*

*Ao longo destas porteiras
de sesmarias sitiadas
a ambição ergue trincheiras
contra o sonho das enxadas.”*

*Vaine Darde
Dante Ramon Ledesma.*

AGRADECIMENTOS.

Ao principiar o mestrado, coloquei-me frente a um caminho que deveria ser percorrido passo a passo. Caminho este que teve sonhos e pesadelos, alegrias e tristezas, vitórias e frustrações. Teve momentos em que tudo parecia evidente; outros em que a luz da mente se obscurecia frente aos novos conceitos e às novas teorias. Estes momentos eram especiais. Primeiro porque derrubaram velhos conceitos e verdades que pareciam óbvias e consolidadas. Segundo porque me colocaram frente ao novo e ao estranho que necessitava de respostas e que precisava ser problematizado.

O caminho que se caminha é sempre um querer, dentro do qual nos obrigamos a corresponder às exigências pessoais e institucionais. O tempo da instituição nem sempre corresponde ao tempo do amadurecimento do estudante. Quantas leituras não se gostariam de ter a mais? E sobre aquela teoria ou sobre aquele conceito que não se sabe discutir com profundidade e coerência? Quantos estudantes não passam por estas ansiedades?

Nunca fazemos, no entanto algo sozinho. Uma monografia, por mais superficial que possa ser, é sempre resultante de um conjunto de elementos que influem. Há pessoas que talvez sequer imaginam como foram importantes. Há aquelas que não fizeram nada mais do que uma pergunta. Mas o que vale mais do que uma questão bem elaborada? Mesmo que seja aquela que pressiona: quando você vai defender a sua dissertação? Mas há também os que põem em dúvida o problema, a metodologia, o quadro teórico, a referência bibliográfica, e até a relevância do objeto escolhido.

Dentre estes estão os professores, os colegas, os amigos, os funcionários das instituições. Estendo minhas considerações especiais aos professores do Programa de Mestrado em Sociologia Política da UFSC, às funcionárias da secretaria e aos colegas com os quais compartilhei momentos ímpares de aprendizagem. Indico minhas considerações à Universidade do Estado de Mato Grosso, pelo incentivo e pela oportunidade de executar um sonho particular e corresponder à uma necessidade institucional. À CAPES pela Bolsa de Iniciação Científica, que me proporcionou meios para a pesquisa, que envolveu caminhos longos entre o Mato Grosso, Brasília, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Tenho uma parada especial para reconhecer o auxílio, a atenção e a luz da minha orientadora Prof.^a Dr.^a Laura Maria Goulart Duarte.

Uma atenção glorificante aos agricultores sem terra que não esperaram a história acontecer, mas que fizeram da beira da estrada o baluarte da construção e do registro da sua história.

Um sentimento de gratidão e de saudade, registro in memoriam, aos meus pais Urbano e Lucila Maria Zart, na certeza que a força espiritual nos guia. Um manifesto de carinho aos irmãos: Ademir, Rejane, Otamir e Janete pelos anos de vida compartilhada. À Marisa, Marcos, Fábio e Franchesco - sobrinhos e ao LUAN FELIPE, meu filho que está por nascer, que ainda possam sonhar.

E agora para alguém que me conheceu e que decidiu ficar ao meu lado na ansiedade e na angústia de quem deve terminar uma monografia. Pelo carinho, pela atenção, pela cobrança, pelo incentivo. À você Lóriège, pelo muito em tão pouco tempo, pelo seu amor, a minha gratidão.

SUMÁRIO.

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - AS ESTRUTURAS E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A INTER- RELAÇÃO DE DOIS CAMPOS.	20
1- O Campo das Representações Sociais e das Estruturas Sociais.....	20
1.2. - O Campo da Ação: a inter-dependência entre as Representações Sociais e Estruturas de Poder.....	33
CAPÍTULO II - ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICO MOTIVADORA DO PROCESSO COLONIZATÓRIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	48
2.1. - Alguns Perfis da Geopolítica Brasileira.....	48
2.2. - Modelo Político-Econômico do Estado-militar Brasileiro.....	63
2.3. - A Modernização da Agricultura Brasileira como Processo de Exclusão Social.....	80
2.4. - A Formação da Mobilidade das Populações: O Processo Migração-Colonização no Campo Brasileiro.....	91
2.5. - A Presença Indesejada do Corpo do Excluído.....	100
CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO SOCIAL: A UTOPIA E O REAL	107
3.1. - Identificação do Espaço Empírico - A Gleba Rio Verde.....	107
3.2. - A Contradição entre Possuir a Terra e as Condições de Produzir.....	131
3.3. - A Reconstrução da Vida Social: onde será a igreja e quem será meu vizinho.....	143
CAPÍTULO IV - O SONHO DA TERRA VIROU PESADELO	150
4.1. - Da Utopia à Desilusão nas Novas Terras.....	150
4.2. - A Violência como Instituinte do Espaço Social.....	156
4.3. - A Volta para o Sul como uma Ação de Resistência.....	166
CONCLUSÃO	174
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	180

RESUMO.

A presente dissertação é um estudo de caso que tem como campo empírico de investigação o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde - MT. O assentamento ocorreu no princípio da década de oitenta, fazendo parte de uma política macro-estrutural de migração e colonização das terras da Amazônia, incorporando as “regiões anecúmenas” ou os “espaços vazios” aos centros produtores de capital e de trabalho. Lucas do Rio Verde foi um caso especial porque serviu como tentativa de desestruturação do acampamento de agricultores sem terra da Encruzilhada Natalino no município de Ronda Alta - RS. O objetivo que orientou o trabalho foi a compreensão das causas do abandono das terras pelos assentados em Lucas do Rio Verde, após um período de enfrentamentos conflituais e de luta pela terra na Encruzilhada Natalino. Para alcançar tal finalidade, buscamos em primeiro lugar explicitar a modernização do campo, iniciada nos anos 60, como processo de exclusão social, pano de fundo do fenômeno estudado. Neste sentido, compreende-se que a modernização não foi somente um encaminhamento para elevar a produtividade no setor agrícola, mas foi fundamentalmente um fenômeno conflitual entre a possibilidade de o agricultor permanecer incorporado ao sistema produtivo ou de ser excluído deste. Nos anos 80, reiniciaram as resistências, após o período de maior perseguição política promovida pelo Estado-militar brasileiro. As resistências se caracterizavam como formas coletivizadas de ocupação e acampamento em beira de estradas, de reivindicação e de proposição de políticas de concretização da reforma agrária. Esta iniciativa começou a caracterizar o movimento dos agricultores sem terra, que as ciências sociais englobam como um movimento social, tendo como orientação básica a destruição da estrutura agrária brasileira, caracterizada historicamente pelo seu caráter excludente e concentrador. Em resposta ao movimento dos agricultores sem terra, o Estado, juntamente com a elite política e econômica, através do INCRA, promove uma orientação em contraposição às reivindicações dos acampados. A ação e o discurso do Estado voltou-se para a colonização da região da Amazônia, caracterizando-se como uma contra-reforma agrária. Após a ocorrência do fenômeno de transferência de 203 famílias do Acampamento da Encruzilhada Natalino para Lucas do Rio Verde, começa ocorrer um processo de abandono da terra. Para explicitar as causas do abandono, buscou-se as razões junto aos próprios assentados, através de entrevistas para captar a sua história de vida, as representações e as disposições que criaram. A orientação metodológica básica foi a consideração da coexistência de situações estruturais ou objetivas e subjetivas-valorativas que influenciaram na configuração do fenômeno estudado. Não se partiu de um determinismo econômico ou estrutural, mas da pressuposição de que em condições e situações circunstanciais os agentes sociais envolvidos no drama que caracterizou o cenário da colonização, foram conduzidos pelas suas vontades, avaliações e orientações, num determinado instante, a decidir pelo abandono da terra. Em Lucas do Rio Verde, a justificativa explicativa dos agricultores assentados para elucidar as razões do abandono da terra estão voltadas principalmente para a resistência ao fenômeno da violência e da perseguição que caracterizaram o início do assentamento. A violência e a corrupção foram as principais causas da revolta, do desânimo e da desesperança dos assentados. A situação de saudades do passado, da necessidade e as dificuldades de reconstrução do espaço social, educativo e religioso tornavam-se superáveis frente à utopia de construção de um futuro promissor. A razão principal do abandono foi o medo e o terror espalhados nos sertões do cerrado mato-grossense nos inícios dos anos 80, ironicamente quando já se falava em terceiro milênio, em sociedade pós-industrial e pós-moderna.

ABSTRACT.

This monograph is a case study which has an empiric investigation field the Special Record Project Lucas do Rio Verde, Mato Grosso State, Brazil. The record took place in the beginnings of the eighties taking part of a macro-structural of migration and colonization of the Amazon lands incorporating the 'incultivated region' or the 'empty spaces' to the productive centers of capital and work. Lucas do Rio Verde was a special case because it was taken as an effort to become disorganized the record of the no-land agriculturists in Encruzilhada Natalino, in Ronda Alta, Rio Grande do Sul State. The aim which guided the survey was the comprehension of the land leaving causes by the recorded people in Lucas do Rio Verde after a period of struggles because of the land in Encruzilhada Natalino. To reach that, at first they tried to develop the field modernization, that began in the sixties, as a social exclusion process, behind the phenomenon which was studied. This way, it is understood that the modernization was not only a way to increase the agricultural productivity, but it was basically a phenomenon in conflict between the possibility of the country-man remain into the productive system or be out of it. In the eighties, resistances took place again, after the longer politic pursuits by the Brazilian Military State. The resistances were characterized by collective ownership and record along the roads, revindication and proposal of politics to fulfill the agricultural reformation. This initiative began to characterize the no-lands agriculturists movements that the social sciences have taken it as a social movement which has as basic guidance the destruction of the Brazilian agricultural structure, historically characterized by an exclusive and concentrated nature. As an answer to the no-lands agriculturists' movement the State joined to the political and economic elite through INCRA (Agricultural Reformation and Colonization National Institute) presented a guidance to the counter-act face to the camping people's revindications. The action and the speech of the State was directed to the colonization of the Amazon region characterizing this way, an agricultural counter-reformation. After the transference phenomenon took place in which 203 families from Natalino Encruzilhada Camping in Lucas do Rio Verde, a land leaving process started. To explain the causes of the leaving, the reasons were researched among the recorded people, using interviews to know something about their life history, performance and arrangement that they created. The basic methodological guidance was the consideration of the coexistence of structural or objective situations and subjective value which influenced the configuration of the phenomenon which has been studied. It is not from an economical or structural determinism but from the presupposition that in circumstantial conditions and situations the social agents involved in the drama which characterized the colonization scenery were led by their will, evaluation and guidance at a right moment, to decide to leave the land. In Lucas do Rio Verde, the justification which explained the recorded agriculturists to elucidate the leaving reasons are specially due to the resisting violence and pursuit phenomenon that characterized the beginning of the record. Violence and corruption were the main causes of revolt, dejection and despair of the recorded people. The situation of missing the past, need and difficulties around recreate a social, religious and upbringing space were overcome because of the creating Utopia of a successful future. The main reason to leave the land were fear and terror spread along the mato-grossense lands in eighties beginnings, ironically when it has been talked about the third millenium post-industrial and post-modern society.

INTRODUÇÃO.

A presente dissertação, caracterizada como um estudo de caso, enquanto busca da “compreensão abrangente do grupo”(Becker: 1997, 118), nasceu de uma curiosidade pessoal, transformada, com o Mestrado de Sociologia Política da UFSC, numa problemática sociológica. A temática desenvolvida diz respeito ao processo da migração-colonização no campo brasileiro, envolvendo atores sociais que lutaram pela implementação do processo da Reforma Agrária no Acampamento de Agricultores Sem Terra na Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul, nos princípios da década de 80.

A questão inicial girou em torno da trajetória que envolveu os colonos¹ do acampamento e o Estado-militar brasileiro que deslocou 203 famílias para a frente de colonização na denominada Amazônia Legal, no Norte do Estado de Mato Grosso. Centralizou-se na perspectiva de compreender e explicar os fatores que contribuíram para que 189 das famílias que migraram, após uma luta pela terra no Rio Grande do Sul, e que foram assentadas individualmente em uma área de 200 hectares no cerrado mato-grossense, tenham abandonado essas terras, retornando para a região de origem, ou para outras regiões dentro do próprio Estado de Mato Grosso, culminando com a permanência de apenas 14 famílias originalmente assentadas.

Esta problemática foi levantada e delimitada após a leitura de bibliografias referentes à colonização. Pode-se citar principalmente a obra de Oliveira (1990) que disserta sobre a ocupação monopolística, expropriatória e conflitual das terras da Amazônia por grandes grupos empresariais e financeiros e a conseqüente expulsão dos posseiros e dos indígenas da região, que foram considerados empecilhos para o

¹ Entende-se por colonos, os agricultores que migram para regiões ainda despovoadas com os objetivos de conquistar um pedaço de terra e se reproduzir enquanto categoria social. Este conceito ainda designa a proximidade com a terra e com a migração, características importantes que orientam as representações e as ações dos agricultores. O processo de migração ocorre devido a presença de populações excedentes em regiões de ocupação antiga e pela disponibilidade de terras em regiões novas. A migração ocorre como um processo de “solução estrutural que [...] viabiliza a reprodução de um todo social” (Woortmann: 1995, 116).

crescimento econômico. A obra de Oliveira é panorâmica e indica diversas iniciativas de ocupação das terras denominadas devolutas pelo Governo Federal. Dentre essas iniciativas está indicado o caso do Projeto Especial de Assentamento de Lucas do Rio Verde. Este projeto fora planejado e executado pelo INCRA, que, ao lado das iniciativas privadas e das cooperativas de colonização, comandaram a ocupação do espaço territorial da Amazônia “demograficamente vazia”. Ao lado desta obra destaca-se o livro de Santos (1993) que trata da transferência de colonos do Sul do Brasil para os Projetos de Colonização de Canarana e de Terra Nova do Norte. Nestas obras, a questão central refere-se ao problema da terra e da forma concentradora como a mesma está distribuída no Brasil. As duas obras citam Lucas do Rio Verde. Constituindo-se o caso numa problemática central do conflito da luta pela terra, tornou-se objeto desta dissertação de mestrado, sendo enfoque não mais o processo de migração dos colonos do Sul do Brasil para a Amazônia, mais especificamente o Norte do Mato Grosso, mas do questionamento do porquê, após a migração ocorreu um processo contrário, o retorno para a região de origem, ou do abandono da área de terra na qual fora assentada.

Na definição do objetivo foram indicadas duas ordens de fatores para orientar o estudo. A primeira refere-se à análise das relações das estruturas objetivas (condições materiais) e a segunda à análise dos fatores subjetivos, definidos como as percepções incorporadas pelos agentes sociais, que motivaram a migração dos colonos assentados no Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, ambas vistas como causas que impulsionaram o abandono das áreas de assentamento.

Em correspondência com o objetivo, a hipótese foi construída indicando duas razões causais. A primeira diz referência aos fatores objetivos insuficientes e insatisfatórios com que os agricultores contaram no local de origem. A segunda indica que uma vez assentados, os agricultores migrados criam uma imagem, simbolicamente construída da terra, das disposições e das condições que impossibilitavam a reprodução social satisfatória dos agentes enquanto categoria de trabalhadores da agricultura. O processo de abandono da terra, não é tido restritamente como um gesto de representação do fracasso, mas interpretada como um ato de resistência e um gesto de liberdade para o agricultor se fazer e se manter nessa condição, razão da luta e a justificativa da terra.

Para a consecução dos objetivos propostos e a verificação das hipóteses levantadas, a pesquisa foi conduzida em dois momentos, igualmente importantes. O primeiro se constituiu na revisão bibliográfica da literatura que explica a estrutura agrária brasileira e a ação do Estado-militar implantado no Brasil em 1964 e sob o qual se deu o reinício da luta pela terra. Este momento foi fundamental para a compreensão das condições objetivas e estruturais nas quais se desenvolveu a exclusão dos agricultores do Sul do Brasil e da política agrícola adotada pelo Estado brasileiro associado e sustentado pela elite política, econômica e dos tecnoburocratas que promoveram o processo de modernização do campo brasileiro, sem planejar e objetivar a inclusão do produtor familiar. Quando ocorreram as primeiras resistências dos agricultores excluídos, evidenciando as políticas concentristas, o Estado autoritário tomou medidas de repressão ao movimento e à organização, perseguindo lideranças, além de produzir um discurso de desfazimento da possibilidade dos agricultores permanecerem no Sul. A alternativa oferecida pelo Estado foi o processo de colonização das terras do Mato Grosso. A colonização fora considerada pelos programas governamentais como a execução de projetos de reforma agrária, porquanto lideranças populares e intelectuais ligados aos movimentos sociais de resistência e de proposição interpretaram as políticas e os discursos pró-colonização como fatores de contra-reforma agrária. Ao mesmo tempo em que as forças democráticas elaboravam iniciativas que promoviam experiências alternativas de ocupação e aproveitamento da terra, com metodologias coletivizadas e cooperadas, o Estado autoritário, pela sua concepção de homem e sociedade, administrava as relações sociais, políticas e econômicas pela ameaça e pela imposição do medo e do terror, e não pelo incentivo e pela motivação. Isto porque, a motivação é a negação do espírito autoritário e impostor e a confirmação do homem livre, criativo e associativo.

O segundo momento se constituiu como processo de reconhecimento do espaço empírico da pesquisa - a localidade de Lucas do Rio Verde. Nesta fase da pesquisa a preocupação central foi a compreensão dos fatores que nos anos de 82-83-84 fizeram com que os agricultores assentados deixassem suas terras. Os procedimentos metodológicos para chegar às pessoas e à explicitação das razões que envolveram os atores foram diversos. As primeiras incursões de campo foram feitas para visualizar o espaço biofísico e a distribuição dos agricultores no espaço geográfico. Este primeiro momento identificou também os principais atores envolvidos no processo de ocupação de Lucas do

Rio Verde. A situação defrontada foi a tríplice composição da sociedade luquense. Além dos parceiros, colonos da Encruzilhada Natalino que receberam uma parcela de terra, estavam na área posseiros que já haviam tomado posse de porções de terras e um grupo de paulistas provindos de Holambra - São Paulo, que através da Cooperativa Lucas do Rio Verde, estavam pleiteando lotes de terras para assentar famílias daquela região. Esta situação forçou, para que o desenho da ocupação ficasse completo, que fossem efetuadas entrevistas com as três partes envolvidas. Versões diferenciadas sobre o início da colonização foram apresentadas. Os três grupos se confrontavam. Os “posseiros” sentiam-se injustiçados porque foram os primeiros. Os “paulistas” justificavam que não conseguiam implantar o seu projeto devido a presença dos demais. Os “parceiros” eram orientados pelos técnicos do INCRA e deveriam ocupar a área de terra destinada para eles pelo órgão oficial. Devido a este quadro foram entrevistados os posseiros, os paulistas e os parceiros. A maior dificuldade de contato ficou por conta dos parceiros que haviam abandonado a área e retornado para o Sul. Dentre estes, alguns foram localizados nos municípios de Ronda Alta, Rondinha, Sarandi e Nonoai, no estado do Rio Grande do Sul. Esta localização só se tornou possível devido às notícias que as famílias que permaneceram em Lucas do Rio Verde possuem dos retornados, bem como a rede de informações e de amizade que entre si mantêm os que viveram a “aventura de desbravar os sertões” segundo a fala dos parceiros.

As entrevistas, compreendendo-se estas “como processo de interação social entre duas pessoas” (Haguette: 1995, 86), pleiteavam captar a história de vida daqueles agentes sociais que eram o centro de atenção da análise. A preocupação era verificar, “os métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar”(Coulon: 1995, 30). Neste sentido, com as entrevistas, associadas à história oral, objetivou-se captar as percepções que os atores daquele cenário novo desenvolviam sobre o processo de reconstrução, ou mais exato de construção, do espaço social, simbólico, religioso, educativo e produtivo nos sertões do cerrado mato-grossense.

A metodologia da história oral foi adotada na medida em que confere importância aos indivíduos como testemunhas do passado. Não se buscavam somente as histórias oficiais, registradas em documentos ou relatadas por lideranças reconhecidas e

legitimadas por processos burocráticos e que possuem correspondência com os procedimentos normativos. A história oral oferece a oportunidade para o cientista social incluir em suas pesquisas qualquer informante, ou seja, “as experiências de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima. [Isto é] as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isto propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro”(Thompson: 1992, 25- 26).

O que se produz com a história oral é uma história viva, com a presença, a descrição e a interpretação das testemunhas oculares. Nesta direção, “estamos lidando com fontes vivas que, exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e de pilhas de papéis, de trabalhar conosco num processo bidirecional”(Id. Ib. 196).

Este procedimento reconhece que os atores que participam e interagem na pesquisa são construtores de sentidos e interpretam as suas ações. Não se coloca sob este aspecto, as pessoas em estruturas fechadas e mecânicas que seguem e perseguem somente normas preestabelecidas. Mais do que isso, ou muito além disso, consideram-se os sujeitos das ações como agentes livres e criativos que atribuem para as suas decisões um significado próprio, construído a partir das suas experiências de vida, do conjunto simbólico e material circundante, no qual se fazem e refazem as concepções, as visões de mundo e as práticas cotidianas. Os atores possuem uma intencionalidade, através da qual se movimentam em uma realidade social concreta, isto é, a vivenciada e a inventada pelos sujeitos históricos reais.

Becker (1997) se referindo a Mead diz que a “realidade da vida social é uma conversação de símbolos significantes, da qual as pessoas fazem movimentos tentativos e depois ajustam e reorientam sua atividade à luz das reações (reais ou imaginadas) que os outros têm a estes movimentos”(109). Para o sociólogo chegar às entranhas das diversidades das experiências dos atores, Becker ainda propõe o uso do relato da história de vida porque esta se “aproxima mais do terra-a-terra [interessando-se mais] por um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive”(102). Além desta proposição, indica que “para entender porque alguém tem o comportamento que tem,

é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si”(103).

Esta postura deve levar à compreensão interpretativa dos fatores relacionais que influem no processo de constituição da realidade social. Não pode ocorrer um privilegiamento dos fatores objetivos em detrimento aos subjetivos, em outras palavras, dos materiais em relação aos simbólicos. A direção que se dá é um processo inter-relacional entre as multi-dimensões estruturadas e estruturantes do espaço social que é material e simbólico. É nesse meio circundante que os homens e as mulheres constroem as suas representações e interagem uns em relação aos outros e com o meio no qual vivem. Deve-se compreender com Sawaia (1995) que na realidade objetiva estão incluídas as construções simbólicas, e que ela, “é produto das objetivações da subjetividade, entendida a subjetividade como produto da subjetivação da objetividade”(75).

Levando em consideração as históricas dicotomias existentes nas construções metodológicas e teóricas, buscou-se a superação de discussões que envolvem epistemologias e que criam teorias para explicar como ocorre o conhecimento, ou qual dos pólos, objetivismo-subjetivismo é determinante. As discussões polares levavam a explicações que priorizavam o objetivo em detrimento do subjetivo ou o privilegiamento do subjetivo em anulação ao objetivo.

O objetivismo, ligado a um positivismo ou a um estruturalismo mecanicista, busca nas suas definições, conceber a ciência naquelas disciplinas que se aproximam na capacidade de manipulação dos objetos, no caso das ciências físicas e biológicas, ou os fatos sociais, tratados como coisas, na especificidade da sociologia durkheimiana. Esta postura relega a capacidade ou até a necessidade da intervenção da vontade do pesquisador, ou do agente construtor do conhecimento. Sob este aspecto, o sujeito ou o ser humano, torna-se um autômato manipulável, comparável a um objeto abiótico, sem vontades e sem sonhos. Interessa diretamente a capacidade de manipulação e experimentação de hipóteses para transformá-las em leis observáveis, reguláveis e universais.

O subjetivismo, enquanto campo interpretativo e de procedimento do extremo oposto, cai no equívoco de considerar a *psique* a criadora e a guia de todos os atos e das vontades dos agentes, desconsiderando os aspectos materiais e circunstanciais. A postura subjetivista inventa um psiquismo frenético e cognicista, orientando que todo agente pela sua vontade individual torna-se capaz de fazer-se sem, no entanto considerar as possibilidades reais de conquistar e executar objetivos determinados. O psiquismo cria um vazio espacial e temporal, relegando a história, a sociedade, a cultura nos quais ocorrem os fenômenos.

Além do dilema ou da dicotomia purista, objetivismo *versus* subjetivismo, ocorrem posturas que contrapõem a sociedade em oposição extrema ao indivíduo. Estas posturas criam situações interpretativas simplistas. Quando correntes privilegiam o coletivo, a sociedade, o macro ou a estrutura, estas ocorrem em desconsideração ao indivíduo ou mesmo em procedimentos metodológicos e interpretativos que desfazem as relações micro, a organização e o local. Pode-se considerar que no primeiro caso, desta segunda indicação dicotômica, leva a sistemas interpretativos que não possuem a capacidade imaginativa de ir além de dados estatísticos e de pesquisas que se aproximam do objetivismo. Considera-se que há uma determinação linear, onde a estrutura, o macro ou a sociedade é que comandam, através de normas morais e de leis positivas todas as ações e criam um sistema minucioso de capacidade de escolha dos indivíduos, isto em conformidade direta com os interesses, as vontades e as ideologias predominantes na estrutura social.

O privilegiamento exclusivo do indivíduo, leva a interpretação do estilo filosófico denominado de individualismo, tipo metodológico levado a efeito pelo liberalismo econômico desenvolvido pela economia política no século XVIII. O individualismo persegue a excepcionalidade do indivíduo, desenvolvendo a sua defesa, enquanto ser capaz de superar-se e de surpreender, independente das relações que estabelecem com o meio. Todos os atos e todas as vitórias ou as derrotas são diretamente depositadas nas capacidades próprias. Sob esta interpretação o indivíduo é analisado como um ser a-histórico, descontextualizado, fora de estruturas sócio-econômicas e simbólicas. O indivíduo é visto livre de situações relacionais determinadas. O seu êxito ou o seu fracasso são lhe depositados sem que fatores circunstanciais possam lhe impugnar ou

motivar ações, vontades e procedimentos. Ele está impune em relação ao meio, tornando-se livre e autônomo.

Outra dicotomia que deve ser ilustrada para ser combatida é a histórica luta maniqueísta entre a civilização e a natureza. Enquanto a civilização é considerada a postura do moderno e a referência ao progresso, a natureza tornou-se sinônimo de procedimentos antiquados para as capacidades intelectivas e cumulativas da cognição e aprendizagem humana. Enquanto postura de exclusão a civilidade ou mesmo a modernidade representou a grande capacidade criativa que promoveu o avanço e o crescimento da ciência e da tecnologia. O homem tornou-se “livre” da natureza, criando e inventando uma natureza artificial, ou seja, os laboratórios arquitetam instrumentais que possibilitam poderes ao homem de não dependência em relação às intempéries. Esta capacidade de artificializar a natureza foi ao mesmo tempo o demonstrativo da surpreendente capacidade intelectual acumulativa da humanidade superar-se e impressionar-se com os seus inventos, como indica para esta mesma humanidade a sua capacidade destrutiva e a sua ignorância em relação aos conhecimentos e aos procedimentos aparentemente simples quando a referência é a própria natureza. Quando a natureza significa atraso e empecilho para o progresso, esta facilmente é fator de exploração predatória e destrutiva. Enquanto natureza for dicotomizada com civilização, não se terá a capacidade interpretativa das riquezas e das diversidades ocultas nos mananciais de vida presentes em regiões biofísicas ou em ecossistemas determinados.

O grande desafio interpretativo, societal e epistemológico deve se referir ao processo que indique e dissemine a superação da visão maniqueísta que separa e julga entre o bem e o mal. A proposição básica é a superação das dicotomias do tipo objetivismo/subjetivismo, sociedade/indivíduo, civilização/natureza. O desafio das ciências sociais contemporâneas é a desconstrução do modelo cartesiano de descrição da natureza e da cultura. O cartesianismo, método eficiente para a criação de especialidades e de especialistas, rompeu com a capacidade de se inventar epistemologias que considerassem a totalidade, ou as relações das partes com o todo e do todo em relação às partes e estas entre si.

Sob este aspecto, a construção vai a direção a modelos dialógicos entre o objetivo e o subjetivo, entre a sociedade e o indivíduo, entre a civilização e a natureza. A proposição do diálogo, que é necessariamente relacional, deve superar o disciplinar para alcançar o interdisciplinar, deve passar da dimensão para o multidimensional, deixar o linear e o setorial para considerar a diversidade, desconstruir as relações simplistas para edificar um modelo que abarque as complexidades.

Complexas são as relações sociais, culturais e biofísicas. Compreende-se assim que o social e o cultural se inter-relacionam com o biofísico, da mesma forma que o meio biofísico influi em posturas e constructos sócio-culturais. As complexidades relacionais entre o sócio-cultural e o biofísico merecem uma capacidade interpretativa que evidenciam os aspectos culturais que são por sua vez históricos, antropológicos, econômicos. O meio biofísico será considerado em conformidade com os aspectos da capacidade interpretativa e a representação simbólica que o natural possibilita ser para uma cultura determinada.

As interpretações equivocadas levam a procedimentos destrutivos, não somente do meio natural e suas diversidades, como da mesma forma, cria métodos predatórios em relação às diversidades sócio-culturais. Compreende-se que a diversidade natural mantém relação de interdependência com a conservação da diversidade sócio-cultural. O multiculturalismo está na mesma raiz da interpretação da preservação da biodiversidade. A destruição da biodiversidade está na mesma postura de eliminação da diversidade cultural.

As posturas que consideram o múltiplo tanto no sócio-cultural quanto no biofísico, encontram similitude na postura epistemológica que estabelece relações interpretativas e dialógicas entre a objetividade e a subjetividade. A postura dialógica descobre que a qualidade do sujeito se faz num meio relacional com a qualidade do objetivo. A objetividade é o circunstancial simbólico, linguístico, ideológico. A subjetividade, ou o sujeito, livre e criativo, faz-se no meio circunstancial material e simbólico, através do qual objetiva a sua subjetividade, dando caracteres subjetivos à objetividade. Desta forma, pode-se interpretar que toda subjetividade é característica de um meio determinado. O sujeito se faz e faz sua história em conformidade com o seu

tempo histórico. Esta interpretação não pode ser, no entanto, determinista ou mesmo fatalista, mas considerar a capacidade criativa do agente histórico, isto é, aquele que é capaz de a partir de estruturas estruturadas, descobrir estruturas estruturantes, conforme afirma Bourdieu (1996).

Aponta-se assim que todo ser humano é um ser histórico, isto é, a sua estrutura mental está em conformidade com condições e situações determinadas. São nestas que os agentes sociais criam e potencializam suas representações, que por terem caráter coletivo, são sociais. As representações sociais são as imagens, as simbologias e as práticas que os agentes sociais incorporam e exteriorizam dando a configuração ao meio sócio-cultural e biofísico determinados. As representações sociais criam as disposições nos indivíduos, que por sua capacidade criativa, reinventam e reconstróem continuamente o seu meio. Os indivíduos, sob este aspecto, não se fazem isoladamente, no entanto na relação com outros indivíduos e em contextos significativos. Indica-se que todo sujeito ou agente social é essencialmente um ser do seu momento histórico que cria e recria continuamente a sua história, reestruturando as estruturas já estruturadas. Estas estruturas podem ser econômicas, tecnológicas, simbólicas ou da linguagem. Melhor dizendo, as mudanças que ocorrem em qualquer das dimensões influem nas diversas dimensões que fazem parte do momento histórico.

É em conformidade com o momento histórico e com a posição social que o agente social ocupa, em um espaço social determinado, que ele terá maiores ou menores possibilidades de influenciar em processos estruturantes. Defende-se aqui a capacidade do agente de nominar-se e construir as suas utopias, enquanto estas representam a capacidade imaginativa que o agente social tem de transformação. Toda capacidade tem relação com a perspectiva que o agente possui. Não se pode entrar aqui numa discussão valorativa, a questão é a capacidade compreensiva das ações desenvolvidas pelos agentes sociais.

Para esta leitura, que rompe com as interpretações que dicotomizam o campo subjetivo e o campo objetivo, entre o indivíduo e o social, o conceito de *habitus* de Bourdieu (1990, 1996) instrumentaliza o investigador a estruturar e desenvolver a pesquisa considerando os fatores que ligam os campos relacionamente. A guisa metodológica é o desenho de uma leitura que compreenda que se criam representações sociais determinadas

em conformidade com as circunstâncias objetivas nas quais estas se fazem. Por outro lado, deve-se levar em consideração que o conjunto simbólico das representações internalizadas pelos agentes sociais são energias estruturantes que criam rupturas em velhas estruturas estruturadas para inaugurar estruturas novas, colocando-se nestes sentidos os promotores de práticas sociais em situações e condições inventivas, não os considerando como autômatos, seguidores de regras e de normas, porém como interpretadores de suas ações e da sua realidade social.

CAPÍTULO I - AS ESTRUTURAS E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A INTER-RELAÇÃO DE DOIS CAMPOS.

1.1. -O Campo das Representações Sociais e das Estruturas Sociais.

Parte-se neste texto, do princípio de que as representações sociais criadas e tidas por grupos sociais determinados, têm relação e conformidade com a estrutura social na qual são gestadas e vividas. A estrutura social é a base situacional e condicional que objetiva as representações sociais. A análise da estrutura, porém não é uma determinante “mecânica entre o agente e o mundo”(Bourdieu: 1990, 22). Na estrutura as representações se estruturam, estruturando novas estruturas que por sua vez são estruturantes de novas representações. Neste sentido cria-se uma situação relacional entre condições diferenciadas e diferenciadoras. As representações sociais dão sentido às estruturas, enquanto proporcionam meios circunstanciais materiais e simbólicos que dão sentido às representações sociais. As situações e as condições relacionais entre as estruturas sociais e as representações sociais são as possibilidades de novas estruturas e novas representações que possuem como base o movimento e a dinamicidade das relações sociais.

Compreende-se assim, que para a existência de estruturas sociais determinadas são necessárias representações sociais determinadas. A equação contrária também é válida. Para se ter representações sociais determinadas, são necessárias estruturas sociais determinadas. As estruturas e as representações sociais têm uma correlação com um tempo histórico, um espaço social e simbólico determinados. A determinação é uma situação existencial num tempo e num espaço determinados. A determinação não é fatalista, porque isto tiraria a liberdade criativa, condição inerente ao agente ativo, com “capacidades geradoras das disposições, ficando claro que se trata de disposições adquiridas socialmente construídas”(Id. Ib., 25). A determinação é somente uma situação e uma condição porque são localizadas num espaço e num tempo, são criadas e inventadas pelo homem, por isso temporais e espaciais – históricos – necessariamente possíveis de modificações, de movimento e de dinâmica entre as possibilidades de novas

estruturas e novas representações sociais ou da construção do “espaço de possíveis”(Id. 96, 53).

O conceito de “Representação Social” foi desenvolvido por Moscovici, a partir do conceito de representação coletiva de Durkheim. No livro a “Representação Social da Psicanálise” (1978), apresenta no mínimo quatro definições. Compreende por Representação Social “a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que o uso nos tornam comuns”(25). É “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”(26). É “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação”(28) “Constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas conseqüências”(44).

O que ressalta das definições de Moscovici é a elaboração de um conceito que dá ênfase às imagens, símbolos, sons, linguagens, compreensões e apreensões do mundo por indivíduos e grupos sociais, que por estas representações, possuem comportamentos, atitudes, posições e comunicações determinadas. No sentido dado por Moscovici, as representações sociais têm força de direção, de opção, de definição, de escolha, de acolhida, de rejeição, de adesão e de resistência. A linguagem e a comunicação dão ao grupo social uma aderência, o sentimento de pertencimento e de identidade. São os conjuntos dos signos linguísticos que agregam indivíduos em grupos sociais. Os signos poderão ser os mais diversos, como por exemplo, a postura do corpo de um indivíduo. Se, neste caso, um indivíduo apresentar um corpo maltratado, com marcas de sofrimento e com indumentária maltrapilha, carregará consigo uma distinção e uma identificação de pertencimento a um grupo social subalterno, que está à margem do acesso efetivo aos bens materiais e culturais produzidos pela humanidade.

A teoria das representações sociais não concebe, no entanto, os indivíduos e os grupos sociais como agentes adequados e acabados pelos contextos e pelas estruturas. Assim deve-se compreender que os indivíduos não se constituem em autômatos, ou simples seguidores de normas e ordenações externas. Possuem, no entanto, toda uma

organização valorativa e simbólica através da qual interpretam os acontecimentos que lhes são referência, porque foram vividas. A partir do condicionamento no qual estão ancorados, formam “uma opinião sobre a sua própria conduta ou a de familiares e pessoas mais chegadas, e [atuam] nessa conformidade”(Op. Cit., 18).

As ações e as representações elaboradas pelos indivíduos têm relação, nos tempos contemporâneos, com o processo que Moscovici denomina de “socialização da ciência”. A propagação dos princípios, dos métodos, dos conceitos e das teorias científicas, constitui-se em um “caráter criador. Este caráter [no entanto] não é reconhecido enquanto nos limitarmos a falar de simplificação, distorção, difusão, etc”(24). O autor diferencia a socialização da ciência de atitudes e posturas que postulam a sua “vulgarização”, isto é, procedimentos que visualizam métodos propagandísticos em relação à ciência, divulgando somente algumas partes, deixando o senso comum à margem da aquisição completa do conhecimento.

Orienta ainda Moscovici, que com a propagação da ciência, cria-se um novo senso comum. Este “não pode ser compreendido em termos de vulgarização, de difusão ou de distorção da Ciência”(25). Para a análise mais ampla das representações sociais e das comunicações dos indivíduos e/ou dos grupos sociais, há a necessidade da incorporação dos métodos, das práticas e das teorias de diversas ciências sociais, dentre as quais a sociologia, a psicologia e um campo epistemológico especial que é a psicologia social. Esta se localiza na encruzilhada da sociologia e da psicologia, engendrando conceitos que abrangem os campos teóricos interpretativos e de análise daquelas ciências, tornando-se um momento de interseção entre a psique e o social, para a compreensão do surgimento, composição e reprodução das representações, associadas a grupos sociais determinados, superando a dicotomia entre indivíduo e sociedade.

Proclama o autor, que as representações sociais não devem ser reduzidas a “simples simulacros ou resíduos intelectuais sem relação alguma com o comportamento humano criador.” O desafio, portanto, vai em outra direção. Requer uma metodologia, uma teoria e uma prática que incorpore e conceba o saber-fazer corriqueiro e coloquial, através das quais se fundem as representações sociais, como possuidoras de “uma função constitutiva da realidade, da única realidade que conhecíamos por experiência e na qual a

maioria das pessoas se movimenta. Assim uma “representação social é, alternativamente o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado”(Op. Cit., 26-27).

As práticas constituídas e instituintes dos grupos sociais, nas relações que estabelecem, formam uma “rede de significações”(174), que são elaboradas, difundidas pela constituição das ciências e reelaboradas através de dois procedimentos diferenciados, pertencentes ao mesmo processo. A primeira Moscovici denomina de “ancoragem” ou de “amarração que designa a firme inserção de uma ciência na hierarquia de valores e entre as operações realizadas pela sociedade [transformando] a ciência num saber útil a todos”(174). A segunda é delimitada como “objetivação” ou o processo de integração das “teorias abstratas de um grupo especializado nos elementos do meio ambiente geral”(174). Assim, “a objetivação transfere a ciência para o domínio do *ser* e a amarração a delimita ao domínio do *fazer*”(174).

Nas relações entre os métodos da objetivação e da amarração, ocorre entre os indivíduos e os grupos sociais procedimentos comunicativos determinados. Pela comunicação se dão relações objetivadas e intersubjetivas que se estabelecem a partir de um *habitus* cultural (194). “A comunicação jamais se reduz à transmissão das mensagens de origem ou ao transporte de informações inalteradas. Ela diferencia, traduz, interpreta e combina, assim como os grupos inventam, diferenciam ou interpretam os objetos sociais ou as representações de outros grupos”(28).

Ao interpretar as suas representações e comunicá-las, os grupos sociais elaboram uma linguagem através da qual manifestam o seu *habitus* cultural, os seus signos, os seus valores, as suas crenças, enfim a sua visão de mundo. A língua é a expressão do conhecimento esquematizado pelos grupos sociais através das manifestações de suas representações sociais ou pelas representações latentes às condutas dos indivíduos e dos grupos sociais. Na expressão de Moscovici, “conhecer socialmente uma coisa é falá-la” (234). A comunicação tem duas direções distintas. Ocorre sob o fluxo “ascendente”, ou sob o fluxo “descendente”. A ascensão é a comunicação que provém dos saberes elaborados socialmente e tem a finalidade de substanciar o desenvolvimento das ciências. Este processo é denominado por Bauer (1995) de cientificização das representações

sociais. O fluxo descendente é o processo de socialização ou a popularização da ciência. Este segundo momento se caracteriza como um processo pelo qual a ciência deixa de possuir o *status* de linguagem específica do grupo de cientistas e atinge o domínio da linguagem social, através da qual os grupos sociais reelaboram as suas representações. Neste sentido a linguagem se traduz em “conflito entre um grupo particular que ao utilizá-la, a difunde espontaneamente, e a sociedade que, com seu modo de discurso próprio, lhe resiste e inconscientemente se lhe conforma. O próprio vocabulário tende a assimilar um novo vocabulário; isso implica, simultaneamente, uma substituição e um desmantelamento das cadeias lingüísticas existentes” (Moscovici: 1978, 233).

Há de se evidenciar ainda que as representações sociais não são fenômenos que ocorrem fora de um contexto histórico, social e simbólico. Como afirma Spink (1995), “as representações são essencialmente dinâmicas; são produtos de determinações tanto históricos como do aqui-e-agora e construções que têm uma função de orientação: conhecimentos sociais que situam o indivíduo no mundo e, situando-o, definem sua identidade social - o seu modo de ser particular, produto de seu ser social”(08).

Os indivíduos, situados e condicionados a um contexto, elaboram os seus métodos, os seus conteúdos e interpretam as relações que estabelecem com o outro. Sá (1995) demonstra que as “relações interpessoais do dia-a-dia prendem a atenção, o interesse e a curiosidade das pessoas, demonstram sua compreensão e forçam seus pronunciamentos”(25). Pondo em suspensão a capacidade interpretativa das pessoas no seu cotidiano, Sá, citando Moscovici, aponta que os “conjuntos de conceitos, afirmações e explicações, que são as Representações Sociais, devem ser consideradas como verdadeiras ‘teorias’ do senso comum, ‘ciências coletivas’ *sui generis*, pelas quais se procede à interpretação e mesmo à construção das realidades sociais”(06).

Tem-se desta forma a visualização de uma capacidade instalada no seio da sociedade, da elaboração de pensamentos e de conhecimentos, Moscovici, citado por Sá, considera que a sociedade além de um “sistema econômico” ou um “sistema político” deve ser ilustrada como um “sistema de pensamento”. Numa “sociedade pensante, os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros ‘portadores’ de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis

episódios cotidianos de interação social, ‘produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos’”(Sá: 1995, 28).

Nas relações interpessoais elaboradas e inventadas, os sujeitos que se comunicam, criam uma realidade social. A construção da realidade social é um processo de familiarização dos signos introduzidos no meio social. Os indivíduos e os grupos sociais somente conseguem se identificar quando tornam o estranho familiar. Desta forma, a realidade social é “criada apenas quando o novo ou o não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais. Aí operam os processos pelos quais ela passa a ser familiar, perde a novidade, torna-se socialmente conhecido e real”(Id. Ib., 37). É, no entanto, a capacidade de introdução do não familiar, o processo de inovação e de estranhamento que possibilita a dinamicidade da sociedade. O estranho para o grupo social é o desafio da edificação de um novo comunicar e da construção de uma ambiência que o familiarize, tornando-o habitual nas relações interpessoais e nas valorações estabelecidas pelos grupos sociais. Assim, “a função das representações sociais é tornar familiar o não familiar numa dinâmica em que objetos e eventos são reconhecidos, compreendidos com base em encontros anteriores, em modelos”(Leme: 1995, 48).

Deve-se esclarecer que para a leitura e compreensão da dinâmica estabelecida e inventada nos grupos sociais, em micro-estruturas e nas relações intersubjetivas, não se pode prescindir de uma interpretação das macro-estruturas ou mais precisamente, ao analisar as representações sociais é “necessário analisar o social enquanto totalidade. Isso quer dizer que o social envolve uma dinâmica que é diferente de um agregado de indivíduos”(Jovchelovitch: 1995, 79).

Esta proposição conduz para uma interpretação que condiz com as relações e a dinamicidade da sociedade. Desta forma, para uma interpretação sociológica que aponte para a estrutura sócio-econômica que inaugura a violência e a desigualdade social como centralidade das relações sociais, a teoria das representações sociais não se delimita a um método que percebe os indivíduos e os grupos sociais dominados como autômatos, máquinas sem desejos e reflexões, que respondem irresponsavelmente aos desafios, aos estímulos ou às necessidades provocadas pelo sistema. Além desta situação reserva-se um

“lugar para o mundo social e seus imperativos, sem perder de vista a capacidade criativa e transformadora de sujeitos sociais”(Id. Ib. 64).

Assim tem-se lançado o desafio de “teorizar a dialética entre sujeito individual e sua sociedade [...] porque contra uma epistemologia do sujeito puro, ou uma epistemologia do objeto “puro”, a teoria das representações sociais centra seu olhar sobre a relação entre os dois. [Desta forma] se a atividade do sujeito é central para a teoria, não menos central é a realidade do mundo”(Guareschi e Jovchelovitch: 1995, 19).

Spink (1995) citando Jodelet indica que as pesquisas em representações sociais, devem articular “elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e idativa sobre a qual elas intervêm”(121).

Compreende-se desta forma que toda representação social é produzida num contexto sócio-econômico e cultural determinado. É no contexto, cheio de significações que sujeitos sociais, constroem relações intersubjetivas e possibilidades interpretativas que orientam as suas ações, manifestando as suas vontades. As interpretações dos sujeitos sociais representam um processo de aquisição de conhecimentos. A cognição, em conformidade com a teoria das representações sociais, não ocorre isolado do meio material e cultural, ou no nível de um cognitivismo psicológico, mas possui aderência com um contexto sócio-histórico.

Este contexto ou a história, “é uma sucessão incessante de diversas formas de relações sociais entre homens livres que, em condições que nem sempre foram escolhidas, instauram a comunicação e criam significados num processo de negociação constante”(Sawaia:1995, 76). Assim, a história é o fazer-se sujeito, a partir de condições e situações herdadas que compreendidas e interpretadas pelos sujeitos sociais são a base para o estabelecimento de um conhecimento que se propõe relacional e complexo; superável e modificável. Neste sentido, os homens se perceberão seres temporalizados e situados, condição que lhes permitem uma consciência de identificação de si próprio enquanto homens históricos que possuem cultura. A possibilidade da consciência de homens históricos e culturais, só se torna possível quando os sujeitos situados se perceberem como

sujeitos que estão localizados em uma objetividade, e não se reduzem a uma objetividade alienadora. O sujeito criativo e livre se constrói na relação subjetivação-objetivação, isto é, a totalidade da realidade é “produto das objetivações da subjetividade, entendida a subjetividade como produto da subjetivação da objetividade”(Id. Ib., 75).

Cria-se assim a relação de interdependência entre o subjetivo e o objetivo que ocorre num contexto histórico determinado. “O contexto é um aspecto fundamental da pesquisa, seja porque as representações são campos estruturados pelo *habitus* e pelos conteúdos históricos que impregnam o imaginário social, seja porque são estruturas estruturantes desse contexto e, como tal, motores da mudança social”(Spink: 1995, 09).

Pode-se assim construir a proposição que as diferenças entre grupos sociais, significam na estrutura de classes, característica da sociedade capitalista, uma desigualdade social, o que demonstra que um grupo social determinado possui uma vestimenta determinada devido às condições sócio-econômicas determinadas e determinantes. Neste sentido, o grupo social subalterno possui uma identidade, uma comunicação, enfim uma representação de mundo e das suas condições, conforme as situações e condições pelas quais estabelecem relações sociais, econômicas e políticas determinadas. Isto quer dizer que a representação de uma coletividade tem correspondência com sua posição social, ou que o *habitus* são “disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento”(Bourdieu: 1990, 21).

Nesse sentido, Marx evidenciou que os homens para produzirem seus bens de vida e reproduzirem as condições sociais de vida e adquirir sua consciência, não estabelecem relações conforme as suas vontades independentes, mas sim em conformidade com as circunstâncias que legaram pela e na história. Desta forma afirma que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”(1986, 28). Isto é, os homens se fazem livres e criativos tendo como ponto de partida a base material e cultural na qual estão condicionados.

Assim, a relação da representação social com um meio social e histórico determinado, é necessária para as representações sociais não significarem uma

interpretação metafísica das próprias representações. Elas são uma consciência, uma ideologia e uma visão de mundo que são construídas em espaços simbólicos diferentes, que por sua vez são concepções e apreensões do mundo. Ao realizar a leitura de mundo (Freire: 1991) o homem apreende sinais que lhe proporcionam significantes e significações, e essas somente são possíveis em conformidade com as circunstâncias. Quando se transmudam as significações para grupos sociais, é porque estes experienciaram significantes diferenciadores, o que lhes proporciona a ampliação da compreensão do conjunto de signos (significados-significações e ou significados–significantes), abrangendo com a ação experiencial uma relação mais extensa e intensa com o circunstancial, que carregado de significantes, torna-se estruturante de novas estruturas e de novas representações sociais.

Para a compreensão da complexa relação entre as representações sociais e as estruturas sociais, Bourdieu indica a necessidade de uma filosofia da ciência que denomina de “relacional”. Trabalha a partir daí “com os conceitos de *habitus*, campo, capital e que tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*).”(1996:10).

Cria o conceito de campo para se certificar e para dispor de um termo não substancialista, mas que “funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objetivo em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (Bourdieu: 1989, 27). E mais, que aborda a “pluralidade das lógicas correspondentes aos diferentes mundos, ou seja, aos diferentes campos enquanto lugares onde se constroem sentidos comuns, lugares–comuns, sistemas de tópicos irreduzíveis uns aos outros”(Id.: 1990, 34).

O conceito de *habitus* traz a compreensão que os indivíduos e os grupos sociais tem uma ação refletida, evidenciando as estruturas incorporadas e assimiladas pelos agentes sociais, identificando-os com um espaço social e simbólico. “Os *habitus* são diferenciados, mas também são diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções. [...] São também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. [...] É princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um

estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”(Bourdieu:1996, 21-26).

Ao tratar dos princípios de diferenciação, trabalha com o conceito de capital, separando, no conjunto, o capital econômico e o conjunto de capital cultural. Os dois conjuntos de capital são fatores diferenciadores na estrutura ou na organização do espaço social. As distâncias entre um e outro são correspondentes ao maior ou menor grau de contenção e controle sobre um ou outro. Desta forma, o agente social com maior controle sobre o capital econômico, terá maior possibilidade de relação com outro agente que tenha controle sobre o mesmo capital. Já o agente que tem maior contenção de capital cultural facilmente irá criar condições de identificação e relação com outros agentes que tenham controle sobre o capital cultural. Estas relações possibilitam ainda, uma maior proximidade entre os agentes detentores dos tipos de capitais diferenciados. No entanto, os grupos sociais, controladores do capital cultural e/ou econômico não irão se identificar com grupos distintos ou dos que não possuem um controle amplo sobre o capital cultural e/ou econômico.

Estas diferenciações ou distinções (separação, traço distintivo), estão no “fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintivos e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e também, por relações de ordem [...]. O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os *dois princípios de diferenciação* [...] o capital econômico e o capital cultural”(Bourdieu: 1996,18).

Ao pensar o espaço social, Bourdieu opõe-se ao “estruturalismo mecanicista” por considerar que esta interpretação dos fenômenos sociais, lingüísticos e econômicos pensam as estruturas como “estruturas estruturadas sem sujeito estruturante”(1996, 55). Vale lembrar que um fator primordial na teoria de Bourdieu é a inclusão de agentes estruturantes. Agentes sociais que possuem uma disposição, uma ação, um *habitus* constituído a partir de uma posição social determinada. As escolhas ocorrem

em uma “ordem objetiva [e as] estruturas estruturantes são estruturas estruturadas”(Op. Cit., 43).

Compreende-se assim que “as pessoas estão situadas num espaço social”(Id. Ib., 67). Neste se organizam e se estruturam. Constroem suas representações, suas vontades e seus símbolos. A partir do espaço social os grupos sociais definem e legitimam os signos que correspondem à identidade do grupo social. No entanto, o conjunto de sinais, através dos quais os grupos se comunicam, podem se constituir em um poder invisível, através do qual os grupos dominantes mantêm o poder e o controle sobre o conjunto dos grupos sociais e sobre suas representações e valores. “Os dominados são também dominados em seu cérebro.(Id: Ib., 57). Isto significa afirmar que os grupos dominantes ou a cultura dominante possui o “monopólio da violência simbólica legítima.(Id.: 1989, 12). É através desta que a cultura dominante se impõe e legitima a sua visão de mundo, universalizando os seus valores e as suas crenças. Formam-se os “sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação [que] só podem exercer um poder estruturante porque são estruturadas”(Id. Ib., 9).

Desta forma, compreende-se a formação da lógica do poder: o grupo social dominante, o que possui maior controle sobre o capital econômico associado ao capital cultural, especializa-se na elaboração e difusão do sistema simbólico correspondente ao conjunto dos signos que simbolizam os seus interesses. Desta forma, legitimam a sua visão de mundo e universalizam os seus valores. Os grupos dominados incorporam os valores dominantes, identificando-se com o dominante, querendo ser um dominante. A estrutura mental do dominado está dominada pela estrutura mental do dominante. Com esta equação o grupo social dominante cria e mantém em espaços sociais determinados, sistemas simbólicos que legitimam a ação dominante.

No instante em que o grupo social dominado romper com os símbolos dominantes e se autorizar a instaurar um conjunto de signos, que simbolizam a ruptura com a cultura dominante, o grupo dominante terá como instrumento para manter-se como dominante, o uso da força física repressiva policial. O policial com seu cacete é a exteriorização do símbolo da repressão do grupo dominante, que encontra guarita legítima no Estado, enquanto mantém o controle sobre ele.

A ação do grupo dominado que cria condições de edificar uma outra cultura, ou no sentido da idéia de Gramsci, desenvolvida em Portelli (1977), de edificar uma contra-hegemonia, que simboliza a legitimação da visão de mundo do grupo subordinado, que através da sua ação pratica a aprendizagem de direção, implantando nas práticas cotidianas a perspectiva do grupo social ou da ideologia dominada, construindo com esta ação, uma utopia de superação do estado de manipulação e controle da estrutura mental.

Compreende-se por perspectiva “o modo global de o sujeito conceber as coisas, tal como determinado por seu contexto histórico e social”(Mannheim: 1986, 288). Ao construir este conceito e identificar a perspectiva, o sonho e a utopia, com o meio social e histórico, Mannheim relaciona o pensamento do homem ou de grupos sociais com as situações circunstanciais nas quais vivem. Os grupos sociais constroem suas perspectivas em conformidade com o momento histórico e “as estruturas mentais são inevitavelmente formadas diferentemente em conformações sociais e históricas diferentes”(Id. Ib., 287).

Apesar da estrutura mental se formar num meio social e histórico determinado, os grupos dominados procuram não permanecer presos a este meio, criando uma *utopia* superadora. “O pensar *utópico* reflete a descoberta [...] que é a de que certos grupos oprimidos estão intelectualmente tão firmemente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que mesmo involuntariamente, somente vêm na situação os elementos que tendem a negá-la”(Id. Ib., 67).

Desta forma, demonstra-se que para os grupos sociais subalternos se libertarem das estruturas de dominação, necessitam desconstruir a estrutura dominante ou a perspectiva de dominação. O processo de desconstrução só será possível se existir uma evidenciação do *constructo* que possibilita as amarras das mentes a um meio dominador. Como afirma Mannheim, “existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente se mantiverem obscuras suas origens sociais”(Ib.: 30).

Assim as representações sociais, as concepções, as perspectivas, as utopias e as estruturas mentais “não podem ser percebidas fora de um contexto significativo”(Op. cit., 149). Afirma-se, toda estrutura mental, as representações e os símbolos que se

manifestem ou mesmo os que estão latentes no inconsciente coletivo, poderão ser interpretados e compreendidos quando relacionados a uma estrutura social, econômica e política.

Os valores que grupos sociais determinados detêm, se manifestam no cotidiano. Há um espaço e um tempo de explicitação e de socialização. “A vida cotidiana é a vida de todo homem”(Heller: 1970, 17). A vida do homem que se apresenta no cotidiano como heterogênea e hierárquica. O cotidiano não está vazio de significados, mas está imbricado de significações e de significantes. “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas está no ‘centro’ do acontecer histórico. [...] As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história, partem da vida cotidiana e a ela retornam”(Id. Ib., 20). A cotidianidade é o espaço e o tempo da efetivação do contexto significativo. É no cotidiano que grupos sociais vivenciam a sua história, suas experiências e suas utopias. O cotidiano é história, por isso superável. Ao falar em superação, fala-se, conforme Freire em práxis que é a “reflexão e a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”(1983, 40). A práxis do homem que leva à superação da desumanização, para a construção do “Ser Mais”. A desumanização ou o ser menos é uma “distorção possível na história, mas não vocação histórica”(Id. Ib., 30).

Compreende-se desta forma, que a vocação histórica das classes dominadas é a construção de espaços possíveis para edificar estruturas mentais que rompam com o ser menos e corresponda com a vocação do Ser Mais, que necessita uma “inserção crítica, que só existe na dialeticidade objetividade-subjetividade”(Id. Ib., 41). Assim, “a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais”(Bakhtin: 1995, 35), isto é, os grupos sociais constituem processos e linguagens que são a expressão da sua existencialidade.

1.2. - O Campo da Ação: a interdependência entre as Representações Sociais e Estruturas de Poder.

Cabe questionar como o referencial acima discutido auxilia na compreensão do processo migração-colonização na década de 80 na direção Sul-Norte do Brasil tendo como um de seus pressupostos o movimento pela conquista da terra. Pode-se indicar que a luta pela terra por um determinado grupo social, os sem terra, significa uma ação que visa construir uma contra-cultura. Constituindo-se numa contra-cultura, pela lógica da contradição, tem no seu campo oposto uma cultura que nega a transcendência de uma cultura que necessariamente nega a cultura dominante. Esta se refere à ação e aos procedimentos que defendem e articulam políticas públicas e privadas em favor da manutenção e da ampliação da grande propriedade fundiária. A contra-cultura visa destruir os baluartes de sustentação da grande propriedade, podendo ela ser caracterizada como latifúndio ou não, para implantar e implementar a agricultura familiar e/ou as fazendas cooperativadas.

Porto e Siqueira (1997), analisam a trajetória do conceito de campesinato e de pequena produção, demonstrando que no Brasil, a partir da década de 50, o conceito de campesinato teve força interpretativa unificadora, não somente para análise teórica e empírica da configuração da realidade do campo, mas tornou-se um conceito com expressão de direcionamento político e ideológico, entre correntes metodológicas que defendiam a origem feudal *versus* a capitalista da estrutura agrária e da sociedade rural brasileira. O conceito de campesinato trazia imanente ao seu significado a oposição ao conceito de latifúndio, que se caracterizava fundamentalmente pelas grandes porções de terras pertencentes a uma propriedade e pelo desenvolvimento extensivo da agropecuária. Além destas características, o conceito de campesinato, “deu unidade a uma grande diversidade de relações de parceria, arrendamento, morada, pequena propriedade”(Id. Ib.,27).

Nos anos 70 ganha relevância interpretativa o conceito de pequena produção. As autoras acima citadas indicam que a passagem da centralidade do conceito de campesinato para o de pequena produção, tem relação com a organização e “às transformações políticas do Estado brasileiro, implicando, entre outras coisas, a desarticulação de vários grupos e de movimentos organizados, entre os quais destaca-se [...] o das Ligas Camponesas”(Op. Cit., 29). Entre os conceitos de campesinato e pequena produção guarda-se a particularidade do trabalho que é executado predominantemente pelos membros da família. Acresce-se ao conceito de pequena produção o caráter modernizador implantado pelo Estado no contexto histórico dos anos 70. A modernização do campo brasileiro, pelo novo desenho que pintou para o setor rural, recebeu a complementação do adjetivo “conservadora”, um processo que se caracterizou pela exclusão social promovida no campo e a subordinação da pequena produção ao capital, principalmente a partir do estabelecimento e da consolidação dos complexos agroindustriais. As categorias e os conceitos que possibilitaram a análise sobre a subordinação da pequena produção ao capital agroindustrial, surgiram no final da década de 70, fortalecendo-se no “decorrer dos anos 80, à medida que se estruturou um novo modelo de acumulação”(Op. Cit., 33).

Na passagem para a década de 90, com a redemocratização da política do Estado brasileiro, a sociedade civil reinicia um processo de reorganização, tanto reivindicativa quanto propositiva. Esta nova configuração social exigiu das ciências sociais um fluxo de incorporação de novos conceitos teóricos e categorias empíricas. Como conceito teórico, pode-se apontar o de “movimentos sociais”, e como categorias empíricas “*sem-terra, dos barrageiros, dos assentados, dos invasores, etc*”(34). Esta configuração do campo brasileiro, resultante do processo de modernização, introduziu “uma polarização na explicação sociológica sobre a questão: *pequena produção integrada* (tipo agricultura de familiar moderna, *farmer*, agricultura familiar integrada ao mercado) versus *pequena produção excluída* (assentados, barrageiros, sem-terra, etc.)” (Id. Ib., 33).

Abramovay (1992) observa o processo de modernização ocorrido em países capitalistas centrais, como o “modelo dinamarquês”, explicitando o crescimento da participação da agricultura familiar. Não se trata aqui de criar uma similitude semântica e empírica direta entre a realidade sócio-econômica dos países capitalistas desenvolvidos e o

modelo adotado nos países em desenvolvimento, como o Brasil. O fundamental é compreender que “agricultura familiar”, é um conceito que tem força explicativa para elucidar a capacidade de incorporação das tecnologias e da racionalidade do mercado no processo de produção de bens agrícolas pela família na pequena propriedade rural. Diferentemente da agricultura camponesa, que se caracteriza pela inclusão parcial ao mercado, a agricultura familiar tecnificada está inserida nas relações de competitividade do mercado. Ao se optar pelo peso semântico do adjetivo agricultura familiar, substantivada como agricultores familiares, não se propõe que o caso estudado neste trabalho possa ser enquadrado com tranquilidade nestes conceitos. Antes servirão para a elaboração de referencial de análise crítica entre a proposição do Estado brasileiro de implantar, a partir dos anos 60-70, uma política agrícola de modernização do campo. Em situação antagônica ao processo do chamado “modelo dinamarquês”, que incorporou o agricultor tradicional ao modelo tecnificado, provocando uma mudança interna no agir do camponês, transformando-o em agricultor, o modelo brasileiro se caracterizou como um processo de exclusão social do camponês, indicando indícios de uma ação externa, isto é, impositiva do Estado. Esta política provocou uma ruptura entre o agir cotidiano do agricultor não tecnificado com a postura desejada pelas políticas agrícolas e agrárias promovidas pelo Estado, que gerou no campo brasileiro não a aprendizagem complementar das novas tecnologias, mas a ruptura violenta entre o fazer tradicional, gerando a exclusão social, e a incorporação das políticas de modernização, integrando-se ao modelo modernizador. Os conceitos de agricultura familiar e de agricultor familiar representam neste trabalho uma crítica, para demonstrar os procedimentos antagônicos adotados no campo brasileiro, isto é, a modernização do campo representou a incorporação de tecnologias e do aumento da produtividade, associado ao processo de empobrecimento e de exclusão social dos agricultores não tecnificados. Neste sentido, agricultura é a pequena produção rural que está integrada ao mercado, estando modernizada ou em processo de modernização. Emprega-se ainda o conceito para as possibilidades potencializadoras inerentes à pequena propriedade agrícola manifestadas pela disposição do agricultor em maximizar a produção através da aplicação de tecnologias incorporadas nas máquinas, sementes, insumos e na gestão da propriedade rural.

Em contradição ao processo modernizador, leva-se em consideração, que o latifúndio representa para o camponês e para o pequeno produtor rural o “ser menos”,

devido à negação do acesso a terra e àquilo que esse representa. Por outro lado, a distribuição da propriedade latifundiária, com as devidas políticas de humanização da terra, é condição necessária para que esta sirva de edificação do “Ser Mais” do homem do campo. O “Ser Mais” que o camponês busca e o “ser menos” que o latifúndio promove, são bases existenciais e circunstâncias que se constituem em condições e situações de criação de representações sociais determinadas em grupos sociais diferenciados e diferenciadores. Empregam-se aqui os conceitos de “Ser Mais” e “ser menos” conforme desenvolvidos por Freire (1983). Para este pensador a primeira é a capacidade do ser humano de superar as condições e situações de dominação, de opressão, de alienação, de desumanização, assumindo a história e se tornando sujeito da condução dos processos sociais que o libertam construindo relações e práticas que se embasam na solidariedade e na autonomia dos homens e das mulheres. Já a segunda, ou o “ser menos” é a afirmação dos poderes de alienação, de controle, de dominação, de exploração, confirmando as estruturas sociais que hierarquizam os seres humanos, afirmando que os possuem mais valham mais que os despossuídos.

Neste sentido, o camponês e o latifundiário carregam traços distintivos característicos que os identificarão a grupos sociais específicos. Levarão signos caracterizantes nos seus corpos e nas suas indumentárias, características diferentes e diferenciadoras, visto que estes signos também são significantes nos processos de seleção para créditos bancários, para a obtenção da palavra e a voz em reuniões coletivizadas: cooperativas, partidos, sindicatos, associações.

Constituindo-se o ser camponês uma significação marginalizadora para o sistema modernizador (aqui a referência é o sistema e as políticas de modernização do campo a partir dos anos 60), significa também a negação de uma forma determinada de postura e procedimentos. Esta negação da significação do camponês é a base para se edificar um novo código de linguagem que trará um novo significante. O camponês significante terá força agregadora e constituinte de uma estrutura estruturante. Ao se perceber significante e estruturante o camponês se mobiliza e visualiza uma nova significação. O camponês estruturante, que é uma estrutura estruturada, desconstruirá a velha estrutura, que o marginaliza enquanto significado, para propor e construir uma contra-cultura que representará a edificação de uma nova estrutura.

Desta forma, se o latifúndio representa a estrutura que desagrega a significação de camponês, esta deverá ser desagregada, para que a significação de camponês possa surgir ou mesmo ressurgir. Assim o significante latifúndio deve desaparecer para que a estrutura camponesa ou pequena propriedade familiar possa se fazer a estrutura estruturante.

Estas relações são um jogo que se estabelece no espaço social para a concretização da visão de mundo de um grupo social determinado. A questão que se coloca é se a contra-cultura terá forças agregadoras para superar a cultura fundiária dominante. Para ilustrar o significado da luta da contra-cultura, pode-se citar as lutas, as perseguições e as resistências das ligas camponesas nos anos 50-60 no Nordeste Brasileiro e atualmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo país. Manifesta-se nesses exemplos a luta pela reforma agrária que, como já chamou atenção Prado Jr.(1979), esta não deve significar somente a luta pela distribuição da propriedade rural e o aumento da produção agrícola, mas deve ser acima de tudo um processo de humanização da vida do camponês, possibilitando-lhe o acesso às condições reais e fundamentais de existência de vida ao homem no meio rural.

Na discussão atual das ciências sociais não se constrói mais modelos que desenham uma rígida separação entre o campo e a cidade. Há teorizações que demonstram uma explícita industrialização do setor rural e uma inter-setorialidade dos fatores produtivos do campo e da cidade (Müller: 1989). No entanto, a industrialização do campo não significou um processo de inclusão do trabalho do campo no processo da modernização do setor agrícola. Müller mostra que somente 20% dos produtores foram incorporados pelas políticas modernizantes. Os demais 80% dos produtores rurais têm inscritos na sua significação, uma negação de acesso ao sistema. Ao mesmo tempo em que o sistema estrutural e organizacional modernizado nega o camponês e o pequeno produtor rural, este nega o sistema, mesmo quando reivindica a sua inclusão. Por que se pode afirmar que o camponês nega o sistema quando luta pela sua inclusão? Uma explicação possível pode ser, de que o sistema, enquanto estrutura estruturante, negou o camponês por não necessitar dele enquanto força produtiva. Quando o camponês se afirma produtor e

luta para se incluir na significação de produtor, este nega a condição de excluído e constrói a situação de inclusão.

Perante esta postura, o sistema, representado pelo Estado e este pelos seus agentes econômicos e políticos, deve construir uma alternativa efetiva para a pressão do camponês que se coloca e possui ações significantes, isto é, capazes de desestruturar a estrutura fundiária dominante. Sob este aspecto surgem alternativas. A primeira seria a efetivação da reforma agrária nos locais de origem da tensão social. Nos anos 70-80 estes focos tornam-se evidentes na Região Sul do Brasil. Dentro deste quadro se localiza a Encruzilhada Natalino. A segunda opção adotada pelo Estado foi a necessária transferência do camponês sobrando na Região Sul do Brasil para a Amazônia. “A colonização é uma reação às lutas sociais camponesas”(Santos: 1993, 269). O processo colonizatório significou a estruturação de um novo espaço social e econômico. A colonização, além de negar a efetivação da reforma agrária no Sul do Brasil, levou para a Amazônia o “*homo socius*” e o “*homo economicus*”, pois ao deslocar o homem e o capital para a Amazônia, promoveu-se a reconstrução do espaço social com todas as significações e todos os significantes da estrutura do espaço social de origem. Assim a igreja, a cooperativa, o clube, a escola, a praça, o mercado, as relações políticas, sociais e econômicas se refizeram no local para o qual houve o deslocamento. “As significações do local de origem se refazem no natural: é um verdadeiro processo social em si, e deve ser analisado sociologicamente como tal” (Id. Ib., 13).

Na migração-colonização ocorre um processo de desterritorialização (Costa: 1995). O migrante torna-se um ser desenraizado. Ele perde as origens, as familiaridades, as vizinhanças. Os sinais, os espaços, os locais e as direções se desfazem. Há a necessidade de uma reconstrução, de uma reterritorialização. O migrante constrói um novo lugar, o território pelo qual se faz familiar. A reterritorialização é tornar identificáveis os espaços, as distâncias, os sinais, os tempos. É tornar o meio reconhecível, adaptando-o a uma perspectiva de vida, é fazer-se fazendo o meio físico e social em conformidade com os valores inerentes aos indivíduos que compõem um grupo social determinado, valores estes que se tornam a representação social do grupo sobre o meio que deverão reconstruir. Na reconstrução ou construção do espaço social no lugar colonizado, há influência relacional entre o espaço biofísico (*locus* objetivo) e os valores imanentes ou manifestos do grupo

colonizador (*locus* subjetivo). Da junção do *locus* objetivo com o *locus* subjetivo, nasce um espaço social que poderá ser geograficamente novo - devido a recente localização - mas poderá ser temporal e culturalmente velho, porque o espaço social novo se reconstrói política, social e economicamente, tal como na sua origem. Pode-se dizer que alguns grupos sociais têm a necessidade de migrar para projetos de colonização recentes devido a um querer construir um espaço social, onde possam ocupar uma posição social distintiva - condição e situação não possível na região de origem. Sob este aspecto o “novo” não significa um outro espaço geográfico e territorial, mas um espaço estruturante de relações sociais, econômicas e políticas que romperam com o *status* do *locus* de origem. Esta não representou, no entanto as razões das colonizações, que reproduziram espaços sociais, pelo menos nos princípios das colonizações, menos estéticos, mais instáveis, mais incertos, mais provisórios do que os lugares que foram o ponto de saída para a migração. Mas então porquê migram as pessoas? Como diz Touraine (1994) o migrante é um ser de esperanças, e está cheio de utopias as quais desejam concretizar. O migrante migra para tornar real um sonho. Este sonho poderá ser a terra. Mas o sonho poderá virar uma decepção, porque a “colonização é conflitiva: são diversos os atores sociais e as forças sociais que dela participam, cada qual com seus específicos interesses econômicos, suas decisões políticas, e seus projetos.”(Santos: 1993, 14). E ainda, o “deslocamento que os agentes sociais fazem do seu mundo de vida para outro, onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. [E mais], o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um *plus* estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador, emprestando-lhe às vezes um bônus épico de risco e aventura”(Bosi: 1992, 12).

Desta forma, repete-se na colonização a estrutura social de exclusão própria da matriz. O *inquilinus* (aquele que reside em terra alheia) ou entre nós o Sem-Terra, migra para tornar-se um *incola* (o habitante da terra). Assim a raiz *Colo* significa “eu moro, eu ocupo a terra, e por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo”(Id. Ib., 11). O migrante se desloca para cultivar a terra, tornar a terra produtiva, torná-la culta. Ao tornar a terra culta, o migrante começa a formar memória, preenche os espaços naturais, tornando-os espaços culturais. Mas para o migrante cultivar a terra não significa necessariamente um *incola* - ter a própria terra para cultivar, ele poderá se tornar no espaço da colonização em *inquilinus* e um cultivador da terra alheia - ou um *colonus*. Assim, a

“colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo migratório”(Op. Cit., 13).

Compreende-se, no entanto, que os conflitos e as carências somente são evidenciáveis e explicitadas, quando ocorre a organização das queixas individualizadas e difusas num conjunto mobilizador e identificador das problemáticas dos agentes sociais responsáveis e promotores de ações sociais que arregimentam energias e vontades para um projeto determinado.

Com Weber (1987) se entende que os indivíduos, ou grupos sociais são sujeitos que ao possuírem uma ação social, atribuem a esta um sentido, isto é, os sujeitos atuantes tem uma ação quando atribuem a esta uma significação subjetiva e um valor que terá correspondência com os interesses que lhes são próprios.

Esta postura teórica, leva a uma interpretação que poderia facilmente sugerir que os sujeitos estão fora de sistemas simbólicos e materiais os quais formam a estrutura social. Com Chauí (1993), pode-se questionar sobre a ideologia que predomina na sociedade ou o processo que faz crer na universalização dos valores da classe dominante e na homogeneização dos interesses dos grupos sociais desiguais que compõe as sociedades capitalistas modernas.

Quando Marx (1986) fala da alienação, demonstra como o macro-sistema, a estrutura econômica, submete os grupos sociais, ou numa linguagem mais específica, a classe social, os operários, a uma situação de exploração e de dominação. No entanto, após um reconhecimento básico e estrutural não deixa de apontar caminhos de desestruturação e desconstrução da estrutura que transforma os homens reais em simples autômatos do sistema. Marx a partir da análise que realiza do modo de produção capitalista, orienta a sua metodologia de análise e de ação no sentido de libertar os homens dos grilhões que os escravizam a um sistema material e simbólico próprio do capitalismo para edificar uma sociedade socialista. Sachs (1986) citando Fromm, lembra que “para

Marx, o objetivo do socialismo é a emancipação do homem, isto é, a sua própria realização graças a relações produtivas e harmoniosas com os seus semelhantes e com a natureza.”

Com a interpretação estrutural da sociedade por Marx e a visão compreensiva de Weber, o qual atribui aos sujeitos sociais vontades particulares, indicando que toda ação social provém dos sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações, a Sociologia contemporânea sistematiza modelos que incluem as micro-observações e análises explicativas associadas aos modelos explicativos das macro-estruturas totalizadoras.

Desta forma, é possível construir a leitura relacional entre os macro-sistemas ou as estruturas e as interpretações do micro, os locais nos quais se realizam as ações dos indivíduos ou dos grupos sociais, fazendo-se agentes de suas ações sociais. Indica-se assim que os agentes não são frutos autômatos e mecânicos de um meio sócio-econômico, no entanto constroem representações, tomam atitudes e promovem ações que são instituintes de valores e de estruturas sociais.

O que poderá ser questionado é se as ações dos agentes sociais levam de fato a uma superação dos grilhões da escravização ou os aprofundam? Diversos autores contemporâneos nas ciências sociais teorizam sobre as possibilidades da promoção de um processo que rompa e desconstrua os modelos e as práticas cotidianas autoritárias e dominadoras.

Touraine (1994) ao realizar uma leitura crítica do surgimento e do desenvolvimento da modernidade aponta duas características básicas: a racionalização e a subjetivação. Por racionalização compreende o desencanto do mundo, lembrando Weber, ou a fórmula que levou o homem moderno a valorizar a razão, a ciência positiva com seus métodos de observação e experimentação. Este proceder que inventou a ciência e a tecnologia moderna, revolucionaram as visões de mundo, os procedimentos e as relações humanas, foi a marca que elevou a burguesia para o domínio do sistema capitalista. A racionalização foi a característica priorizada pela classe burguesa, pois esta lhe proporcionava instrumentais técnicos para promover constantes mudanças no sistema

produtivo, fonte de poder econômico e político, poderes que garantem a permanência e a dominância do poder.

A subjetivação é o procedimento que caracteriza a modernidade como tempo e espaço históricos que colocam o homem no centro das reflexões científicas e políticas. O homem passa de um ser marginal do período medieval para o altar da modernidade. Neste sentido, o homem faz-se sujeito de suas ações e de suas vontades. Da impessoalidade, passa-se para um período no qual se considera o sujeito como ser criativo, livre e responsável.

Dos dois processos, a racionalização, isto é, o avanço e o sucesso da técnica predominou. A subjetivação tornou-se um projeto moderno que fora esquecido na evolução histórica. Assim Touraine indica que “os sucessos da ação técnica não devem fazer com que se esqueça a criatividade do ser humano”(218). E definitivamente, ser sujeito histórico é superar-se no fazer criativo das ações cotidianas.

O desenvolvimento desigual dos processos da racionalização e da subjetivação, levou a uma estrutura social que gera em suas entranhas procedimentos que Buarque (1991) denominou de “apartação social”(34). A apartação social é um proceder pelo qual a sociedade brasileira, especificamente, cria formas de avanço tecnológico e econômico incorporando uma minoria da população, enquanto exclui, de uma maneira drástica, a maioria da população. Esta forma conflitual de planejar e organizar a sociedade brasileira, é a maneira própria dos “modernistas arcaicos” (52) que trazem tecnologias de fora, que copiam modelos de desenvolvimento exógenos e que incorporam processos modernizantes sem de fato planejar e desenvolver o país para a incorporação efetiva da população. Incorporação que deve se dar tanto no nível econômico como no político, ou seja, a ativação da sociedade para tornar o marginalizado um cidadão, aquele que participa dos bens produzidos e se faz sujeito no meio social.

Para alcançar tal finalidade sugere uma ação política que supere o sistema partidário e político-participativo, passando de posturas que são classificadas como a resistência e reivindicatórias para a elaboração e “à formulação de propostas viáveis para uma nova sociedade no Brasil”(Buarque: 1992, 34).

Este autor reconhece que a passagem da postura reivindicatória para a propositiva sugere um maior grau de dificuldades e pressupõe uma maior inteligibilidade política. Pode-se interpretar, assim, que a fase de participação política propositiva é o grau de maturidade política que deve caracterizar o estágio de cidadania a ser construída pelas sociedades contemporâneas. A cidadania propositiva é a que pressupõe ou supõe a superação das desigualdades sociais, dos clientelismos políticos e dos valores patriarcais inerentes à sociedade brasileira. A desconstrução dos valores dominantes e dominadores somente se pode dar no processo da práxis do sujeito que se constrói na ação e na reflexão. A práxis democrática e cidadã não se dará efetivamente de forma *a priori*, ou como um dado. Porém a democracia se constrói na efetiva participação dos cidadãos em todos os espaços de execução do poder.

Quais são os espaços do poder? Com Foucault (1979) se aprende que o poder não está somente localizado e centralizado num lugar ou numa única instituição, no Estado. O poder, no entanto, é uma prática difusa que se localiza e age nos micro espaços e organizações. Na afirmação de Machado, na introdução ao livro *Microfísica do Poder*: “o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder.” Desta forma, pode-se interpretar que, além do poder de repressão do Estado, há uma prática de poder exercido pelos sujeitos nas suas ações cotidianas, ações estas que são instituintes de práticas que correspondem aos valores e as visões de mundo dos agentes sociais. Agentes estes que constroem um conteúdo e métodos de procedimentos localizados em práticas não dominantes aos quais Foucault denomina de “saberes dominados”(170).

Fazer emergir dos escombros da ciência e da sociedade os saberes dominados, é proporcionar-lhes um corpo e vitalizar as práticas de homens e mulheres, considerando-os agentes sociais e históricos que se fazem na história, isto é, fazem da sua prática um instrumental de superação e do construir-se sujeito.

O fazer-se sujeito ocorre num meio social determinado. O sujeito ao qual a Sociologia se refere é um sujeito social, isto é, que está em relação com outros sujeitos através dos quais edifica ações e práticas sociais. Há que se compreender que a construção do ser sujeito ativo e criativo torna-se viável somente em sociedades democráticas. O

conceito de democracia, no entanto, não pode ser interpretado no sentido estrito da institucionalização de direitos e deveres políticos ou da participação formal. Para uma visualização mais completa requer-se a transcendência da formalização, da possibilidade, da liberdade individual e da garantia do direito de participação política em períodos eleitorais.

Sob este aspecto Bobbio (1983, 1986) propõe a edificação da democracia em três níveis diferenciados, porém complementares. A primeira refere-se à democracia política, instituto que fora conquistado pela humanidade com o iluminismo, isto é, constitui-se na institucionalização dos direitos formalizados do cidadão poder participar ativamente na definição da organização do poder à nível do Estado. Na verdade, este período inicial foi a própria consagração do conceito de cidadão. Assegurava-se a liberdade individual contra o despotismo dos monarcas e dos reis, enfim do Estado. Democratizar o Estado e assegurar direitos individuais, representou um avanço histórico. No entanto, restringir-se a esta definição, constitui-se em paralisação histórica. Neste sentido Bobbio propõe a reflexão sobre a democracia social (1986, 54), ou seja, a observação sobre a prática das relações de poder à nível da sociedade civil e das instituições que a compõe: família, escola, fábrica. Assim, construir-se-á uma prática de exercício do poder nas organizações societárias que Bobbio denomina de “ascendente” em contraposição ao exercício do poder político que provém do Estado e dos seus órgãos que o autor denomina de “descendente”. A democracia social requer a extensão e ampliação das práticas democráticas. Elas vão além do Estado, penetrando no cotidiano dos cidadãos. Porém a proposta de Bobbio não se limita à democracia política e social. A proposição se completa com a indicação da necessidade de alargamento da base efetiva de participação, isto é, “democratização também do poder econômico” (1983, 90). As três dimensões, o político, o social e o econômico, quando democratizadas, são a base para a construção de uma sociedade livre, onde vontade individual e o bem-estar social estejam atendidos. Este ideal ou esta utopia poderá ser concretizada, ou, a democracia concreta será alcançada com a participação propositiva da sociedade civil (movimentos sociais) e com a efetuação de reformas estruturais, principalmente em sociedades desiguais em termos do exercício do poder político, social e econômico como a sociedade brasileira.

Em termos econômicos esta proposição requer a superação das posturas que levam ao que Sachs (1986 a) denominou de economismo, isto é, ao estilo de desenvolvimento que reduz o planejamento das formas de produção dos bens materiais em curto prazo, ou ao processo que visualiza a consecução de objetivos que demonstram a maior eficácia na obtenção de maior lucro em tempo mínimo possível, sem levar em consideração os fenômenos multidimensionais que englobam fatores sociais, ambientais, culturais e biofísicos.

Esta proposição requer a superação do atual paradigma de crescimento econômico e do desenvolvimento das ciências. Do modelo cartesiano, fragmentário e especialista, aponta-se para a construção necessária de um modelo que englobe a complexidade das inter-relações entre os fenômenos sócio-culturais e biofísicos. Ao substantivo desenvolvimento, acresce-se o adjetivo sustentável, para caracterizar tanto o equilíbrio da conservação da natureza, quanto à concepção de uma transformação radical da estrutura da sociedade para que se apresente justa e igual. Estes preceitos indicam a superação do modelo de desenvolvimento implantado nas sociedades ocidentais. O conceito de desenvolvimento sustentável se concentra na interface das possibilidades de produção de alimentos com a preservação do meio ambiente. (Pires: 1998).

Para a consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, Sachs (1993), indica a necessidade de fixação de estratégias de transição de um modelo a outro. Dentre as características que devem ser incorporadas, aponta cinco dimensões de sustentabilidade: A) “*Sustentabilidade social*: tem como objetivo “construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados”(25). B) “*Sustentabilidade econômica*”: “a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial”(25). C) “*Sustentabilidade ecológica*”: requer um processo de redução do consumo indiscriminado dos recursos naturais não-renováveis e uma maior racionalidade em relação aos recursos naturais renováveis, incluindo no planejamento de políticas públicas a “redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos.”(26). D) “*Sustentabilidade*

espacial”: indica para uma “configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas” (26). E) “*Sustentabilidade cultural*”: privilegia “processos de mudança no seio da continuidade cultural [voltada para] soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local”(27).

Numa perspectiva de aplicabilidade dos princípios relacionados, Guivant (1995) reflete sobre as possibilidades do desenvolvimento de uma “agricultura sustentável”, que supere o modelo de crescimento agrícola planejado pela teoria da “revolução verde”, que se caracterizou no Brasil pela incorporação de tecnologias exógenas, descaracterizando o saber-fazer do agricultor a fim de implantar o conhecimento técnico/científico criando um abismo entre o “tradicional” e o “moderno” gerando práticas destrutivas do meio biofísico e de exclusão do agricultor. A estratégia de desenvolvimento sustentável “visa sobretudo garantir a satisfação entre as necessidades atuais, sem entretanto comprometer as possibilidades das gerações futuras de atender também às suas necessidades, o que seria viabilizado por processos de mudança que englobem a exploração dos recursos naturais, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e as estruturas institucionais”(102).

Para Duarte (1998) a modernidade criou os seus mitos, a partir dos quais edificou as suas utopias e as suas frustrações. Para caracterizá-los indica um conjunto de quatro mitos que se baseiam fundamentalmente no etnocentrismo e epistemicídio. No primeiro destaca-se o “*mito da natureza infinita*” compreendendo-se com este, a relação indivíduo e natureza, prevalecendo a dicotomia entre o sujeito (homem) e o objeto (natureza), percebendo-se a segunda apenas como fonte de matéria prima, que pode ser utilizada e transformada. O segundo construiu-se a partir da “*industrialização e do crescimento ilimitado*” e o desenvolvimento tornou-se sinônimo de progresso, associando-se à ciência e à tecnologia, que para o modelo ocidental, tornou-se sinônimo de modernidade. O terceiro mito está centrado na idéia “*da superioridade da ciência e da tecnologia e de suas correspondentes práticas sociais*” que avalia com conotação negativa os modelos e as práticas diferentes, e que por essa razão devem ser modificadas e adaptadas ao modelo hegemônico, julgado como moderno. O quarto mito se centra na “*igualdade sócio-econômica e da possibilidade de sucesso nos grandes centros urbanos*

industrializados” resultante das promessas de vida melhor nos centros urbanos e dos movimentos migratórios que se estabelecem a partir desta prática.

Considera-se que os mitos da modernidade são resultantes de um paradigma que engendrou práticas e modelos racionais que levaram à destruição do meio biofísico e das culturas locais. O novo paradigma epistemológico deve capacitar para a inclusão das diversidades sócio-culturais e das biodiversidades. “O aspecto essencial desta discussão gira em torno da maturação de uma abordagem globalizante das diversas disciplinas que compõem atualmente o campo disperso e controvertido da Ecologia Humana”(Vieira: 1995, 51). Isto indica que “há uma nova sociedade a ser reconstruída, onde a participação dos sujeitos [...] é considerada como relevante. Aí reside a razão da importância dos processos educacionais, de conscientização, de desalienação, ainda que seguindo metodologias distintas”(Scherer-Warren: 1995, 174).

O modelo de desenvolvimento sustentável requer o planejamento com a participação de um cidadão ativo. A participação ativa da cidadania é um processo de negação e superação do assistencialismo, do clientelismo, do coronelismo, do patrimonialismo e do paternalismo, características do modelo etnocentrista que julga inferiores e incapazes sujeitos de localidades diferentes. Estes *ismos* são a negação do processo democrático fundante da cidadania. Ou em conformidade com Demo (1995), representam fórmulas de “cidadania tutelada”, suportada e cultivada pela elite política e econômica. É “aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima. Por conta da reprodução da pobreza política das majorias, não ocorre suficientemente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela”(06). Além da cidadania tutelada, este autor ainda apresenta a concepção da “cidadania assistida” como expressão de uma “forma mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito, que é o direito à assistência”(06).

A pobreza política em Demo é definida como processo no qual ocorre a invenção do “não-cidadão” aquele que “por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organização politicamente para tanto”(02). Como forma de negação da pobreza política, da pobreza material e da cidadania tutelada e assistida, a proposição

instituinte é a conquista de uma cidadania emancipatória, que está fundada na “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”(01). É importante salientar que a base da cidadania emancipatória é um processo de conquista, ou seja, a democracia organizada em bases sólidas de competência que nega a tutela de grupos elitistas os quais promovem a pobreza política para a construção de uma sociedade embasada em princípios emancipatórios, capazes de promover a cidadania fundante de sujeitos históricos, livres e criativos.

Para construir tal concepção de cidadania, faz-se mister considerar que a atual estrutura social deve ser transformada. É neste sentido que autores teorizam, dentre os quais Touraine, conforme Scherer-Warren, que os movimentos sociais têm a projeção instituinte da cidadania emancipatória, “seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro. [Neste sentido] os movimentos sociais seriam aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural”(1993, 18).

Para se propor um processo de reflexão sobre as condições de produção das relações sociais que ocorrem no cotidiano das pessoas, deve-se ter como fundo a análise das contradições e das relações dialéticas e históricas que apontam para o conflito, ou seja, para as possibilidades de transformação, inerentes aos próprios sistemas sociais e econômicos excludentes, para a edificação de uma sociedade capaz de produzir a inclusão e a participação efetiva dos agentes sociais, enquanto mentores e sujeitos de suas ações e da sua história.

Para os sujeitos sociais se constituírem sujeitos históricos devem ser compreendidos como atores que constroem o cenário da ação e das representações cotidianas. O fazer e as representações dos sujeitos não estão, no entanto, separados de um contexto histórico e simbólico determinado. As representações dos indivíduos estão ancoradas aos símbolos construídos pelas culturas localizadas em espaços sociais e econômicos. Estabelecem-se relações entre os contextos, isto é, as estruturas sócio-econômicas e as representações sociais são gestadas pelos atores sociais em estruturas simbólicas e históricas determinadas. Neste sentido, há um arbitrário metodológico, que requer, para a compreensão das representações sociais, a interpretação do processo e da

estrutura que especifica o momento histórico no qual as representações são gestadas. Não se pode, entretanto, ter procedimentos metodológicos que priorizam as estruturas em detrimento das representações, correndo-se o perigo de um reducionismo mecanicista, que despreza as vontades e os métodos criativos dos indivíduos. Por outro, ao analisar as representações sociais sem a interpretação do contexto estrutural e histórico, desliza-se para um viés reducionista idealista, caindo-se num vazio de um espaço sócio-histórico. Adota-se sob esta perspectiva procedimentos metodológicos e teóricos que requerem a interpretação do contexto sócio-histórico para a compreensão das representações sociais.

CAPÍTULO II - ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA MOTIVADORA DO PROCESSO COLONIZATÓRIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

2.1. - Alguns Perfis da Geopolítica Brasileira.

Nesta partícula propõe-se questionar a visão político-militar sobre a geopolítica da região amazônica. O conceito político-militar traz no seu significado a concepção da filosofia política elaborada pela Escola Superior de Guerra, que dentre outras características podem-se destacar os princípios de seguridade e integridade do território nacional, a defesa da propriedade, da liberdade e da democracia. Considera-se também que é importante a compreensão do pensamento empírico-positivista que orientou a ação dos governos brasileiros em geral e do militar pós-64 em particular sobre o perfil de desenvolvimento e ocupação da Amazônia, por que o pensamento político-militar dominante no regime pós-64 é que dá a coloração do processo migração-colonização da Amazônia em termos genéricos e do Norte de Mato Grosso em particular.

Compreende-se por geopolítica a “ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a Geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto. [...] Assim, a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado”(Silva: 1981, 29). Este conceito nos introduz nas principais preocupações registradas a partir da Escola Superior de Guerra², a de ocupar e desenvolver as regiões denominadas de “espaço vazio” e “fronteira oca”(Id. Ib., 43), que se caracterizam pela ausência do elemento humano, do trabalhador, do capitalista, do Estado, da polícia, das infra-estruturas

² A Escola Superior de Guerra foi criada pela lei n°. 785 de 20 de agosto de 1949 com a finalidade de elaborar uma Doutrina de Segurança Nacional: “A motivação básica de sua criação localiza-se no pós-guerra: a desinteligência lavrada entre poderosos Estados-Nações, que arrastava para o conflito mais da metade do globo, impusera às organizações nacionais revisão de comportamentos internos e externos, para fazer frente a novas contingências, de grande influência na vida dos povos”(Gurgel: 1976, 27).

produtivas e de serviços que caracterizam as arquiteturas dos espaços sociais contemporâneos. A questão se centraliza no preenchimento de civilização em regiões geográficas determinadas, seja porque estas nunca atingiram este espaço territorial ou devido a ocupação desordenada do espaço deixou para trás espaços vazios da presença de três elementos básicos constituintes das relações capitalistas de produção: o homem, o capital e o trabalho.

A Amazônia, que ocupa 5 milhões de Km² em território brasileiro, foi a partir do séc. XVIII alvo de tentativas de ocupação. Vários projetos de iniciativas fracassaram. Isto é explicado, por um lado, pela imensidão das florestas que caracterizam a região, e por outro, pela ausência de infra-estrutura administrativo-organizacional e comunicacional. O vazio de capital tornou-se uma preocupação na elaboração de planos estratégicos³ para ocupar as terras consideradas demograficamente vazias: “transformar essa região anecúmena, primeiramente em espaço político e depois em espaço econômico”(Mattos: 1980, 32), era a ordem expressa nos programas de governo, nas mensagens presidenciais e na doutrina de segurança nacional.

Restringe-se à análise pós-64, embora sejam muito importantes as iniciativas anteriores a esta data. Dentre elas pode-se destacar a iniciativa de Vargas que instituiu a Fundação Brasil Central, para promover e executar projetos de integração do território do Brasil interior e fronteiro para o efetivo domínio das terras da nação brasileira para o Estado brasileiro. Além das iniciativas de Vargas, pode-se ainda destacar a construção de Brasília. “A interiorização da capital teve o mérito de ir, aos poucos, mudando o *facies* do Brasil, era o Brasil encontrando-se com a sua imensa continentalidade, até então apenas arranhada - pois só valia o que estava à beira-mar. O ano de 1960, da instalação de Brasília, pode ser chamado de *o ano de nossa continentalidade*”(Id. Ib., 97) e ainda “aproximaram-se da Amazônia o cérebro e o coração do Brasil. O centro das grandes decisões nacionais descolocava-se para perto do corpo inarticulado”(Op. Cit., 72).

³ Estende-se por estratégia “todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente a consecução dos objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e prosperidade crescente”(Silva: 1981, 25).

Brasília constituiu-se no marco da interiorização. Fazia-se necessário politizar o espaço amazônico, isto é, torná-lo um problema que estivesse presente nos discursos e nos projetos dos governos, nos interesses empresariais, nas alternativas de vida das populações marginalizadas e nas perspectivas dos que se lançavam na aventura e no desafio de ampliação do capital acumulado. A localização física da capital federal no Planalto Central auxiliou na visualização das operações táticas para tornar a imensidão anecúmena um atrativo para o povoamento demográfico e para a aplicação de capital econômico-financeiro. Os planos teriam que possuir, como bem ilustra o General Mattos, para ampliar e ocupar as fronteiras, uma “mística do desenvolvimento”(1980, 116).

A fronteira hoje, conforme a leitura crítica de Becker, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros e camponeses. É também um espaço social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas. A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle(1990, 11).

Martins (1997) ainda demonstra que a fronteira é um espaço social e um tempo histórico, nos quais os diferentes e os desiguais se encontram e se desencontram em constantes relações conflituais nas quais o outro é percebido como alguém inferior, selvagem e que pode ser dominado e explorado. Na fronteira, a natureza é concebida como um espaço a ser incorporada ao capital interpretando-se como uma situação arcaica a estreita ligação e interdependência da civilização em relação ao meio natural. Afirma, “o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna.”(15). Ainda “a fronteira aparece freqüentemente como o

limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal”(162).

Esta concepção histórica de fronteira é contrastada pela visão funcional de fronteira para a qual os desafios, e em conformidade com a integração nacional, deveriam ser guiados por duas leis básicas: o desenvolvimento e a ocupação. Em primeiro lugar, a imensa região, a fronteira, deveria ser ocupada por homens capazes de produzir capital, transformando a natureza pelo trabalho. Os homens com um perfil cultural voltado para a produção de mercadorias, incorporando-as ao mercado econômico, é que estavam ausentes na Amazônia. A Amazônia não estava inabitada por seres humanos. No entanto, os homens que habitavam as florestas amazônicas eram considerados, pelo sistema governamental, indigentes para o trabalho, portanto incapazes para o exercício das funções requeridas pelo capital. Esta perspectiva se colocava em conformidade com a concepção de trabalho do homem ocidentalizado, isto é, aquele que assimilou e incorporou a racionalidade e a calculabilidade características da razão instrumental moderna, que orienta a efetividade da ação de transformação da natureza pelo trabalho, para uma finalidade de apropriação e acumulação de riquezas. Desta forma, o índio e o posseiro-camponês apesar de estarem presentes corporalmente nas terras amazônicas, as suas mentalidades não eram compatíveis com os interesses e com o plano que se propunha: “transformar o espaço geográfico amazônico em espaço econômico”(Mattos: 1980, 80).

Para corresponder a perspectiva funcional do Estado-militar, a tática era a atração do capital e do trabalho. Porque “o desafio econômico é uma batalha em pleno desdobramento. É a batalha tantas vezes tentada e tantas vezes frustrada. É a batalha de que não desistimos”(Id. Ib., 81). Tanto é que para ocupar a Amazônia, o Brasil coligou-se com os países democráticos, e compatibilizou com o tratado de Washington de março de 1942 o qual fixou que o Brasil deveria corroborar com os esforços de guerra promovida pelas nações democráticas.

Esta concepção política de Estado, a visão antropológica inerente, o cenário de guerra internacional e as relações de subordinação do país aos interesses internacionais, levaram o Brasil a um momento organizativo para reativar a exploração da borracha nativa, visto que a economia extrativista vegetal dos seringais da mata amazônica entrou em

depressão nos idos anos de 1915, quando este setor da economia brasileira não conseguiu competir com o látex que vinha da Malásia. Já no período da Segunda Guerra Mundial, ocorreu a invasão da Malásia pelos japoneses, inimigos de guerra dos Estados Unidos, país que liderava e comandava o bloco das nações ao qual o Brasil se alinhava. O fator guerra produziu um novo aquecimento da exploração seringalista nas florestas brasileiras.

É importante explicitar que na formulação da teoria da integração e da segurança nacional, os militares de formação positivista-liberal concebem a democracia como uma instituição que se opõe frontalmente ao regime ou ao Estado socialista de produção e de poder. Neste sentido ao se referir aos países democráticos, os mentores da teoria da segurança nacional não propõem a superação das desigualdades sociais e não percebem a sociedade como formada por contradições estruturais inerentes ao sistema de classes sociais. Consideram que as desigualdades existentes entre indivíduos de uma mesma sociedade são desigualdades que se manifestam nos próprios indivíduos. Tal proposição nega a possibilidade de encontrar nas relações que estabelecem no sistema a causa das desigualdades sociais. Assim, não se justificam iniciativas que propõe a mudança estrutural da sociedade. A desigualdade dos indivíduos entre si é evidenciada por princípios naturais, através dos quais se afirma que um indivíduo possui maior capital econômico e maior poder político, porque possui maior capacidade individual para gerenciar a sua empresa ou de investir no controle do poder. As razões são justificadas pelos princípios individualistas: o que importa é a liberdade do indivíduo em detrimento da igualdade e da liberdade da coletividade. Em conformidade com estes princípios teóricos, tem-se uma ação correspondente. O Estado organizado e administrado sob a base filosófica liberal-positivista, incrementa políticas que incentivam iniciativas privatistas, concedendo ao setor privado privilégios que serão negados para setores marginais, que não tem acesso à centralidade do poder econômico e do poder político. Com isto estão justificados os incentivos fiscais que os governos concedem às grandes empresas para transmutar o capital das regiões Sul e Sudeste, principalmente, para a Amazônia, porque, em conformidade com estes princípios, os administradores das corporações empresarias, pelo fato da sua organização e administração, já deram o testemunho da eficácia individualista, testemunho não dado pelas classes subalternas.

Para equacionar a problemática da inexistência de recursos financeiros e de mão-de-obra na região, ocorreram investimentos por parte do governo brasileiro e por iniciativas do governo estadunidense sob a assistência da Fundação Rockefeller. Foram criados, além do Banco da Borracha, outros órgãos de prestação de serviços e de pesquisa, como o “Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia” (SEMTA), cujo objetivo era recrutar, hospedar e colocar os nordestinos nos seringais”(Mattos: 1980, 94).

Mas porque os nordestinos? Homens de regiões atingidas pela seca, pobres porque explorados e mantidos na ignorância, constituem-se em presas fáceis para um caçador faminto e predador. Era a necessidade da guerra: insaciável pela necessidade da borracha, para atender aos mercados consumidores do Norte e aos consumos destruidores da guerra. A guerra era predadora e destruidora na distante e calma floresta amazônica, porque engolia homens pobres que eram atraídos por promessas que os levaram a sonhar em “enricar e voltar se Deus permitir”. Eram os “soldados da borracha” saga narrada por Benchimol e citado por Mattos. Soldados que acabaram marginalizados e na miséria após 1945 quando terminou a guerra. Soldados vão viver nas favelas de Manaus e Belém. A trajetória do soldado da borracha foi uma história, conforme Benchimol, de “fome, tristeza e desilusão”. Na trajetória de mais de 100.000 nordestinos que transferiram o sonho para a Amazônia e aí viram o sonho virar pesadelo. Este é um exemplo pelo qual “foi posta em confronto nossa capacidade de organização para um empreendimento em grande escala - e fracassamos. Fracassamos pela incapacidade de organização em escala, de uma estrutura sistêmica harmonizando os objetivos e o funcionamento dos diferentes órgãos”(Id. Ib., 95).

A narrativa dos “soldados da borracha” serve para ilustrar como os homens, amarelos-índios e negros-nordestinos são tornados objetos facilmente descartáveis. Dizendo melhor, descartáveis foram somente os negros pobres do Nordeste, que após o seu uso foram jogados nas beiras dos rios e da sociedade onde sofrem a penúria e a doença. Pela sua revolta, ao promover a desordem são denominados de “arigós” pelas populações de Belém e Manaus. O índio por sua vez não sofre a exploração intensiva no trabalho de extração do látex. Ele fora desprezado antes do uso. Não tem valor contratual. Percebe-se assim, que o capital tem a capacidade de mobilizar trabalhadores e atraí-los para regiões determinadas, conforme os interesses e as necessidades que lhe são inerentes. Apesar de Mattos ter considerado que o exemplo acima descrito tenha representado um fracasso e a

falta de capacidade para planejamentos em larga escala, esta avaliação não pode ser aplicada ao capital, visto que após o anunciado fracasso no Brasil, e terminada a guerra, o mesmo capital - estadunidense - que aplicou recursos na Amazônia brasileira, retira-se e orienta o investimento dos capitais acumulados durante a guerra, para a recuperação das nações democrática-capitalistas destruídas pela guerra que lhes possibilitaram acumular capitais financeiros. Neste sentido o herói soldado da borracha cumpriu com sua mão-de-obra a necessidade de extrair matéria-prima para o capital, que pela sua característica moderna age e reage além dos limites de fronteiras estabelecidas pelos territórios nacionais e rompe com o poder do estado-nação.(Ianni: 1996).

Tragédia semelhante com a dos nordestinos “soldados da borracha” foi narrada por Wagner sobre os Brasiguaios, que após o ano de 1959, quando Alfredo Stroessner se estabelece como autoridade ditatorial no Estado paraguaio, instituiu um plano para modernizar o país. Para tanto, planeja a mecanização da agricultura, já que 60% do PIB era oriundo do setor primário. Como as demais nações latino-americanas, não planeja desenvolver o Paraguai para o bem-estar do seu povo. O seu plano é “crescimento para fora”. Para alcançar o seu objetivo confia à colonizadoras brasileiras, norte-americanas, alemães e japonesas a tarefa de organizar a ocupação das terras. A partir destas medidas ocorre uma reorganização do Paraguai. Os camponeses paraguaios são expulsos das suas terras porque são considerados indolentes e inadequados para um plano audacioso.

A fim de as colonizadoras terem mão-de-obra barata e que aceitassem trabalhar de agregado para as grandes empresas, a ordem era: “tragam os negros”. A explicação era que estes, oriundos das regiões Norte e Nordeste brasileiro, eram desprovidos de posses e não possuíam tradição de proprietários, isto é, oportunidade para pobre brasileiro ser explorado em outras terras. Os nordestinos derrubavam a mata e a madeira era vendida a preço vil para o dono da terra, que negociava com os comerciantes da cidade ou contrabandeavam para o Brasil. No fim dos anos 60, após as matas derrubadas, restavam somente os tocos, que sendo arrancados, formava-se a lavoura mecanizável. Neste momento o esquema de propaganda destinado para os nordestinos é desativado. A atenção agora se volta para os colonos do Sul do Brasil. Estes devem ter um perfil diferente dos primeiros. Faz-se necessário que tenham impregnado a ideologia

do crescimento e a vontade do enriquecimento, valores imprescindíveis para o plano de mecanização dar certo. É preciso querer ser grande para investir e comprar máquinas.

A estratégia propagandística passou a ser a seguinte: “com a venda de um hectare no Brasil é possível comprar mais de cinco lá no Paraguai.” Além da quantidade divulgava-se sobre a fertilidade da terra. Esta estratégia atraiu centenas de famílias do Sul: somam-se 350.000 brasileiros no Paraguai - 10% da população. Por mais estranho que possa parecer, no Paraguai se faz renascer o mito do trabalho do alemão. Quando as colonizadoras levam levas de camponeses para o Paraguai, tomavam dois cuidados especiais: “1. Dar prioridade aos descendentes germânicos, e depois, através de longas conversas, 2. Convencê-los de que iriam ensinar aqueles preguiçosos paraguaios e a negrada brasileira, que estava lá a trabalhar” (1990, 17). Hoje, porém, duas décadas depois, o mesmo sonho que levou muitos brasileiros a colonizar o Paraguai, está os trazendo de volta: o sonho da conquista da terra. No Paraguai ocorreu o mesmo fenômeno que já havia acontecido no Sul do Brasil: o fechamento da fronteira ou das terras livres, devido ao processo de monopolização da terra. Os filhos, em seu nome e do seu futuro os pais haviam migrado no passado, tornaram-se, como os velhos pais - filhos de pequenos proprietários rurais sem a direção certa para conquistar um pedaço de chão.

Não bastasse esta realidade, eram homens sem pátria. Não eram paraguaios, pois a cidadania daquele país não lhes era concedida, a não ser por um custo financeiro muito alto, numerário que os brasileiros exilados econômicos nem sempre possuíam. Também já não eram cidadãos brasileiros porque estavam além fronteira - fora do alcance da jurisdição da normalidade da nação-país Brasil. Além disto o governo brasileiro não chamou o seu corpo diplomático para colocar-se a serviço dos brasileiros no Paraguai, visto que o governo que controlava o Estado brasileiro tinha o mesmo perfil do governo paraguaio - ou seja, não se importava em considerar o homem um ser humano, interessava se este era ou não capaz de produzir mercadorias e de incorporar-se a uma filosofia de modernização. Interessava ao governo manter os negócios em relação à Itaipu. Todo aquele que não se enquadrava neste pensamento e nesta ação não era alvo de preocupações e negociações governamentais. A situação de desespero e abandono é possível perceber na narrativa de um diálogo entre um camponês e um deputado federal pelo PT do Mato

Grosso do Sul em 1985 durante uma reunião entre os líderes dos brasiguaios em Mundo Novo:

_ “Então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?

- Vocês são brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria”(Wagner: 1990).

Apesar (ou devido?) do fracasso ter sido impingido somente aos trabalhadores, o General Mattos promove um discurso apologético às democracias liberais e considera que “a sabedoria política, na implantação do processo de desenvolvimento democrático, consiste em encontrar uma via que assegure o equilíbrio social, incrementando as vantagens e benefícios do aceleração do ritmo de expansão das forças produtivas, com o mínimo de sofrimento e de espera. Trata-se, em primeiro lugar, de solucionar as alternativas e realizar as opções válidas. No segundo tempo, de hierarquizar as prioridades e dosar a utilização de recursos, evitando os desperdícios e buscando a otimização da política de expansão econômica, e criar os quadros dirigentes, os organismos de ação e controle, a fim de combinar as vantagens da centralização do planejamento e das decisões, com a necessidade da execução descentralizada”(Mattos: 1980, 115-116).

Esta citação longa se faz necessária porque consegue registrar o pensamento político-econômico presente na elite do corpo Estado-militar brasileiro. Elucida uma racionalidade que orienta a ação do Estado para finalidades que correspondam aos princípios norteadores de organização burocrática e de priorização de investimentos em políticas sociais e econômicas, orientadas e fiscalizadas por um Estado-cérebro, que planeja, executa e faz executar projetos e programas que intentam o desenvolvimento, o crescimento e a expansão do mercado produtor e consumidor. O Estado mantém-se no centro da força, tornando-se a própria força, tanto na elaboração como na execução e fiscalização dos planos e diretrizes que propõe a ocupação de espaços geográficos como a transformação destes em espaços econômicos, incorporados ao mercado nacional e internacional, além de propagar a defesa do território nacional, especialidade primordial do estado militarizado.

No processo de ocupação do espaço geográfico amazônico, os planos ostentavam estandartes que propagavam a grandiosidade do país, a facilidade da riqueza, a futurização do bem-estar individual e familiar, o sentimento patriótico e nacionalista, que elevaria o país a uma nação desenvolvida. Havia o “ufanismo do discurso oficial”(Becker: 1990, 7). O Brasil se caracterizaria como um país orientado pela ordem e pelo progresso. Elencar-se-ão a seguir algumas estratégias de mega-projetos planejados e executados pelos militares, enquanto ocupantes de cargos e de funções político-administrativas do estado brasileiro, para demonstrar o perfil do pensamento e da ação do governo.

Cabe relembrar aqui rapidamente que a meta era ocupar e desenvolver as regiões anecúmenas na Amazônia. Tem esta política o caráter de integrar a imensa região da Amazônia ao mercado econômico, através do processo de extração das riquezas naturais, vegetais, minerais e animais. A esta política inicial, segue-se um processo de ordenamento do espaço territorial brasileiro, instante em que as forças produtivas do país, empresários e trabalhadores - capital e trabalho, são chamados pelo Estado através de incentivos fiscais e de vantagens financeiras para os primeiros e de promessas de enriquecimento, a oferta de abundantes vagas para mão-de-obra e política de aquisição de terra para os sem-terras e pequenos proprietários do Sul do Brasil. Estava lançada a mística do desenvolvimento. Para responder a estas perspectivas o Brasil se institucionaliza. Em 1966 através da lei nº 5.173 de 27 de outubro foi criada a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia em substituição à SPVET - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A SUDAM, “além de coordenar e supervisionar (e mesmo elaborar e executar) programas e planos de outros órgãos federais atuando na região, a SUDAM criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros”(Ianni: 1986, 60-61).

Para a consecução dos objetivos propostos, o governo Médici lançou o Programa de Integração Nacional (PIN), que “concebeu a ocupação do espaço amazônico à base das duas grandes rodovias - Transamazônica e Cuiabá-Satarém, ambas com reserva de terra até 10 quilômetros das suas margens para exploração e ocupação adequada”(Mattos: 1980, 100). Os estilos das obras estavam em consonância com as concepções políticas manifestadas pelos militares governantes. O ufanismo brasileiro se dava na pomposidade dos planos e dos programas que eram grandes geradores de

confiabilidade neste Brasil gigante, que nas mentes e nas práticas dos governantes gerara uma estrutura que possibilitaria alavancar o progresso em todos os espaços do país. Nesta direção, as mega-obras eram o signo da força do Estado e da confiança que os brasileiros deveriam expressar, não em palavras, ms em atos, aderindo ao processo migratório, colonizando as terras anecúmenas e produzir riquezas.

O planejamento das políticas governamentais presentes no PIN, no sentido da formação de “pólos de desenvolvimento”, foi embasado em escolas européias, quando estas se preocupavam com “problemas decorrentes de desequilíbrios espaciais..., que consistem na concentração de recursos em pontos selecionados, [...] Desses pólos emanou forças centrífugas para os quais as forças centrípetas são atraídas. Mais tarde manifestou-se na escola francesa a tendência de denominar-se o *pólo de força motriz*, conceituando-se o pólo de desenvolvimento como uma unidade econômica motriz, ou um conjunto formado por várias dessas unidades, num determinado espaço sócio-econômico”(Mattos: 1980, 116). Com o PIN ocorreu a “implantação dos eixos de penetração rodoviária; o aumento da oferta de energia aos núcleos urbanos de maior porte; a introdução de moderno sistema de telecomunicações interligando a região ao resto do país; a revitalização da navegação fluvial; a prospecção dos recursos naturais por sensoriamento remoto; as experiências de colonização oficial dirigida; a execução de centenas de projetos agropecuários, industriais e agroindustriais pela atividade empresarial, beneficiará dos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros” (Conselho de Desenvolvimento Econômico, Apud Ianni: 1986: 67).

Para uma melhor compreensão da teoria dos pólos de desenvolvimento, Mattos cita a síntese teórica do Professor François Perroux afirmando que “o crescimento não surge em toda parte e ao mesmo tempo, - manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis no conjunto da economia. [...] Quatro dinamismos dominantes impulsionam o processo desenvolvimentista: demográfico, da inovação, da dominação (direção) e dos grupos sociais (motivação e coesão)”(Perroux, apud Mattos: 1980, 116).

Assim, tendo como base este modelo, a estrutura organizacional da colonização era concebida e dever-se-ia desenvolver da seguinte maneira:

- “agrovilas - de 100 a 300 famílias , de 500 a 1500 habitantes, contando com escolas, posto de saúde, centro administrativo e armazém;
- agrópolis - englobando 20 agrovilas, com cerca de 3000 habitantes, dispondo de escolas secundárias, ambulatório médico-odontológico, cooperativa, pequenas agro-indústrias, correios telégrafos, centro telefônico e hotel;
- rurópolis - com um raio de ação de 140 km, apoiando diversas agrovilas e duas ou três agrópolis”(Id. Ib., 100).

Em 1975 o governo Geisel lançou o programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Poloamazônia, que na afirmativa de Ianni fez crescer “ainda mais a presença econômica e política do Estado na região”(1986,67). Como formas fundamentais para a implementação do programa foram delineadas algumas ações que pudessem criar a infra-estrutura necessária para um processo colonizatório. Dentre as medidas destacam-se:

- “- plano de transportes - (principalmente a rodovia Cuiabá-Porto Velho).
- O projeto de levantamento do solo e subsolo por meio de sensores remotos. (RADAM e JANSAT).
- A estrutura gerencial administrativa para o desenvolvimento sócio-econômico pretendido; criação da SUDAM e SUFRAMA,
- O projeto de telecomunicações”(Mattos: 1980, 100-114).

Com estes projetos e programas lançados pelo governo militar, o Estado influenciou, gerenciou e ajudou a “promover o desenvolvimento da produção agrícola; fomentar a produção animal; estabelecer uma política demográfica; realizar um plano de viação; incrementar a industrialização das matérias-primas de produção regional; desenvolver o sistema de crédito bancário regional [...] incentivar o capital privado no sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais, inclusive em empresas de capital misto ou em consorciação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes...”(Ianni: 1986, 60).

O Estado direcionava as políticas de ocupação da Amazônia. A direção que o Estado exercia dava-se conforme os interesses do capital monopolista nacional e

internacional. O nacionalismo presente nos discursos dos militares e dos tecnocratas ocupantes de cargos administrativos e políticos chocava-se diretamente com as ações efetivas. Enquanto no discurso o nacionalismo era exaltado, na prática as políticas se direcionavam para a abertura das fronteiras do país e para a exploração das riquezas naturais (minerais e vegetais), presentes no solo e subsolo brasileiros por empresas multinacionais ou consorciadas com capital nacional privado e/ou estatal. O registro oficial e o incentivo fiscal e financeiro a projetos de estrangeiros, como é o caso do projeto Jari e do Carajás simbolizavam e se constituíam em redutos de poder econômico e político do capital monopolista internacional, que através das suas bases em solos brasileiros continham um controle direto sobre os destinos da nação e do povo brasileiro.

2.2. - Modelo Político Econômico do Estado-militar Brasileiro.

A política econômica adotada pelo chamado “governo revolucionário” pós-64 para gerir as coisas públicas no Brasil, caracteriza-se por um processo de monopolização intensiva e extensiva do capital e da propriedade. Ocorre a concentração e a centralização dos créditos, das terras, das indústrias e da renda no país.

Baseado nos princípios políticos da “economia aberta”, (Ianni, 1986), os mentores da ditadura militar buscaram um processo intensivo de modernização da economia nacional. Contrariando as orientações da CEPAL - Comissão Econômica Para América Latina, que protoconizava a substituição das exportações primárias, característica do modelo agro-exportador, pela “industrialização substitutiva”, os economistas liberais da ditadura, orientaram os planos e os programas do governo brasileiro para a efetuação de uma aliança com o capital internacional.

A teoria da “economia aberta” fixava como procedimento básico a coligação entre o capital monopolista moderno, modernizante e internacionalista. O Estado brasileiro, apesar de propagar as leis de mercado, constituía-se no principal articulador do processo da modernização da economia, tanto nas relações de produção no campo, quanto na extração mineral e produção da indústria de base e de bens de consumo.

Para modernizar o Brasil, a direção adotada estava “deliberadamente calcada na abertura para a economia mundial”(Queiroz Apud Ianni: 1986, 21). A prioridade se constituiu na expansão das exportações. Não era mais, porém, uma economia agro-exportadora. O Brasil atraiu capital estrangeiro para capacitar sua produção de mercadorias industrializadas ou semi-industrializadas. O volume de exportações de produtos industrializados ou de base não-agrícola teve um crescimento de 0,7% no ano 1968 para 15,3% no ano de 1976. Enquanto os produtos agrícolas *in natura* tiveram um decréscimo de 69,1% do volume das exportações em 1968 para 47,8% em 1976. Já os produtos industrializados de base agrícola tiveram um índice de crescimento de 16,2% em

1968 para 19.7% em 1976, registrando no entanto índice de 24.6% das exportações em 1974”(Ianni: 1986, 50).

Estes dados demonstram que a economia brasileira deu um salto quantitativo com a abertura do mercado para o capital estrangeiro. A injeção de recursos financeiros proporcionou a dinamização do processo produtivo e exportador. Não representou no entanto, um processo para a qualificação do estilo de vida da população brasileira e a resultante da política exportadora e liberalizante foi uma maior adequação do país aos interesses do capital monopolista. Esta não era a visão dos mentores da abertura economicista pela qual o Brasil passava. Os técnicos tinham clareza das suas opções e compreendiam que os países desenvolvidos estavam entrando numa fase da pós-industrialização que os levava a abandonar a política industrialista. “As empresas multinacionais aceleram essa tendência internacionalizando cada vez mais a produção industrial. Novas perspectivas se abrem para que países com capacidade de rápida industrialização como o Brasil, se aproveitem com presteza dessa oportunidade histórica, marcando em definitivo sua posição de fornecedores de bens industriais”(Queiroz: apud Ianni: 1986, 23).

Por economismo se compreende o estilo de desenvolvimento que possui uma “lógica estreitamente produtivista [e que] leva o economista a raciocinar em termos de anos, quando muito de décadas. Este economismo é perigoso porque induz a uma apropriação predadora da natureza” (Sachs: 1986, 30). Julga-se que o modelo de crescimento adotado no Brasil tenha uma profunda correspondência com o conceito traduzido por Sachs visto que a direção dos planejamentos do Estado e do setor privada está norteada para o crescimento do índice da produção de bens materiais de consumo avaliando-se a eficiência do sistema conforme o crescimento vertiginoso da linha de produção, ignorando-se os elementos sociais, antropológicos e ambientais, dimensões que são partes integrantes da totalidade do sistema e que necessariamente devem ser considerados para um planejamento mais amplo e completo. No entanto a prática recorrente é a opção pelo lucro rápido e pelo imediato.

O Brasil ficou atento. Durante os anos 60-80 ocorreram dois processos de desenvolvimento distintos entre as Regiões Centro-Sul do Brasil e as Regiões Norte -

Centro-Oeste. Os dois processos fazem parte da mesma política e das mesmas intenções e ações Governamentais: a modernização da indústria e da agricultura no Centro-Sul e a incorporação definitiva da Amazônia ao mercado nacional e internacional. Ao primeiro processo Ianni (1986) denomina de “aceleração e desenvolvimento intensivo do capitalismo”. A segunda ação, a ocupação da Amazônia, ocorre de forma extensiva ou mesmo superextensiva. Tanto num extremo como em outro “a situação do poder estatal desempenhou-se e desempenha-se de modo particularmente agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos [...] o poder estatal foi levado a induzir, incentivar ou apoiar tanto a constituição de empreendimentos capitalistas como a concentração e a centralização do capital” (Ianni: 1986, 16). Nesta direção o pensamento gestado na Escola Superior de Guerra voltado para a geopolítica brasileira está claro, e assim a expressam: “na presente conjuntura mundial, dominada pela arrancada sem precedentes para o progresso científico e tecnológico, quem ficar para trás, dia a dia irá aumentando a distância que dramaticamente, separa as nações mais desenvolvidas das demais. Ficar para trás na escalada da ciência, da técnica e da indústria, significa condenar-se à posição de inferioridade cada dia mais irreversível. Pelo direito de possuímos uma vocação de grandeza, justificada pelas nossas expressões geográfica e demográfica, fomos desafiados a provar a nossa capacidade revolucionária alcançando as metas de nossa Política de Desenvolvimento a curto prazo. Este prazo concedido à Revolução não poderá passar do ano 2000. No início do milênio, teremos que estar formando entre as nações mais prósperas e poderosas do mundo”(Mattos: 1979, 138).

A ação do Estado é definidora da condução da política de mercado. A indústria só se faz sob o apadrinhamento e sob as definições do Estado. A agricultura só consegue se modernizar quando o Estado definir as regras da modernização. Apesar do Estado planejar a modernização tanto da indústria - setor urbano, como da agricultura - setor rural; ele absorve e se orienta com base nas leis de mercado e sob relações de competitividade. A competitividade não significa, no entanto que vencerá o que tiver melhor qualidade e menor preço, mas tomada pela mentalidade clientelista e patrimonialista, o Estado cria um sistema de favorecimento e de privilegiamento através de incentivos fiscais, expediente que vai ao encontro do capital acumulado. “A ditadura refez, ‘modernizou’ ou ‘aprimorou’ as ‘instituições’ e as ‘estruturas’ econômicas e políticas do

Brasil, de modo a garantir altos índices de acumulação de capital; ao mesmo tempo em que se desenvolvia a concentração e a centralização do capital”(Id. Ib., 25).

Apesar do caráter clientelista e patrimonialista sobreviver nas atitudes, ações e convenções do Estado-militar, este tentou estabelecer um caráter de planejamento com base em técnicos de formação científica. Houve um proceder que tentou trazer para dentro dos órgãos estatais planejadores qualificados em Universidades de renome e de nível internacional. Assim, os economistas são geralmente formados em Harvard, pois a sua formação permite uma melhor e mais ampla compreensão dos limites e das possibilidades dos avanços e recuos que o Estado deve promover para adequar-se ao mercado e adequar este às leis básicas que regem as relações numa economia de mercado.

A tentativa do Estado-militar foi de engendrar e de configurar as relações de produção, de troca e de consumo em conformidade com a predominância do mercado. No Brasil, no entanto, a burguesia, classe protagonista do mercado, não conseguiu se adaptar e promover as reais relações de livre comércio e a competitividade de mercado. Na economia agro-exportadora de antes da revolução burguesa no Brasil de 1930, o setor político-rural, união entre o Estado e os Senhores da Terra, fazia do Estado seu patrimônio para proteger as políticas relativas ao desenvolvimento dos setores que correspondiam à exploração econômica daqueles que possuíam o domínio político do Estado. Estabelece-se uma relação de confiabilidade e de cumplicidade entre os detentores do poder político e do poder econômico.

Para melhor compreender esta racionalidade Florestan Fernandes (1987, 203-204) demonstra que a “Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.” Sob este aspecto alega que a revolução burguesa nunca se completou no Brasil visto que a oligarquia rural pós-1930 continuou influenciando tanto o Estado quanto o mercado, modernizando-se sempre que necessário, possível e inevitável.

Neste sentido, o Estado dominado pelos agro-exportadores, planeja e cria a sua estrutura legal e de órgãos institucionais em conformidade com os interesses da classe

dominante. Dessa forma, tende cada vez mais a proteger os cultivadores de café, de cana-de-açúcar e dos criadores de gado em detrimento do desenvolvimento dos demais setores da economia nacional.

Este quadro começa a mudar de perfil com a revolução de 1930 que sistematiza um pensamento burguês-nacionalista-urbano. Com ela se principiam as tentativas de industrialização e de urbanização do país. Porém, registra-se que a classe burguesa brasileira era incompetente para promover por suas forças próprias o estabelecimento do parque industrial nacional. Da mesma forma como o setor rural-exportador precisava do Estado para promover a exportação da produção agrícola, (regra que continua válida pós-1930), a burguesia urbana apodera-se do Estado, o reinventa, cria órgãos governamentais, novas leis e novos procedimentos para implementar a industrialização no Brasil.

Percebendo-se incapaz, o setor privado para promover o mercado e instalar a indústria (de base e de consumo) faz com que o Estado promova, execute e gerencie políticas de implantação do pensamento burguês urbano. Desta forma, o Estado promove e regulamenta a instalação da indústria e as novas relações de trabalho que com ela surgem: o assalariado urbano-industrial, como demonstra Ianni: “a partir de 1930, foram estabelecidos, de modo formal, sob a responsabilidade do Estado, as condições e os limites básicos de funcionamento do mercado de força de trabalho”(1986, 26). Além dessas ações o Estado promove a instalação de infra-estruturas básicas começando pelos setores energéticos, de transportes e de uma rede de serviços. Para a objetivação das novas finalidades previstas pelos novos detentores do poder estatal, a burguesia urbana, ocorre sempre a efetiva participação do Estado, quando não pela via direta, instalando a indústria como a Companhia Vale do Rio Doce ou a Petrobrás; o Estado financia, promove e incentiva as ações da iniciativa privada como por exemplo, a Fundação Brasil Central, que subsidiou política e financeiramente companhias privadas para expandir a fronteira e incorporar terras e produtos ao mercado. A política de expansão para a conquista do sertão brasileiro intensifica-se a partir dos anos de 1930-1940 quando são fundadas cidades como Goiânia -GO e Dourados-MS.

O grupo que comanda o Estado a partir de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, tinha as pretensões de desenvolver o país sob a égide de um capitalismo nacionalista, isto é, a nação poderia libertar-se das demais desenvolvendo e fortalecendo seu próprio parque industrial, sua agricultura, formando seus técnicos e regularizando as relações entre o capital e o trabalho. Destacou-se na história econômica brasileira duas estratégias diferenciadas para promover o desenvolvimento. Na assertiva de Ianni a “política governamental brasileira, desde 1930 [...] oscilou entre duas tendências principais. Uma dessas tendências, que pode ser denominada *estratégia de desenvolvimento nacionalista*, predominou nos anos 1930-1945, 1951-54 e 1961-64. Ela tinha como pressuposto implícito, o projeto de um *capitalismo nacional*, como uma única alternativa para o progresso econômico e social. Nota-se que o capitalismo nacional deveria implicar na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos; e continha o pressuposto de uma hegemonia possível, principalmente nas relações com os países da América Latina e da África. A outra pode ser chamada *estratégia de desenvolvimento associado*, predominou nos anos de 1946-50, 1955-60 e desde 1964 em diante. Ela continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um *capitalismo associado* como única alternativa para o progresso econômico e social. Note-se que esse projeto de capitalismo implicava no reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos”(1991, 307-308).

A política do capitalismo nacional foi rompida pela política da estratégia de desenvolvimento associado nos anos de 1955 quando o Presidente Juscelino promoveu o discurso e excurso de grandes empreendimentos para o Brasil, querendo fazer o país crescer em 5 anos o que ele não tinha capacidade até então de crescer em 50. Esta fantástica fórmula para ser concretizada teria que romper necessariamente com a política nacionalista e abrir as fronteiras para a livre entrada, circulação e exploração do capital estrangeiro. É uma postura que aceita e promove o capital estrangeiro para socorrer a burguesia nacional além de livrar o Estado da execução de projetos de produção e implantação de infra-estruturas necessárias para o crescimento econômico do país. A base mais forte de compreensão da política que orienta os planejamentos do Estado voltados para o capital estrangeiro, é o cálculo que demonstra que o Brasil pode superar as estruturas arcaicas em tempo mínimo quando autoriza e se capacita em incorporar as

tecnologias já inventadas nos países desenvolvidos e a instalar em território brasileiro as capacidades administrativas, de gerenciamento, de exploração e transformação da matéria-prima, de articulação de políticas para o setor energético e de transportes. É o pensamento que consagra a defesa da importação do *Know How*, em detrimento do desenvolvimento de uma inteligência nacional e de um setor produtivo nacional.

O internacionalismo, ou a teoria do capitalismo associado foi suspenso entre os anos de 1961-63 com o Governo Goulart, que se propôs a desenvolver e fortalecer os setores nacionais, prometendo promover algumas reformas de base como a reforma agrária, do ensino e da saúde, além de nacionalizar empresas como a Companhia Riograndense de Telecomunicações por Brizola, no Rio Grande do Sul.

Este curto período foi desfeito com a “revolução” de 31 de março (ou 1º de abril?) de 1964. Os militares com um discurso moralista-cristão arregimentaram os brasileiros: donas de casas e cristãos ingênuos a exhibir suas bandeiras e rosários nas ruas de São Paulo para salvarem a integridade da família brasileira, a pátria e a igreja (católica?) do terror e da morte que os temerosos “comunistas” causariam às famílias brasileiras. Não bastassem as marchas das mulheres com seus rosários, invocando a Deus e aos santos para salvaguardar os seus filhos e dar-lhes liberdade, assistiu a nação ao desfile da Tradição, Família e Propriedade (TFP) com seus estandartes, afirmando um moralismo que condizia com os interesses, não da família e da tradição dos pobres da nação brasileira, mas da família que além da tradição e família tinham e têm interesses de proteger a propriedade e postergá-la aos herdeiros.

Esta tese é simples de ser demonstrada. É somente preciso pensar quais homens e quais mulheres foram presos e torturados nos escombros e nos corredores sombrios e da morte da ditadura do Estado-militar brasileiro. Foram homens e mulheres que brigavam, lutavam e reivindicavam pelo direito natural de alimentar o seu filho; era o homem simples que queria aprender a ler e a escrever; era o camponês que queria a terra para plantar; era o operário que queria trabalhar e ter melhor salário; era o artista que queria criar; era o cantor que queria cantar; era o professor que queria ensinar; era o padre que queria anunciar. Estes homens e mulheres foram presos e com eles seus filhos, inocentes como muitas vezes seus pais, que não queriam mais do que viver e sonhar,

mesmo que para isso fosse preciso subverter a ordem. Pobres e miseráveis homens que levam e brandam pelas ruas seus estandartes suplicando a Deus a defesa da sua família enquanto promovem a morte, a tortura, o obscurantismo, porque não suportam a liberdade de homens e mulheres que reivindicam e lutam pela liberdade. A liberdade de comer, de beber, de morar, de cantar, de sonhar, de caminhar ou de, simplesmente ver a “banda passar”.

A moralidade cristã era a aparência para a elite criar a legitimidade para a tomada efetiva do poder. A elite que se constituía pelos grupos militares, intelectuais e empresários nacionais que convergiam na necessidade da derrubada do Governo Goulart a fim de retomar a política de abertura do mercado para a livre entrada do capital estrangeiro. Justificariam os mentores do regime do Estado-militar brasileiro que o país entrou numa situação de paralisia e de desordem, pela qual as instituições perderam seu poder e as hierarquias institucionais já não eram mais respeitadas. Visto desta forma, a proposição foi a retomada da ordem e do progresso, lema tão caro para a ideologia e o caráter do Estado brasileiro. Os mentores do Estado brasileiro pós-64 não suportam outras características e outras posturas que não sejam semelhantes à disciplina militar do “sim senhor”. As coisas e os fatos devem estar sempre em correlação com as diretrizes estabelecidas pelas leis e pelas normas. Estas, no entanto, somente terão validade se estiverem em correspondência com os valores, a moral e a ideologia da classe dominante. Quando as leis não estão no mesmo patamar dos interesses do grupo social dominante, este grupo rompe o estabelecido para restabelecer as disposições anteriores. Ao proceder desta forma, porém, sempre justifica, que quem violou a ordem não são os que promoveram a ruptura para restabelecer a velha ordem, mas os que a quebrando, rompem com as disposições que não deveriam ter sido violadas, para afinal não desestruturar as condições e as situações sociais estruturantes do poder político e do poder econômico que proporciona para a classe dominante as relações necessárias para se manter como classe dominante.

Sob este aspecto, os militares ao tomarem o poder romperam com leis, ordens e conquistas dos trabalhadores e mesmo da burguesia nacional para estabelecer novas leis e novas ordens. Para não deixar tão evidenciado as opções elitistas e elitizantes do Estado, este promove a compilação de leis e edita estatutos que aparentam corresponder com os interesses das classes subalternas. Um exemplo típico é o Estatuto da Terra que

incorpora bandeiras de lutas dos trabalhadores do campo pela reforma agrária. Parecia que o Estatuto consolidava uma política de distribuição das terras e a efetivação de políticas agrícolas que incorporassem créditos, preços mínimos compatíveis, e assistência técnica para a fixação do homem no campo e o desenvolvimento do setor rural.

O Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964), nas palavras de Andrade, foi “promulgado alguns meses após o golpe de estado conservador, representou um documento jurídico de grande importância e, ao mesmo tempo, uma providência para cortar o movimento vindo da base em favor de modificação na estrutura fundiária. [...] O Estatuto da Terra que, para setores revolucionários mais conservadores, pareceu uma concessão ao movimento socialista, mas que, na realidade, encaminhava uma contra-reforma agrária que reforçaria o poder e a solidez da grande empresa ante mudanças que eram inevitáveis em escala mundial. Ela permitiria, assim, o enfraquecimento do latifúndio tradicional, para criar e desenvolver o latifúndio capitalista moderno, bem mais rentável e explorador”(1995, 83-85).

O que tem ocorrido, e é o que nos mostra a história, é que o Estatuto da Terra tem servido para promover a contra-reforma agrária. As políticas adotadas e o gerenciamento dos créditos e dos projetos criaram um processo de acumulação e centralização de capital e de propriedades. A colonização representou um processo de contra-reforma agrária porque a “Amazônia é transformada numa ‘fronteira’ de desenvolvimento extensivo do capitalismo [...] [onde] o poder público é levado a desenvolver ou apoiar, projetos de colonização dirigida, oficial e particular, que implicam na prática em uma contra-reforma agrária. [...] Por exemplo, somente cerca de 10 por cento das terras demarcadas em 1977 couberam à colonização dirigida. Isto é, em um total de 627.038 hectares de terras, 65.600 destinaram-se à colonização e 561.438 aos projetos fundiários. Em toda Amazônia tem ocorrido uma acentuada concentração da propriedade fundiária. Se é verdade que alguma terra é distribuída a colonos, ou reservada a grupos indígenas, grande parte das terras da região já foi, ou está sendo, apropriada por grandes proprietários nacionais”(Ianni: 1986, 83 e 86). O conceito de Reforma Agrária, ao contrário do que a colonização, que transfere para outras regiões soluções para tensões sociais, prevê e “traz em si um compromisso com mudanças de estrutura”(Andrade: 1995, 85) fundiária ou na distribuição da terra em regiões já povoadas, portanto nas quais há

produção agrícola. O conceito de reforma agrária implica a dimensão da “questão agrária” - distribuição da terra, ou a reforma da estrutura fundiária, além da “questão agrícola” que envolve políticas de créditos, infra-estruturas, assistência técnica, preços mínimos compatíveis para o desenvolvimento do setor agrícola. Para Orlando Valverde “a expressão reforma agrária significa uma mudança na estrutura fundiária de um país ou de uma região já povoada, para melhorar os sistemas de cultivo, os níveis de vida e as relações de trabalho, aumentar a produção e fixar maior população no meio rural. O conceito de colonização é quase antônimo pois presume a implantação de uma rede fundiária numa região despovoada ou, pelo menos, de população rarefeita, em geral com a criação de uma economia de mercado onde antes ela praticamente não existia”(Valverde, In. Kowarick: 1995, 14).

Complementar às políticas de colonização o Estado adotou uma política de modernização do campo, incorporou metodologias que fez crescer o montante absoluto da produção agrícola, resultante da aplicação de produtos bioquímicos como inseticidas, fungicidas, pesticidas e de fertilizantes químicos, além da mecanização da produção rural. Ocorreu um processo de industrialização (ou mesmo de taylorização?) do campo. A mecanização do campo amplia a eficácia de maior produção com menor trabalho. Isto vale dizer que ocorre a implantação no campo de uma racionalidade que elimina a mão-de-obra, ou o trabalho vivo, e incorpora a máquina, ou o trabalho morto. Como afirma Ianni: “um aspecto importante da progressiva subordinação da agricultura à indústria pode ser observado na crescente maquinização e quimificação do processo produtivo”(1986, 53). Esta estrutura é estruturante de relações e de situações que classificam o trabalhador rural que pode ou não permanecer no campo. Não é, porém, uma eliminação pessoal - nominada e preliminar, o que poderia ser facilmente contestada no judiciário. A discriminação de quem pode ou não fazer parte do sistema de crédito, quem é ou não é digno de confiabilidade financeira, será calculado e estabelecido pelo grau de correspondência com os objetivos propostos, ser classificado como competente, ou, que estabeleceu relação entre os meios e os fins, torna-se digno de confiabilidade por parte do sistema financeiro, que aprova ou desaprova uma solicitação de créditos conforme parecer técnico que acompanha a solicitação.

É no sentido de desenvolver uma produção que englobe técnicas, incorporando da mesma forma procedimentos contábeis rigorosos para o efetivo controle dos recursos que envolvem o sistema produtivo. O cálculo apresentado de forma racional considera a busca da eficiência entre os meios disponíveis e os fins projetados. Esta interpretação e encaminhamento têm proximidade com o que Weber (1989) havia demonstrado em relação às características que especificam uma empresa capitalista moderna. Sob este aspecto, o agricultor deve ter um comportamento que o afasta de estruturas espontâneas e voluntárias para alcançar um grau de planejamento que orienta os recursos e os cálculos para a obtenção de um grau de eficácia através do qual possa ser avaliado como competente, isto é, deve criar uma correspondência racional entre os meios e os fins.

Assim o agricultor, ao se candidatar para a aquisição de custeio ou financiamento passava (ou passa) por um teste avaliativo-seletivo. Para tornar-se apto para a obtenção de crédito deve corresponder aos interesses da política modernizadora do Estado. Neste sentido ele deve ter o perfil de investidor, de empreendedor. Deve fazer cálculos financeiros (juros, taxa monetária, prazos de pagamento, vantagens e desvantagens). Deve acompanhar as oscilações do mercado (bolsa de Nova Iorque, geadas ou seca nos Estados Unidos, maior ou menor produção de grãos, porque em conformidade com a oferta e a demanda de grãos, irão oscilar os preços).

Mas o agricultor não é só um empreendedor que investe no mercado financeiro e no mercado produtor, ele é o próprio produtor. Desta forma, esse, em conformidade com a produção familiar, passa longas horas diárias a cultivar a terra. Neste trabalho empenha-se na absorção das técnicas de produção, do manejo da lavoura, do controle de pragas e de fungos, da fertilidade do solo, da maior produtividade. Enquanto cultiva a terra o agricultor tem a função de entender a funcionalidade de tecnologias que estão incorporadas nas máquinas e nos implementos agrícolas.

Neste sentido torna-se um polivalente. É um empreendedor e um produtor (que está na linha de produção). Entra em choque na aplicação do tempo: produção (trabalho efetivo no campo para o cultivo) ou especulação (estudo e verificação do mercado financeiro e comercial).

O Estado-militar brasileiro, em atendimento às exigências do sistema agro-alimentar internacional, não só reserva para o agricultor esta duplicidade, mas vai além. Exige dele eficiência e eficácia tanto no cálculo, no controle do mercado financeiro e comercial, quanto uma racionalidade aplicativa dos recursos tecnológicos. Todo agricultor que não acompanhar, demonstrar e provar eficiência será punido. Já aquele que conseguir implementar uma racionalidade eficiente na relação trabalho-negócio será premiado. A punição geralmente é pública. O agricultor que fizer um contrato com o Banco do Brasil, por exemplo, adquirindo um financiamento com prazos e valores determinados e não cumprir com o contratado sofrerá conseqüências pessoais. O que ocorre geralmente é o seqüestro de algum bem, imóvel ou mesmo móvel. Neste sentido, poderá ser seqüestrado um trator ou mesmo a terra do agricultor. Isto ocorre quando não conseguir quitar as parcelas do financiamento e o Banco para sua garantia absorve bens do agricultor. Estando os bens sob a jurisdição do Banco (é claro em companhia com o poder de coerção e de polícia do judiciário), poderá ocorrer leilão público dos bens seqüestrados e o agricultor, que não honrar com sua responsabilidade será identificado, ridicularizado e punido pelo setor público e pelo privado. A punição é pública. O punido sofrerá de mazelas morais e físicas. Sentir-se-á menosprezado e aniquilado em seus valores morais de responsabilidade e compromisso. Seu corpo será alvo de desprezo, principalmente se carregar no seu rosto a marca do sofrimento e da humilhação.

Por outro, o agricultor que conseguir acompanhar a racionalidade do sistema, será premiado, por técnicos, por cooperativas, por empresas privadas que vendem insumos, sementes selecionadas e pelo banco. Ele será digno de crédito, de confiança e de elogios porque conseguiu superar limites que muitos não conseguiram. Um de seus prêmios será adquirir a terra do vizinho que faliu e expandir a sua área; outra será a de permanecer na área, no local de nascimento, de convivência, enraizar-se e manter a memória.

Enquanto o premiado permanecer, o punido deve partir, migrar, perambular por campos e cidades para poder se localizar - encontrar um *locus* - um emprego, talvez uma outra terra. Mas a contradição entre a permanência e a expulsão não é resultante do acaso ou mesmo um signo da natureza. A expulsão e a permanência; a punição e o prêmio

são faces do mesmo fenômeno. São desígnios de uma causalidade pensada, planejada e calculada. São resultantes de uma estrutura estruturada que gerará um novo resultado, gerando uma nova estrutura, que por sua vez será estruturante de uma outra estrutura.

Pode-se demonstrar, dessa forma, que a estrutura camponesa, a que não financiava sua produção e não trabalha a lavoura com máquinas será desestruturada, porque uma nova estrutura, com força estruturante deverá se impor à condição anteriormente dada. Desta forma podemos compreender que “uma das características do campesinato era o relativo isolamento em que o camponês vivia, habitando lugares distantes e de difícil acesso, ele costumava dedicar-se à policultura cultivando os produtos básicos para sua alimentação e vendendo os excedentes nos mercados mais próximos, vilas e pequenas cidades”(Andrade: 1995, 72). A construção de uma nova estrutura implica a desconstrução da anterior, que por sua vez é um processo de construção e de estruturação. Assim, ao desconstruir o agricultor-camponês para construir o agricultor-empresendedor, mecanizado e modernizador, a força desestruturante se constitui numa força estruturante, isto é, o agricultor-empresendedor passa a se servir e a ser servido por uma estrutura que se estruturou para atender às demandas do mercado, para criar e inventar novas e diferentes demandas.

Assim, o trator, os implementos, os inseticidas, as sementes, os equipamentos, os insumos serão cada vez mais qualificados, incorporando maior grau de tecnologia, tornando sucata os implementos e as máquinas passadas, gerando uma constante atualização de necessidades a serem introduzidas no processo produtivo. Neste contexto aparece a diferenciação daquele que se caracteriza como agricultor-camponês, o que permanece na terra produzindo para sua subsistência, com uma relativa integração com o mercado financeiro e comercial, e por outro o agricultor-empresendedor, que simboliza aquele que incorporou a racionalidade do sistema financeiro, tecnológico, comercial e consegue jogar e especular com as forças modernizantes absorvendo créditos, máquinas e tecnologias, modernizando-se no processo da modernização.

O novo implemento e a nova máquina parecem ser sempre uma novidade que atrai e que estabelece um ritmo veloz e violento que exclui uma alta parcela de agricultores e admite somente a alguns. Este processo é gerador da concentração de

riqueza, da propriedade e da centralização do poder político, fatores que se manifestam nas estruturas e nas organizações partidárias, sindicais e cooperativas. Duarte (1985, 1997a) indica o projeto do “cooperativismo empresarial”, como uma forma metodológica adotada no processo da modernização do campo, constituindo-se numa base importante para a difusão e adoção de tecnologias, insumos e maquinários no campo brasileiro. A cooperativa, desta maneira tornou-se uma aliada do Estado para a concretização de políticas modernizadoras que implantou os complexos agroindustriais e caracterizados pela adoção de tecnologias modernas e pela centralização do processo de gestão da propriedade rural e pela concentração da riqueza e do capital agropecuário e da propriedade agrária. Além disso, o cooperativismo prestou ainda o serviço de auxiliar na transferência de colonos do Sul do Brasil para a Amazônia, tornando-se um agente central na promoção de projetos de colonização e auxiliando o Estado na realização da modernização do campo, tendo como consequência a exclusão social.

Ao expulsar uma parcela de homens e mulheres do campo e de premiar a outros, o sistema cria duas situações diferentes e contraditórias: de um lado estão os que, permanecendo na agricultura, assimilam as regras do sistema, são consumidores de tecnologia, de insumos, de implementos, de máquinas. Aumentam a produção e a produtividade no campo, tornando descartáveis os que são expulsos.

A parcela expulsa por sua vez, por serem proprietários de um corpo biológico que necessita de alimentos e por terem um corpo físico, que ocupa espaço, tornam-se andarilhos à procura de um espaço. Geralmente este é encontrado nas favelas ou em barracos à beira da estrada. Enquanto andarilhos isolados e expulsos não representam nenhuma ameaça à ordem estabelecida e à idéia de progresso. Tornam-se somente uma preocupação mais séria e intranquã para o Estado e para a elite política e econômica, quando houver uma junção de corpos, de experiências e de esperanças: quando de movimento isolado torna-se coletivizado e orientado pelo signo de uma bandeira a fim de negar a negação, isto é, para criar uma resistência ao modelo dominante que exclui, reinventando, através de movimentos sociais, a gestação de um modelo sócio-econômico e cultural de inclusão.

Nascimento (1994) indica como a modernização, enquanto processo de desenvolvimento tecnológico aplicado na produção representa uma evolução que se traduz na exclusão social. A natureza da exclusão social é um fenômeno que teve características diferenciadas na história da humanidade. Da exclusão do escravo, da mulher e do estrangeiro desde Atenas, passando pelo Império Romano e a Idade Média, configuram-se novas formas de exclusão social nas sociedades contemporâneas, discutidas e categorizadas pelas ciências sociais: exclusão de gênero, étnico-cultural, econômico-político e simbólico. Estas exclusões sociais e as recentes transformações ocorridas na sociedade brasileira e também a nível mundial, apontam, em conformidade com o autor, para a transmutação do “‘excluído necessário’ ou o ‘incluído incômodo’, no ‘excluído perigoso’, desnecessário, do ponto de vista da economia, sujeito até mesmo, à eliminação”(29).

As características fundamentais de exclusão apontadas se desenham como fórmulas de “desigualdade social”, de “pobreza” enquanto “destituição material” e “destituição simbólica”. Somam-se a estes caracteres o apontamento da exclusão social como um sinal de ruptura da “coesão social” e do “vínculo social”. Desta forma o “excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, como o desviante. A condição de excluído é-lhe imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou indiretamente”(30).

Reconhecendo que a exclusão social é um processo de múltiplas dimensões, Nascimento apresenta três acepções, do ponto de vista sociológico do conceito. O primeiro refere-se como um “processo social de não-reconhecimento do outro, ou de rejeição, ou ainda, intolerância. [...] Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhes são próprios”(31). Na segunda concepção “o não-reconhecimento se traduz numa clara exclusão de direitos. São grupos sociais que não têm uma integração no mundo do trabalho, não possuindo, em decorrência, condições mínimas de vida”(31-32). A terceira acepção assinalada é denominada de “nova exclusão”. Nesta acepção, o não-reconhecimento vai além da negação ou recusa de direitos.” Em conformidade com esta característica, Nascimento cita Hannah Arendt, indicando que ocorre uma “recusa ao espaço da obtenção de direitos.” Isto é, os grupos sociais excluídos ou os desnecessários passam a “não ter direito a ter direitos.” Sem serem considerados e

“reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade. Passam assim a ser objeto de extermínio”(32).

A condição e a situação de excluídos desnecessários que expõem os indivíduos ou os grupos as possibilidades constantes de extermínio, criam oportunidades de agrupamento que “tende a desenvolver práticas de solidariedade interna, para se proteger das representações negativas do restante da sociedade”(Nascimento: 1994, 31).

Desta forma o Estado-militar, por ser um regime de exceção tem suas práticas e táticas próprias e especiais para lidar com movimentos que contestam sua ordem, aquela que promove a exclusão social. O uso da força da repressão e da coerção é um elemento direto para desfazer os movimentos e as organizações sociais que exercitam a cidadania da inclusão social, que se contrapõe ao movimento dominante. O exército e a polícia são elementos eficazes de imposição, o cacete é um “argumento” eficiente de “convencimento” dos resistentes. As ordens e as posturas do “sim senhor” e o “não senhor” saem dos quartéis para tomar forma nas ruas, nas praças, nos campos, transformando os lugares públicos e privados em locais privilegiados de tensão, medo e terror.

O Estado-militar obrigou-se a proporcionar uma solução alternativa aos excluídos. A modernização tanto do campo quanto da cidade era o rumo a ser seguido pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. Mas devido o seu perfil, o Estado tornou-se uma instância privilegiada, tanto para o planejamento como para a execução.

O que fez o Estado-militar se tornar um centro privilegiado de planejamento? Não bastassem os velhos e tradicionais poderes, instrumentais, coercitivos, organizações e órgãos que o Estado tem sob seu controle como o poder e as instâncias de executar, legislar, julgar, fiscalizar, coibir e fazer uso da violência, este se caracterizou por aglutinar forças técnico-científicas. Criou a legitimidade do discurso ao incorporar no planejamento os técnicos e cientistas como economistas, agrônomos, sociólogos, psicólogos e geógrafos para prover, organizar e executar programas e projetos. Passou para uma racionalização das políticas e estruturas do Estado. Verificou-se a “transição do princípio do clientelismo, que definiu o Estado Oligárquico, para o princípio do mérito,

que passou a caracterizar o Estado Burguês”(Ianni:1987,313). O mesmo autor ainda nos chama a atenção em relação ao planejamento, argumentando que este, “destina-se explicitamente a transformar ou consolidar uma dada estrutura econômica e social. Em concomitância, e em conseqüência, ele implica na transformação ou consolidação de uma estrutura de poder. As relações e os processos políticos e econômicos estão sempre imbricados, influenciando-se e determinando-se reciprocamente”(1981, 310).

O Estado monocrático optou em incorporar um conjunto de técnicos, para os quais conferiu poderes para elaborar os programas, que quando aceitos e aprovados pelos comandantes do Estado, foram oficializados e executados em nome do Estado. O poder dos técnicos tornou-se tão evidente e tão forte que recebe um novo conceito para identificar a sua característica: a tecnocracia. Os tecnocratas impõem sua visão de mundo ao conjunto da sociedade, primeiro, porque possuem a legitimidade do discurso; segundo, porque estão submersos ao sistema e à organização estatal, caráter que ganha uma configuração impositiva; e terceiro, porque o discurso dos técnicos, enquadrados na estrutura estatal, formando a tecnoestrutura estatal, consegue englobar reciprocamente as “relações de dominação (políticas) e de apropriação (econômicas)” (Id. Ib., 316).

Ainda segundo Ianni, a tecnoestrutura é a esfera do poder na qual se verifica (de modo mais direto e sistemático) o intercâmbio e a metamorfose do *político* em *econômico*, e vice-versa”. E mais, “deliberadamente ou não, os membros da tecnoestrutura estatal põem em prática objetivos econômicos e técnicos de controle das relações de produção e apropriação por meio das quais se preserva ou se modifica o modo pelo qual as diferentes classes sociais (e certos grupos sociais, dentro de cada classe) participam da renda nacional” (Op. Cit., 316).

Sob a orientação da tecnoestrutura, criaram-se meios: legais, materiais, fiscais, ideológicos e propagandísticos para promover por um lado à intensificação do capitalismo no Centro-Sul e a sua expansão extensiva para a Amazônia.

2.3. - A Modernização da Agricultura Brasileira como Processo de Exclusão Social.

A modernização da agricultura no Brasil foi marcada pela “‘revolução verde’, ou seja, a modernização agrícola no campo brasileiro”(Paulilo: 1996, 113) teve no Brasil o objetivo da tecnificação do processo produtivo rural. Na avaliação de várias tendências teóricas, dentre as quais a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina), o atraso do setor rural significava um impasse para a modernização dos países da América Latina em geral e do Brasil em particular. Assim, para a indústria se desenvolver e o país entrar no rol das nações desenvolvidas, haver-se-ia de modernizar a agricultura. A avaliação girava em torno do eixo indústria avançada - agricultura atrasada.

Para o setor agrícola, no entanto, a modernização significou um processo duplamente heterônimo. Em primeiro lugar, está a própria compreensão que o setor agrícola operando no sistema tradicional de produção estaria retardando todo o processo do sistema produtivo capitalista. Neste sentido, tendo-se uma indústria desenvolvida e a agricultura atrasada, esta se constituiria num empecilho para uma ampla e completa modernização. Para romper com a falha no sistema, havia a necessidade da modernização da agricultura. Porém a agricultura não poderia se auto-modernizar visto que ela representava o setor não-moderno. Sob este aspecto e em conformidade com uma leitura linear da evolução social, a agricultura teria que sofrer uma ação de forças externas a ela, e estas forças se localizam no setor urbano industrial, comercial, tecnificado e capitalizado. Assim, “o capitalismo como modo e sistema de produção irradiou-se da cidade para o campo”(Id. Ib. 192).

Esta foi a primeira ação modernizadora do campo externo a ele: a força que provém da cidade. A segunda é de característica mais ampla e complexa, porém ligada ao mesmo fenômeno. É a ação heterônima que o campo sofre no processo da modernização, pela composição das relações de capitais que provém de nações desenvolvidas (associadas às empresas monopolistas e internacionalizado) sobre os países subdesenvolvidos e

dependentes. Na relação de dupla dependência, os agentes econômicos do campo vêem-se compelidos a uma situação de submissão que provém do setor urbano, das relações e dos interesses que o capital monopolista nacional e internacional estabelece.

Neste sentido, cria-se para o campo uma “dependência dentro da dependência”(Fernandes: 1981, 198). Constituindo-se o setor marginal na periferia das relações capitalistas globais e tendendo para a reprodução da estrutura de classes e grupos sociais, ocorre no campo o mesmo fenômeno do setor urbano, ou seja, o privilegiamento dos possuidores de capital (terras e máquinas) e capacitados para a absorção de novas tecnologias, em detrimento do camponês ou pequeno agricultor descapitalizados - processo que leva à exclusão social, à concentração e à centralização crescente de capitais e de terras. A concentração de capitais e de terras tornou-se uma necessidade para o processo modernizador, porque a absorção de tecnologias e de máquinas - situações que caracterizam a modernização - requer grande volume de capital, condição inerente às grandes empresas ou a empresários modernizados. Afirma Singer: “o progresso técnico e a concentração do capital são duas tendências que se alimentam mutuamente. [...] É inegável que a concentração do capital é uma condição necessária ao progresso tecnológico, mas é inegável também que o quadro institucional, apropriado à industrialização capitalista leva a uma concentração do capital ainda maior”(1990, 35).

No entanto, o campo e o urbano não podem ser analisados isoladamente. A ação transformadora que o campo sofre tem uma ação transformadora correspondente na cidade. As tecnologias, os créditos, o comércio, o sistema financeiro, as agroindústrias e/ou a industrialização em geral que fluem da cidade para o campo, retornam com fluxo energético e influência maior ou menor para a cidade conforme a absorção e re-transformação que estes fatores sofrem no campo. A cidade tem uma correspondência com o campo, assim como este se relaciona com aquela. Ao ocorrer a tecnologização e a mecanização do campo, este incorpora máquinas que são fabricadas na cidade, o que cria mais empregos na cidade e uma dinamização na circulação de capitais. Com este mesmo processo, quando o campo se mecaniza há uma otimização da produção agrícola, elevando a produtividade, isto é, ocorre uma maior produção com menor número de força de trabalho. Esta condição leva à dinamização da cidade, quando ela absorve o maior volume de produção do campo. Da mesma forma, o campo se dinamiza e se potencializa quando

absorve a produção da cidade. Neste sentido, estabelece-se uma situação relacional e de dependência entre a cidade e o campo.

Porém não é somente a dinamização da economia e a otimização da produção que ocorrem. Há um processo paralelo de exclusão social, isto devido, “as mesmas forças histórico-sociais que privilegiam os estratos possuidores e o desenvolvimento urbano, fomenta o monopólio da mudança social (e de seus efeitos construtivos) pelos estratos possuidores e pelos núcleos urbanos dotados de maior viabilidade sócio-econômica”(Fernandes: 1981, 192). No momento em que o campo absorve máquinas, tecnologias e otimiza a produção ocorre um processo de concentração espacial (de terras) e de capital, fatores que provocam a não absorção de mão-de-obra no campo e a exclusão de proprietários descapitalizados. Estes têm como direção a cidade que recebe um fluxo populacional desproporcional à capacidade de inclusão no processo produtivo, de consumo, ao fluxo de prestação de serviços e de infra-estrutura urbana.

O processo de modernização intensiva e extensiva teve início a partir dos anos 60, quando as políticas governamentais se voltaram para a implantação de planos que objetivavam tirar o setor agrícola do atraso. Aparece no Brasil uma onda tecnológica, assim como já ocorrera em outros países europeus. São tecnologias que se aplicam “na drenagem, fertilização, mecanização, rações, etc” (Veiga: 1991, 30).

Enquanto na agricultura tradicional o camponês produzia culturas variadas e o campo mantinha-se relativamente auto-suficiente, a modernização exigiu que se transformassem em especialistas e numa nova categoria social, com novas características. Assim, “de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho”(Abramovay: 1992, 127).

Associada à especialização, o agricultor terá que compreender as leis do mercado, terá que negociar no sistema financeiro, deverá acompanhar as oscilações da bolsa de valores, etc. O agricultor moderno, na afirmação de Jean (1994), é um “personagem trinitário [...] apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e

trabalhador”(53). Esta característica do novo jeito de fazer “roça” atrapalham o ex-camponês, porque terá que entender o complexo raciocínio da contabilidade capitalista. Portanto, acompanhar a racionalidade da matemática dos juros e correção monetária, isto ligado ao entendimento dos preços mínimos, que não acompanham os índices inflacionários dos anos recentes no Brasil.

Não se pode deixar de considerar que a tecnificação exigiu e exige, dentro das especialidades um processo sempre mais intenso de produtividade, que por sua vez dispensa quantidades consideráveis de trabalhadores enquanto aumenta a produção na agricultura. O fato da maior produção com menos braços, é resultante da maquinização do setor rural, dos insumos industrializados ou como alguns autores denominam, a “industrialização da agricultura”(Silva: 1982, 27).

A não especialização, a não maquinização e a não ligação estreita ao mercado, custou a alguns agricultores, os “não viáveis”, a marginalização e exclusão do processo produtivo e do acesso à terra. Os marginalizados formam um exército de homens que pela sua posição social, representam uma constante ameaça aos setores tecnificados e incorporados ao sistema e ao próprio Estado, pois pela falta de perspectiva, colocam-se à marcha, reivindicam e protestam. Conforme discute Paulilo: “a única possibilidade de liberdade é a locomoção. É somente a mobilidade que permite ao brasileiro poder fugir da dominação, procurando terras pelas quais os coronéis não tenham interesse, até que este interesse surja e os afugente”(1996, 71). São os marginalizados, o foco de explosão de tensões sociais.

Os integrados conseguem atender e corresponder com as demandas do mercado. As especialidades produtivas, sistemas preparados e comandados pelas agroindústrias, requerendo constantemente técnicas mais eficazes, conseguem maior produção com menor número de agricultores, processo que gera continuamente maior número de produtores familiares à margem do processo produtivo hegemônico - sob domínio das agroindústrias.

A este processo de exclusão Chonchol denominou de “modernización conservadora, [porque] ha favorecido en gran parte a los sectores dominantes antiguos o

modernos de las agriculturas latinoamericanas, en detrimento de las mayorías campesinas. Consideraremos también las consecuencias de esta modernización en la concentración de la tierra, en la reestructuración del mercado de trabajo y su impacto en la situación de las mayorías campesinas formadas por los trabajadores sin tierra y por los pequeños agricultores”(1994, 340).

Sob este mesmo aspecto Silva afirma que o “processo de modernização do Centro-Sul resultou na expropriação de pequenos produtores, em particular daqueles que detinham formas precárias de acesso à terra, como os posseiros, parceiros, pequenos arrendatários”(1982, 57).

O processo excludente criou uma massa de despossuídos no meio rural. Para não representar um perigo à ordem do sistema capitalista e ao progresso desejado pelo Estado, este oferece àqueles empregos no setor de serviços urbanos. Quando, no entanto, a massa desencontrada forma um grupo e constrói uma identidade ou uma solidariedade entre os excluídos, a de homens sem-terra, criam-se possibilidades reais de rejeição das alternativas que não correspondem aos interesses e às necessidades de permanência no meio rural. Aparecem também para os excluídos instrumentais político-organizacionais para lutar contra os fatores que são as razões de exclusão social: desapropriados pelas inundações das barragens, arrendatários expulsos das terras indígenas, filhos de pequenos produtores rurais, para os quais a terra que possuem já não significa quantitativamente o suficiente para proporcionar uma vida com qualidade - sustento, educação, saúde. Encontram-se também no movimento e na organização os que perderam a terra por hipotecas ao sistema financeiro e para o pagamento de dívidas para empresas privadas ligadas ao sistema agropecuário.

Mesmo que tenham existido muitos sem-terras na história do Brasil, torna-se maior o número no período de exceção dos governos militares e de modernização da agricultura. Estes não eram evidentes, porque cada um dos sem terras procurava isoladamente resolver o seu problema. Enquanto o homem do campo tenta resolver o seu problema de forma isolada, não representa para o sistema uma ameaça, pois está em conformidade com o espírito do sistema e com a filosofia do Estado, que é a forma individualista e competitiva da busca de soluções.

Quando esta massa se encontra, ela representa para a ordem do Estado e para a paz dos possuidores um desencontro de interesses. Uma barraca à beira da estrada que não esteja associada a um movimento organizado, não significa nada além de um camponês pobre, que procura para sua família um abrigo e que apesar de não ser um produtor de excedentes e não ser um consumidor de mercadorias, ainda é alguém que tem iniciativa para solucionar seus problemas, é lógico, dentro dos limites da sua pobreza. De uma massa desorganizada, os sem-terra passam a criação de um movimento social que tem como base a exclusão, a desapropriação, o sem-rumo, a não-casa. A criação de uma identidade para o grupo gesta uma postura de resistência que se manifesta em forma de acampamentos à beira das estradas e nas ocupações de terras não-produtivas.

Para uma melhor compreensão evidencia-se que se entende por movimento social conforme o sentido defendido por Scherer-Warren, citada por Paulilo, que compreende que o Movimento dos Sem Terra se enquadra no que denomina de “novos movimentos sociais”, isto é “movimentos que se opõem a um capitalismo excludente, rompendo com os esquemas populistas do passado, assumindo formas de participação comunitária mais democráticas, defendendo sua autonomia frente ao Estado, aos partidos políticos e enfatizando a cidadania como um direito do povo”(1996,121-122). Nesta perspectiva, os excluídos não são uma simples massa, mas configuram-se como um conjunto de indivíduos que vão se tornando sujeitos da história, influenciando em políticas do Estado e do mercado.

Nesta direção mudam-se os sentidos das representações e das atitudes. No instante em que a massa desapropriada se aloja em barracos cobertos por lonas plásticas, mesmo que seja à beira da estrada, mas associada a uma bandeira de luta, portanto já identificada nas razões da desapropriação e nas razões da resistência - a luta pela conquista da terra - sob a bandeira da reforma agrária, a massa, que se transforma em movimento social, significa para os incluídos no sistema produtivo - para os proprietários de terras, uma ameaça à ordem, à norma e à política agrícola e agrária dos senhores da terra. Evidencia-se que o movimento na uniformidade da luta dos desapropriados - é um questionador e um provável rompedor da estrutura agrária concentradora.

Desta forma, os excluídos da terra tornam-se uma categoria política organizada, “agricultores sem terra”, para resistir ao processo excludente e reivindicar o direito de participação ativa da economia e da política no meio social no qual estão inseridos. Sob estes aspectos ocorrem possibilidades de construção da cidadania, que segundo Marshall, citado por Santos, implica na conquista de três elementos: “os *direitos civis*, compostos dos direitos necessários à liberdade individual; *os direitos políticos*, ou seja, a participação no exercício do poder político; e *os direitos sociais*, ou o direito a uma vida digna segundo o padrão societário”(Santos: 1989, 89), (grifos nossos).

Este proceder importa num projeto que envolva uma necessária utopia que edifique bases que conduzam para uma transformação das relações sociais dominantes. Ter como direção a promoção da transformação é uma utopia que caracteriza o movimento social que possui como referência: “a) Uma crítica profunda das atuais condições de vida; b) Um projeto de mudança, como contraposição e melhoria da situação presente”(Scherer-Warren: 1993, 27).

Enquanto movimento social não se constrói somente a utopia de superação das macro-estruturas sócio-econômicas, porém dirigem-se práticas sociais que envolvam categorias culturais que orientam para a desconstrução dos comportamentos autoritários presentes na raiz da história brasileira. Autoritarismo não somente latente ao Estado, e/ou mercado, no entanto estabelecido no cotidiano, nas micro-estruturas sociais e presente como fator cultural da população. Desta forma, o movimento representa uma mobilização “para a corrosão das práticas autoritárias que ocorrem tanto no nível da sociedade civil como no Estado propriamente dito”(Id. Ib., 49).

Imersos na luta política e conflitual para a conquista dos seus direitos e da dignidade humana, os atores sociais, dentre os quais os agricultores sem terra conquistam a “consciência não apenas do direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino”(Id. Ib., 69).

As práticas cotidianas dos movimentos sociais devem ser energias mobilizadoras instituintes para fundar uma “cidadania concreta [que não mais promova] a exclusão e a marginalização de grandes camadas populacionais”(Santos: 1989, 88). Estas

orientações fluem para especificidades sociais e culturais que identificam os movimentos sociais como organizações que deliberam em prol da conquista dos direitos de cidadania básicos pelos grupos subalternos.

Deve o Estado, nesta ordem de fatores, propor soluções e proporcionar respostas aos movimentos sociais reivindicatórios e de proposição. Soluções que por sua vez serão de orientação paradoxal, porque o Estado fica comprimido entre os interesses da classe proprietária - a classe dominante - com a qual se identifica, quando com ela não se confunde; e as pressões provindas dos movimentos sociais, caso especial dos Sem Terra, que exigem o acesso à terra, promovendo com esta ação um ensaio de ruptura com a estrutura agrária concentradora.

Pressionado, o Estado apresenta possibilidades diferentes para a solução dos problemas. Por um lado, tenta corresponder ao projeto com os ideais e as exigências dos sem-terra propondo a reforma agrária; por outro, traz uma solução que poderia atender os interesses dos sem-terra - o acesso à terra - não rompendo no entanto, com a estrutura agrária e com os interesses da classe dominante. Esta solução constitui-se no projeto de colonização.

A colonização tem características diferenciadas. O processo migração-colonização está ligado ao fator de esgotamento das terras na chamada “Colônia Velha” provocada rapidamente pela característica da formação dos projetos colonizatórios: a pequena propriedade fundiária, associada a famílias numerosas e a existência de uma terra vazia - uma fronteira agrícola a ser incorporada. Ao se referir ao Rio Grande do Sul ou a Santa Catarina, pode-se verificar que toda migração campo-campo permaneceu naquelas paragens dentro dum mesmo grande ecossistema, com características biofísicas muito semelhantes. Teve o migrante que enfrentar as adversidades próprias de uma região de recente colonização, a falta de infra-estrutura como estradas, escolas, hospitais. Estas adversidades permaneciam mais no campo da transformação e aculturação da natureza, pois as características desta já eram conhecidas pelo migrante, portanto de fácil adaptação. Explicando melhor, quando o colono migra, abre novas colônias, incorpora mais fronteiras ao capital numa região de clima subtropical da qual faz parte, ele conhece os tipos de solos; tempos de chuva, de frio e dos ventos. Neste sentido, ao migrar de um lugar para

outro num mesmo ecossistema, o processo adaptativo é mais rápido e menos dolorido.

Há que se compreender que o agricultor tem como necessidade existencial o acesso à terra. Esta significa a possibilidade de sustentação da família, de criação de espaços de produção, de liberdade, de trabalho e da criação de uma identidade individual e grupal. Para ter acesso à terra, construir a sua identidade e reproduzir-se na condição de agricultor este torna-se sujeito à migração.

Analisa-se que sob este aspecto há três grupos básicos de famílias que se enquadram ao processo migratório. O primeiro conjunto de famílias caracteriza-se por possuir terra na região de origem, mas estas famílias tornam-se afetas à propaganda pró-imigração e pró-colonização por estarem buscando para seus membros melhor espaço e uma extensão de terra maior. Caracteriza-se pela possibilidade de transmutar de uma pequena propriedade familiar de produção no Sul de 5-10 ha para uma área de 50-200 ha no Mato Grosso, por exemplo. Esta vontade da busca de melhores condições de vida acompanha a composição da própria família e a relação que esta estabelece com a terra. Com base em Chayanov, Paulilo explica que para as famílias há uma tendência favorável, “como nem todos têm possibilidades de herdar um pedaço de chão, a família procura localizar-se em áreas onde haja possibilidades desses filhos encontrarem novas terras ou novas ocupações”(1996,136). Neste sentido, há uma vontade e uma escolha da família em migrar, vontade ligada, no entanto, às condições estruturais e materiais de existência e à criação de uma disposição através da propaganda, que desperta a curiosidade e o espaço político intrafamiliar favorável à decisão do ato de migrar.

Um segundo grupo se caracteriza pela descapitalização na região de origem. São homens sem-terra, que buscam, porém de forma isolada condições de trabalho e de vida. Estes vão para uma região de colonização nova, para o exercício de profissões em grandes fazendas ou mesmo na aventura e na esperança de conseguir um pedaço de chão. Quando isto não é possível aceitam e se submetem a trabalhos na indústria, e como exemplo, pode-se citar a indústria madeireira ou até mesmo o garimpo. A esta condição de submissão a outros trabalhos que não sejam o da terra, incluem-se também alguns proprietários de terras, que se localizam em regiões de difícil acesso - falta de estradas, além disso, não conseguem produzir na terra pela ausência de créditos, insumos agrícolas

como adubos, sementes e condições de armazenamento-comercialização da produção. Na inexistência destas condições materiais de infra-estrutura e políticas agrícolas adequadas, o agricultor submete-se, mesmo que temporariamente, no seu imaginário, a trabalhos e empregos que não são o seu objetivo primeiro. Estas características estão muito presentes em regiões novas de colonização recente, manifestando-se no Norte de Mato Grosso e provavelmente em outras regiões da Amazônia, questão que exige estudos mais aprofundados e com maiores dados.

Um terceiro grupo, são os excluídos e desapropriados no Sul, tanto pelo fechamento da fronteira quanto pela modernização da agricultura, processos estes que levaram a concentração da terra. Os componentes deste grupo resistem coletivamente e organizam-se em movimento social que lhes proporciona forças políticas de pressão e de busca de soluções. Como já fora afirmado anteriormente, este conjunto se caracteriza por despertar temor aos governantes e aos possuídos, pois sua ação pode gerar uma ruptura na política agrária hegemônica. Para atender este grupo o Estado tenta criar alternativas, dentre as quais a colonização dirigida. A colonização é possível por existirem duas ordens de fatores: primeiro, porque há o conflito social - a luta pela terra, a tensão social: “desde que há um excedente de ‘nacionais pobres’, e, portanto, uma situação potencial de ‘tensão social’, então é preciso que o Estado assuma a orientação das correntes migratórias.”(Santos: 1993, 30). Por outro há a necessidade da existência de uma fronteira a ser incorporada pelo “capital, entendido como relação social de produção”(Silva:1982,45). Há de existir uma “fronteira em movimento”(Velho:1974,15), um espaço “demograficamente vazio.”

Segundo explicação de Silva (1982), a fronteira tem desempenhado historicamente três funções básicas no modelo agrícola do Brasil. No “Plano Econômico”, a “fronteira era um armazém de gêneros alimentícios básicos”. No “Plano Social” a “fronteira representava uma orientação dos fluxos migratórios. Ela era o *locus* da recriação da pequena produção, ou seja, o destino das famílias camponesas expropriados e dos excedentes populacionais”. No “plano político”, a fronteira è uma “válvula de escape de tensões sociais no campo”. Desta forma, a fronteira e a colonização aparecem como “alternativas a uma reforma agrária que mudasse a estrutura de propriedade da terra. Na medida em que se aguçavam tensões sociais, conflitos potenciais, pressões políticas e

econômicas, a fronteira aparecia como o novo Eldorado para os pequenos produtores”(Santos: 1982, 45-46).

Para fazer frente às políticas de colonização o Estado dirige suas ações através do INCRA - (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) implementando iniciativas próprias de assentamento de colonos como é o caso de Lucas do Rio Verde - MT; pela formação, autorização e concessão de terras a cooperativas de colonização como é o caso estudado por Santos (1993) de Canarana e Terra Nova do Norte - MT; e ainda a concessão de terras devolutas - públicas - à iniciativa privada, por intermédio de empresas de colonização como é o caso da Gleba Celeste - colonizada pela Colonizadora Sinop Ltda, que abrange atualmente os municípios de Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia, no Norte de Mato Grosso.

Pode-se concluir que na fronteira e no processo migração-colonização há dois elementos básicos para a formação mobilidade das populações, desenvolvida por Paulilo. “A mobilidade tem, pois, pelo menos dois significados: um de expulsão e de submissão, quando ela é forçada por circunstâncias externas à vontade dos atores sociais. Mas tem, também, o significado de reação, de luta, quando surge do inconformismo e da ânsia de liberdade”(1996,153).

Assim, ao questionamento das razões que levam o pequeno produtor ou o sem-terra a migrar, podemos indicar elementos de exclusão social, resultante do fechamento da fronteira, que “não tem sentido de utilização produtiva do solo, mas sim de que não há mais espaços que possam ser ocupados por pequenos produtores”(Silva:1982,47) e pela modernização da agricultura - que representou no nível social a concentração da terra e da impossibilidade de geração de renda, criando excedentes populacionais no meio rural e conseqüentemente no meio urbano. Portanto, a agricultura se modernizou - incorporou tecnologias sem incorporar o homem do campo. Por outro lado, entende-se ainda que na migração-colonização estão os que buscam mais e melhores terras. Está presente a resistência e a busca de condições de ampliar o capital, a propriedade e de poder trabalhar em terras menos acidentadas, nas quais o esforço físico humano seja substituído pela força física mecanizada.

2.4. - A Formação da Mobilidade das Populações: O Processo Migração-Colonização no Campo Brasileiro.

O objetivo que motiva a presente partícula gira em torno da compreensão do processo migração-colonização. Baseia-se na concepção apresentada por Santos ao mostrar que o vínculo entre a migração e a colonização, constitui-se de processos que formam uma “produção social num certo meio natural: é um verdadeiro processo social em si, que deve ser analisado sociologicamente como tal e em estrita ligação com este outro processo social ao qual está indissolúvelmente vinculada: o processo migratório” (1993, 14). Concentra-se em questões que criam representações sociais em regiões determinadas que possibilitam o movimento populacional. Parte-se do princípio de que para haver a mobilidade de pessoas de uma região para outra, direção campo-campo, é preciso que existam fatores sinérgicos de expulsão (fechamento da fronteira) e de atração (terras na fronteira agrícola). “Ao fechamento no lugar de origem corresponde a abertura de um espaço que permite como que uma ‘reabertura’ temporária do espaço fechado original”(Woortmann:1995,118).

Schaefer (1985) explicita em estudo sobre o processo migratório campo-campo que o Brasil nunca teve uma política clara de migração, ficando os excedentes populacionais à mercê do desenvolvimento de projetos que orientassem os excluídos a uma situação de acesso ao emprego (mesmo que temporário) e à terra. Neste sentido afirma que o “Brasil continua sendo um país em movimento, um país de migrantes internos”(13). Para os excedentes, a população marginalizada no campo pelo processo de modernização (mecanização) “havia duas saídas a partir da década de 70: ou moverem-se adiante para as novas fronteiras agrícolas ou serem absorvidos nos meios urbanos”(20). Os projetos de colonização tentam absorver os excluídos, sem-terras ou pequenos proprietários rurais para que correspondessem a duas perspectivas diferentes: na região de origem evitar ou desfazer focos de tensão social e nas regiões de destino - frentes pioneiras ou fronteiras agrícolas, dedicar-se ao desenvolvimento do setor agrícola. O processo de absorção dos excluídos nas regiões de fronteira é precedido pelo grande capital, representado pelas colonizadoras privadas, pelas cooperativas de colonização e principalmente pela privatização dos

recursos públicos por intermédio dos incentivos fiscais, através dos quais o grande capital monopoliza o acesso e o domínio sobre a terra.

Na relação expulsão-atração, cada um dos fatores localizados em um dos dois pólos básicos se constituem de características específicas pelas quais podem ser classificados: como força excludente, regiões de colonização antiga⁴; e como força atraente, regiões sobre as quais se criam representações, ilustrando-se positivamente os fatores geográficos, econômicos, florais, faunísticos, etc. Estas características deverão ser necessariamente chamativas e desejadas por uma população determinada, para a qual se dirige uma propaganda específica e se mobiliza toda uma organização em torno do projeto colonizatório. O papel da propaganda se concentra na emissão de mensagens para “fazer nascer uma opinião coletiva capaz de gerar uma prática”(Santos: 1993, 81).

Para poder ocorrer efetivamente a migração-colonização, o agente motivador do movimento, cria necessariamente, no imaginário social duas formas diferenciadas, porém adequadas aos objetivos, em relação a cada uma das regiões envolvidas. O agente motivador poderá ser tanto a empresa privada de colonização, a cooperativa de colonização ou o próprio Estado através do órgão planejador e executor das políticas de colonização - o INCRA, ou ainda ações conjuntas e complementares. Em relação à região excludente, o agente motivador da migração-colonização cria a representação do pessimismo, do desânimo, da negação de futuro, reforçando as contradições, ou falta de perspectivas para os indivíduos ou para as coletividades. Para a região de atração a imagem apresentada é a da possibilidade da construção de um futuro promissor, de terras férteis, do fácil acesso ao crédito, da concretização do desejo de ser proprietário, no caso especial do produtor rural, ou ainda da condição de adquirir uma extensão de terra maior que proporcione o trabalho em terra própria para todos os membros da família.

Deve-se compreender que o agente estimulador se apega em razões objetivas e subjetivas. Entende-se por razões objetivas as condições estruturais-materiais

⁴“O termo colônia designa tanto a parcela onde se realiza o trabalho familiar quanto a região ocupada por imigrantes e seus descendentes. Em qualquer de seus sentidos, o termo se associa à família e ao trabalho”(Woortmann: 1995, 16). Por Colônia Antiga compreende-se a referência que os emigrados fazem à colônia-mãe, aquela que foi berço do início da colonização e que proporcionou, com o crescimento demográfico e o fim das terras livres, a migração para outras regiões e o reiniciar a construção de um novo espaço social, simbólico e econômico.

que constituem uma sociedade determinada. Assim, no caso especial do agricultor, a estrutura fundiária ou a forma como a terra é distribuída cria e possibilita a criação de representações em conformidade com as circunstâncias nas quais ocorrem determinadas relações e situações sociais. Estas têm importância no fator incentivador de um agente para uma região determinada. Assim, numa colônia de antiga ocupação, com as terras todas ocupadas e o acesso à propriedade fundiária dificultada, a ação motivadora criará representações, primeiro, que condizem com o *ethos* do grupo social qualificado (ou selecionado), segundo, apresentam-se possibilidades alternativas em outra região, *locus* de atração, que proporcione a satisfação das disposições dos indivíduos, as quais aparentemente não poderiam ser concretizadas no *locus* de origem. Assim, estabelece-se uma relação entre as “causas estruturais de ordem sócio-econômica que impulsionam as populações a migrar e os motivos subjetivos dos migrantes para seu deslocamento que refletem a interiorização, pelos agentes sociais, de suas condições de existência”(Id. Ib.,14).

Schallenger e Hartmann demonstram que o “movimento migratório pode ser associado às mudanças das estruturas econômicas, sociais e políticas de um grupo social”(1981, 15). Dentre estas mudanças, destaca-se o crescimento populacional, a não absorção da população economicamente ativa e o escasseamento dos recursos naturais, a terra, por exemplo. Estas questões levam a uma reestruturação e reorganização das relações e dos valores inerentes aos grupos sociais envolvidos. Sob este aspecto, pode-se afirmar que o agricultor e sua família voltam-se para a confirmação da sua identidade. Neste sentido a “migração é a solução mais coerente com o que poderia chamar uma identidade camponesa: ela permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem”(Woortmann: 1995, 11).

No modo de produção capitalista ocorrem relações sociais e econômicas contraditórias, que se manifestam na apropriação dos instrumentos de trabalho, da ciência, da tecnologia e dos produtos da força-de-trabalho pela classe social dominante. Esta situação é resultante do domínio sobre os meios de produção da classe que se apropria dos valores excedentes produzidos pelo trabalho não pago. As relações de dominação e de exploração criam privilégios de uma classe sobre todas as demais que se situam à margem

do consumo dos bens materiais e espirituais produzidos num processo coletivo de produção. As populações marginalizadas pelas situações históricas e sociais, de coisificação do humano no processo de produção, “são mais susceptíveis às mudanças de comportamento, de ocupação e inclusive, de habitat”(Schallenberger e Hartmann: 1981, 15).

Assim o migrante, “é um viajante cheio tanto de lembranças, como de projetos, e que descobre e se constrói no esforço de cada dia para ligar o passado ao futuro, a herança cultural à inserção profissional e social”(Touraine:1994,214). O fazer-se migrante, um ser de lembranças e de projetos, está associado às condições existenciais de um meio determinado, pelas quais criam-se vínculos sócio-culturais, de imagens e de representações do espaço que deve ser reconstruído e restabelecido. O espaço que estava vazio de civilização e que é incorporado ao mundo civilizado, configurando-se a estrutura do espaço social e simbólico em conformidade com a representação e a visão de mundo do grupo social colonizador.

Para uma compreensão mais ampla da migração, historiadores buscam na Europa do século XIX as razões motivadoras dos processos de êxodos de massas humanas do continente Europeu para as Américas em geral, particularmente para o Rio Grande do Sul. Submersa em graves crises econômicas e guerras, resultantes de conflitos que motivaram a formação dos Estados Nacionais; da industrialização; da tecnificação e absorção de máquinas no processo produtivo; as concentrações das terras - caso dos “junkers” na Alemanha. Estes acontecimentos marginalizaram uma grande parcela da população europeia. A concentração de riquezas gerou a exclusão do artesão da manufatura - a indústria ocupa o seu espaço. Os latifúndios são as razões dos “homens sem terra”. A indústria e as fazendas extensivas são os porquês da miséria do povo Europeu no século XIX. “A migração interna dos colonos, assim como a emigração de seus antepassados alemães, obedece a uma mesma lógica, decorrente da mesma condição e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social, isto é, de uma reprodução ‘camponesa’”(Woortmann:1995,115).

O trabalhador pobre ou até miserável significava uma mão-de-obra excedente. Era uma força-de-trabalho não absorvida pela indústria, expulsa do campo e

colocada à margem da produção e do consumo. Para a Europa não promover reformas na estrutura interna, destacam-se sob este aspecto principalmente a Alemanha e a Itália, que ainda não eram Estados nacionais, há uma alternativa bastante vantajosa para responder à miséria que se projetava com maior intensidade no campo. Para esta população, resta o abandono do “campo em função da cidade e uma outra parcela emigra para a América”(Schallenberger e Hartmann:1981,19).

Dentre os fatores que caracterizam massas populacionais como emigráveis pode destacar a exclusão social de excedente de mão-de-obra, as insurreições e contínuas revoluções na Europa do século XIX; a miséria no campo, o latifúndio e a indústria que deslocam o camponês e o artesão. Os migráveis são homens pobres, portanto, “sem perspectivas imediatas e sem alternativas de trabalho e sobrevivência, a transferência para outro meio, embora, ignoto, se afigurou como única forma viável para esta gente”(Id. Ib.,20).

Ao considerar como emigráveis as populações pobres, a migração se constituiu em política incentivada pelos Estados e executada por empresas colonizadoras. Representou a fórmula para muitos países solucionar os problemas sociais internos, que ocorriam a partir da capitalização e da industrialização do campo.

A conquista de terra para homens sem terra significou o espírito e a ação de deslocamento não só de populações, mas dos problemas internos das nações como a Alemanha e a Itália para outras nações. Foi o caminho mais rápido e fácil adotado pelos países com maior contingente populacional sobrando. Desta forma, as classes hegemônicas destas nações não tiveram que executar políticas as quais atendessem aos que representavam uma ameaça à estrutura sócio-econômica. Além de atender aos interesses do capital no país de origem, pois migra a grande massa trabalhadora excedente, não prejudicando desta forma, a oferta de trabalhadores no país de emigração. No Brasil, caso característico de absorção dos imigrantes como assalariados é o sistema colonato na cultura do café em São Paulo, enquanto no Sul ocorre a formação da pequena propriedade fundiária. Para o Brasil interessava um tipo especial de mão-de-obra. Os negros e os índios não estavam integrados ao mercado e ao espírito que deveria formar a nação brasileira. Neste sentido, Paulilo nos mostra no seu livro a política etnocentrista adotada

através da concepção de “limpeza de sangue”. Havia em relação ao negro e ao índio o preconceito da preguiça e de não se adaptar à disciplina, “o escravo, quando liberto, não se presta às novas formas contratuais de trabalho. Não tendo sido socializado como trabalhador livre, não podia competir com o Europeu. [Sob este aspecto percebe-se que no Brasil havia mão-de-obra, no entanto] ...o Brasil permitiu a chegada de mais agricultores. Na verdade, não deveríamos nos surpreender. Terras de índios e cablocos são consideradas devolutas, pois eles ‘não existem’”(1996, 108).

Toda estrutura fundiária concentradora caracteriza-se como um “verdadeiro sistema de opressão, de servidão e de conflito no universo da grande propriedade, [pois], a terra não era de quem a cultivava”(Schallenger e Hartmann: 1981, 22). Portanto, a estrutura fundiária é comparável à uma força centrífuga, que expelle para o seu exterior o elemento que nela está e que a ela não pertence.

Os portugueses ao colonizar o Brasil tinham como principal objetivo o comércio das riquezas naturais. Sua população, além de escassa, não tinha a tradição da cultura da terra. Para assegurar o imenso território brasileiro foram criadas as capitânias hereditárias e as sesmarias, formas de doações de terras e de poderes que atraíam os portugueses. Para fazer a terra produzir encontraram como solução eficaz e lucrativa o tráfico de negros e a preação de índios, formas escravistas de obtenção e de relação com a força de trabalho e de cristianização do continente.(Paulilo: 1996).

O regime escravista português funcionou no Brasil sem maiores questionamentos oficiais até meados do século XIX, quando a Inglaterra, país já industrializado e em busca de mercados consumidores, pressiona os regimes escravistas, que não criam mercados abertos para o consumo em grande quantidade de produtos, da indústria inglesa, por não haver nestes, homens livres e com poder aquisitivo. Além da pressão inglesa, há de considerar a luta dos negros que se rebelavam contra a situação de escravos, fugindo para o interior e formando comunidades, pelas quais associavam necessidades e sonhos de liberdade, fundando os quilombos, espaços e territórios que simbolizavam a resistência ao senhor de terras e de escravos e todo aparato estatal e policial ou paramilitar sobre o qual tinha o controle.

Com a pressão exercida pela Inglaterra e pelas forças abolicionistas, a força de trabalho escrava começa a se tornar escassa. Havia a premente necessidade de um rearranjo da economia, do comércio, da concepção de trabalhador e de propriedade da terra. Assim, ao reconstruir conceitos, a mão-de-obra livre e branca tomou centralidade no discurso do alternativo ao negro escravo. O Europeu excedente e pobre se tornou um elemento de atração para povoar as terras vazias e a servir de mão-de-obra.

Para realmente haver mão-de-obra livre para o assalariamento, o governo brasileiro preparou em 1850 a Lei de Terras “que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa”(Silva: 1982, 25), que desenhou com muita eficácia um quadro de não acesso à terra pelos imigrantes, principalmente na Região Sudeste. Proíbe-se a posse da terra livre, tendo-se acesso à ela só pela compra, para garantir que homens livres não tivessem acesso à terra livre, então, “quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada”(Id. Ib., 25).

Desta forma garantiu-se mão-de-obra livre para as fazendas de café no Sudeste. Enquanto no Sul, formou-se a partir da vinda dos açorianos, dos alemães, dos italianos e dos poloneses a pequena propriedade rural, voltada fundamentalmente para a posse e a defesa do território brasileiro, estratégia planejada pelo governo imperial brasileiro para o povoamento de regiões e territórios não ocupados pelos estancieiros, as grandes extensões de terras para a criação extensiva de gado. A colonização dirigida para pequenas propriedades rurais significou uma estruturação diferenciada da estrutura agrária dominante no Sul do Brasil. Apesar desta ação, “o plano de colonização do Sul, por parte de Portugal, visava atender muito mais os imperativos militares que a qualquer projeto de desenvolvimento da agricultura”(Paulilo: 1996, 61).

Para concretizar a ocupação do espaço do Sul do Brasil o governo cria uma política de estímulo e propaganda pró-imigração. Porque para o Estado, “a colonização, através do imigrante, apresentava-se como solução alternativa, [...] a terra sulina [deve] ser ocupada por estrangeiros livres e não por escravos negros. [Além da ocupação do território, através do estabelecimento de Núcleos Coloniais, objetivava-se com a

colonização via pequenas propriedades agrícolas], [...] fomentar a produção de alimentos”(Schallenger e Hartmann: 1981, 57).

Os núcleos coloniais eram formados, nos primeiros projetos, conjugando valores culturais, religiosos e étnicos para aproximar os colonos, que tiveram como principal fator negativo a não integração de uma colônia com outra, caso eram constituídas de grupos étnicos e religiosos diferentes. Neste sentido, aproximavam-se alemães católicos num núcleo colonial, enquanto alemães luteranos eram dirigidos para outras paragens. Além do fator religioso, o fator étnico se constituía em elemento classificador e orientador do processo de povoamento. Assim formam-se comunidades tipicamente alemãs, e outras de italianos. Estes fatores foram importantes no princípio da colonização no Sul do Brasil para a edificação de valores culturais, religiosos e lingüísticos que o grupo social constituía. No entanto, o fator agregador das primeiras comunidades teve que ser superado para o inter-relacionamento entre comunidades de formação religiosa e étnica diferentes para proporcionar o intercâmbio cultural e comercial. Nos núcleos de colonização dirigida, a estrutura fundiária se formou a partir da propriedade familiar. Esta teve como sustentáculo para seu desenvolvimento o trabalho da mão-de-obra da família. O importante para estes colonos, que enfrentaram e tiveram que assimilar o novo ambiente era possuir a terra a qual era “a única situação de status”(Id. Ib., 65).

Constituindo-se a propriedade da terra o seu único status, mas também a condição materializada de produção da vida, para o colono, cada vez que a região colonizada por primeiro, a denominada “Colônia Velha”, não apresentar mais espaço - terra livre - para expandir ou abrir novas terras para incorporar na produção do sustento e empregar os braços da família, variando à procura da terra conforme o tamanho da família, esta se torna migrável, isto é, a família que não consegue espaço para o trabalho a todos os seus membros, torna-se acessível a propaganda de novas terras, que poderá ser feita por colonizadoras privadas, pelo governo ou motivada pelos próprios integrantes da família para buscar a terra como fonte de produção da vida e de status. Esse processo foi intenso no Rio Grande do Sul, atingindo a outros estados, fora chamado por Lazzarotto de “enxamagem”. “A migração interna era causada, em primeiro lugar, pelo fato da existência de famílias muito numerosas em lotes pequenos. A solução que se apresentavam para este contexto era, pois, enviar em frente os filhos”(Op. Cit., 65).

Conjugam-se fatores sócio-econômicos e do *habitus* construídos com base na estrutura familiar, na visão étnica e religioso-cultural da concepção da propriedade da terra e do trabalho. A terra significa para o produtor familiar a oportunidade de constituir o trabalho livre, de ser dono do horário de trabalho, de edificar uma posição social através de seu trabalho e da administração da sua propriedade. A terra ilustra o poder de tecnificar ou não, de integrar-se ao sistema das agroindústrias, mesmo que a integração possa representar a perda da liberdade e de decisão - mas estar, apesar disto, ligado ao mercado, enquanto manter-se autônomo em relação às agroindústrias, ao sistema financeiro, ao cooperativismo empresarial possa representar sua exclusão no processo de acesso ao mercado, ao consumo de bens materiais de maior durabilidade como os eletrodomésticos.

No trabalho realizado por Duarte analisando o cooperativismo empresarial partindo sob a orientação da metodologia histórico-estrutural, explicita que “cooperativismo agrícola se desenvolveu no Rio Grande do Sul [queremos acrescentar em todo o país] como instrumento que viabilizou a penetração e expansão do capitalismo no setor rural, devidamente articulado ao capital financeiro e industrial, mais do que um sistema econômico alternativo. [Neste sentido], 1 - o cooperativismo como um mecanismo que viabilizou a penetração e dominação capitalista no campo, na medida em que se desenvolveu atrelado aos interesses do Estado e do capital financeiro, por quem foi instrumentalizado, e 2 - o crescimento empresarial das organizações cooperativas, nos mesmos moldes das empresas capitalistas”(1985: 17, 22).

A modernização significou uma redefinição das fronteiras na agricultura. Enquanto no processo denominado “enxamagem”, pressupõe-se a existência da fronteira agrícola a ser aberta e conquistada, fator de atração, a modernização do setor agrícola representou uma forma de exclusão da grande parte de agricultores de regiões consolidadas pela colonização antiga. Os processos da modernização e da colonização não são momentos e processos separados, porém complementares, porque a colonização representou a alternativa que os sistemas e governos encontraram para a mecanização e capitalização do campo, tanto nos países europeus nos séculos XVIII e XIX, como no Brasil e nos países da América Latina a partir dos anos 60 do século XX.

2.5. - A Presença Indesejada do Corpo do Excluído.

A presença do corpo-físico do excluído representa uma ameaça para o grupo e para a ideologia dominante. Na antiguidade o corpo do parricida, regicida, homicida era eliminado pelo suplício que se caracterizava por demonstrações públicas e pelos requintes de crueldade. O esartejamento tornou-se um espetáculo que tinha como cenário o espaço que dava acesso a uma platéia curiosa para presenciar e assistir a eliminação do corpo do indesejado. Foucault (1995) mostra que esta prática comum no século XVIII se transformou em execução menos espetacular, embora o ritmo e o rito do princípio continuassem a ter exibições sensacionalistas, aparelhadas com algozes torturadores, os carrascos, acompanhados pelos curas, médicos, psicólogos, profissionais técnicos que pudessem aliviar a dor da pena máxima, a eliminação do corpo.

Do suplício, esartejamento do corpo, passou-se para ritmos mais momentâneos e brandos da execução da pena. O ritual do suplício enquanto pena capital, aplicando à vítima um longo e terrível processo de eliminação fora superado. Ao “humanizar” a aplicação da pena, os penalistas reinventaram a sua execução. O executado passa a não mais assistir seu corpo torturado, pois o seu rosto passa a ser coberto com um véu negro. A execução final - ou a aplicação da morte em si fora mecanizada. Criou-se um instrumental que concretizava a morte por um processo rápido, como por exemplo a guilhotina, inventada na França e incorporada no sistema judiciário punitivo pela primeira vez em 1892.(Foucault, 1995).

Nesta apresentação, ressalta-se a problemática central da presença do corpo do julgado, alguém não aceitável para uma moral determinada, instituída num meio sócio-econômico e histórico determinado. A moral e, por conseguinte as leis, condenam ao expurgo um indivíduo ou uma postura determinada, criando festejos ou estatutos públicos que legitimam a convenção e a ação produzida por um órgão instituído para estabelecer e fiscalizar os interesses e as normas dos que através do poder da coação e da coerção, poderes instrumentalizados no e pelo Estado, conseguem uma dominação direta sobre a

liberdade ou sobre a prisão, do indivíduo ou do coletivo. Com o poder de Estado, que se manifesta e se realiza tanto na instância macro como na dimensão micro, por isso sua eficiência, os corpos e as mentes são vigiadas e dirigidas para objetivos que correspondam com os interesses e as ideologias predominantes em uma sociedade, que são por sua vez os interesses e as ideologias das classes dominantes.

Quando em sociedades com sistemas requintados de punição, o indivíduo não se adapta e não se enquadra na moral do sistema dominante, são-lhe aplicados métodos e técnicas corretivas. A mais cruel, superado o suplício público da execução da pena capital nos cadafalsos para espetáculos da crueldade humana, é a reclusão do corpo do indesejado num espaço, mantido e assistido pelo setor público, através da qual mantém-se o controle sobre os atos, os pensamentos e as atitudes dos condenados. A vigilância sobre as vontades destes é intensa e contínua, através da qual se mantém afastado do meio social o corpo do indivíduo que é julgado e condenado pela burocracia do Estado e legitimado pelo imaginário social. Julgamento legítimo e legitimado porque o condenado não tem os valores, as crenças e os procedimentos considerados e avaliados como normais e morais pela sociedade na qual está inserido o indesejado e sob a lei da qual será coagido e julgado.

O relatado até aqui demonstra a exclusão do indivíduo indesejado, sendo ele aquele que não se enquadra na normalidade moral e legal. A moral e a lei são produtos de uma sociedade, portanto histórica, isto é, feita e inventada pelos homens. Desta forma, o indesejado tem características diferenciadas em momentos históricos diferentes. Ao receber das instituições do Estado o poder de tirar a vida de alguém, o verdugo recebe a legitimidade dos seus atos, por que aceito e convencionado pela sociedade que pode executar um outro indivíduo, não recebe devido o ato da morte de outrem a punição, porém a premiação. É pago ao verdugo um salário para que cumpra ordens que são destinadas a executar. Ordens estas que provém de outrem, superior na escala da lei hierarquizada, que por sua vez, também é remunerado para vigiar a moral e o normal (em conformidade com a norma) da organização coletiva. A não execução do estabelecido, por sua vez, poderá custar-lhe, em vez do prêmio e o reconhecimento público, a punição pública. Assim, estabelece-se uma rede de perseguição e controle, que tem sempre no superior, o melhor vigia, que deve, por ser superior, ter uma compreensão mais completa e ampla do sistema de vigilância. Por esta compreensão e vigilância será premiado e condecorado.

Compreende-se assim, que toda condenação ou premiação está em conformidade com os interesses e a moral estabelecida e aceita por uma coletividade como correta. Não se pode, no entanto considerá-la homogênea, pois que se ocultaria a possibilidade do fluxo da história e do movimento, princípios que tornam a história dinâmica. É possível, verificando-se as mudanças históricas, compreender que nela está a própria contradição. Cada época histórica contém e nela reside a negação do modelo hegemônico, por isso possível de mudanças. Desta forma, tem-se que afirmar que todo projeto de qualquer sociedade é sempre resultante das vontades e dos interesses dos homens que concretizam num determinado espaço e tempo a sua visão de mundo. Assim, por ser a sociedade caracteristicamente heterogênea na constituição estrutural e organizacional, o projeto dominante suplanta e descaracteriza os projetos-outros que são e que expressam as vontades dos que não controlam o poder e que não encontram espaço institucional para estabelecer e legitimar relações sociais, organizações políticas e estruturas econômicas. Portanto, o projeto-outro é um projeto que permanece no subterrâneo da prática e da ideologia dominante.

O projeto dominante, para manter-se dominante necessita apoderar-se do imaginativo da coletividade e fazer acreditar que os seus valores são necessariamente valores universais. Que as definições e os conceitos presentes, nos pareceres, nos decretos e nos atos institucionais do Estado são sempre para a edificação e de uma estrutura sócio-econômica que corresponde a todos os membros e a todas as partes do todo. Faz acreditar, que aquele que rompe com a postura do projeto dominante, ou aquele que não se encaixa e não acompanha a evolução do sistema, é por um lado, na caracterização política, um subversivo, o qual pode e deve por esta razão ser expurgado. Por outro, sob a perspectiva do econômico, o desvalido para a produção de mercadorias, tanto na avaliação qualitativa, quanto quantitativa e em conformidade com as necessidades e as exigências do mercado, tornar-se-á um exilado econômico que para poder sobreviver deve se asilar em outras paragens e em outras configurações sociais e econômicas que sejam diferenciadas da situação de origem.

A concorrência que se estabelece no mercado, é que vai direcionar e selecionar os que terão condições de se incluir e os que serão excluídos. Deve-se entender,

que no sistema capitalista, o mercado não é resultante da “mão invisível”, mas é resultado do planejamento do Estado, que estabelece normas e valores morais, econômicos e jurídicos determinados que o caracterizam como estrutura e organização. Assim, a defesa da propriedade dos meios de produção - a terra, por exemplo, é um fenômeno característico do sistema jurídico - ideológico burguês que tem como expressão máxima a defesa intransigente da propriedade privada dos meios de produção em detrimento da liberdade dos indivíduos (enquanto individualidades) e da coletividade.

Compreende-se que a sociedade capitalista está estratificada sob a forma de estrutura de classes sociais. As contradições que estão latentes e as que se manifestam entre as classes sociais, repercutem nas ações e nos planejamentos do Estado. Neste sentido, estabelece-se um jogo de interesses entre grupos e/ou classes que compõe a organização social. A conquista do poder estatal por um grupo determinado simboliza a conquista do espaço decisório e coercitivo através do qual o grupo ou a classe dominante fixa como universais os seus interesses em detrimento dos demais. A visão de mundo, a religião, a cultura do grupo dominante ganha legitimidade nas representações cotidianas dos grupos sociais. A coletividade naturaliza os valores dominantes.

Desta forma pode-se afirmar que o “capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo uma realidade sociocultural”(Fernandes: 1981, 21), que inclui o direito, a filosofia, a religião e a cultura. Constituindo-se numa totalidade, o grupo que controla o sistema deve controlar os meios de produção como as terras, minas e fábricas, faz-se necessário para instrumentalizar numa situação controladora, o domínio sobre os meios de comunicação, sobre os aparelhos ideológicos, os coercitivos e sobre as vontades dos grupos subalternos, que somente poderão ser submetidos se existirem as condições reais de submissão, via consenso, estabelecendo a hegemonia de classe, ou via coerção, estabelecendo a dominação de um grupo sobre outros, no sentido gramsciano.

Ocorre a hegemonia de classe, quando o grupo social hegemônico tiver a competência de fazer dos seus interesses, os interesses de todos os grupos sociais identificáveis na estrutura e na organização social, difundindo a vontade do grupo aos demais que a assumem e fazem dela a sua própria vontade, criando-se o consenso social.

A dominação de classe ocorre quando houver e se manifestar o contra-senso dos grupos contra-hegemônicos e o grupo dominante para se manter no poder e no controle do conjunto da sociedade, aplica a força policial repressiva subjugando os grupos sociais subalternos. Associam no segundo caso a ideologização da sociedade com o emprego contínuo da força repressiva.

Pode-se compreender que o processo da modernização da agricultura implantada no Brasil a partir dos anos 60 e intensificados a partir da década de 70, representa o projeto da burguesia industrial - agrária brasileira, que aliada ao grande capital monopolista internacional, mediada pelo Estado brasileiro, então sob o controle dos militares e de intelectuais inspirados nos valores liberais e de mercado; planejam a ação que levou ao campo o processo de mecanização da lavoura e que instalou a industrialização do campo, como forma de tirar do atraso o setor rurícola.

O projeto da modernização, por que inspirado nos valores e nos interesses da classe hegemônica e dominante, destaca-se neste a produtividade do campo, considerando esta em termos absolutos, isto é, volume de produção por área cultivada e não em termos relativos - maior produção por indivíduo empregado no processo de produção. Esta racionalidade gerou um processo de exclusão do trabalhador do processo produtivo, porque requer a aplicação intensiva de máquinas e de tecnologias modernizantes para o cultivo de áreas extensas. O cálculo do volume de produção considerando a área, reduzindo ao mínimo a mão-de-obra e considerando como eficiência produtiva o maior volume de produção com menor número de força-de-trabalho empregado, resultam na monopolização da terra e na expulsão do pequeno e médio agricultor da terra.

Retomando a discussão do sistema punitivo, pode-se desenvolver o seguinte raciocínio: frente ao projeto de modernização da agricultura, via reestruturação do campo, o grupo dominante brasileiro estabeleceu, com base na lei concorrencial do mercado e da proteção ativa do Estado, suas normas e sua moral na efetivação do processo modernizador. A participação do Estado tornou-se ativa por que este foi o principal agente modernizador. O Estado instituiu leis que consideravam somente a racionalidade e a calculabilidade do sistema inventado pelos tecnocratas e que continham na sua lógica a visão e os interesses do grupo modernizador. O objetivo da lógica racional a ser

implantada no campo era o acúmulo de capital via produção intensiva e, principalmente, extensiva de cereais, destacando-se o soja e o trigo.

Seguindo este estímulo, os tecnoburocratas desconsideravam uma outra parte interessada e que estava diretamente ligada a terra - o camponês. Este estava presente de corpo no espaço da terra, que se tornaria o espaço da modernização ou o espaço da máquina. Ao ser desconsiderado nos planejamentos, o camponês sofre a influência repressiva da ação do Estado e do mercado. Desta forma, o camponês, com o seu corpo e os corpos da soma dos membros da sua família, encontram-se expostos num lugar não devido. Torna-se ocupante indevido da terra - mesmo que proprietário legal. A condição indevida se dá por não se enquadrar nas características modernizantes - será penalizado por sua postura moral-econômica e sofrerá a ação-coerção-coação para se retirar do espaço ocupado indevidamente. Resta ao camponês migrar. Os primeiros deslocamentos são rumo às cidades. Estas simbolizavam e possuíam uma mística diferenciada do meio rural, por isso atraíam grande número de trabalhadores para o setor urbano. Mas quando a alternativa urbana deixa de representar um espaço e um lugar para a efetivação do sonho sonhado, quando a cidade vira pesadelo, resta por um lado a resistência no campo, no local de origem do foco da tensão e por outro a migração inter-regional, para o projetos de colonização campo-campo.

A alternativa do agricultor se constrói à margem do projeto hegemônico, enquanto a burguesia modernizadora dirigia as práticas do Estado para a perspectiva produtivista, o agricultor excluído procurava se articular e/ou rearticular politicamente para se estabelecer como categoria ou agente político. Apesar destes esforços iniciais, o Estado brasileiro, dominado pela perspectiva militarista, interpretava toda a ação-reação do agricultor expulso da terra, expulso não individualmente, mas como resultante da política estruturante do Estado-mercado, como um ato que pudesse ser caracterizado como subversiva, porque representava, a sua exclusão, uma ameaça ao projeto hegemônico, demonstrava e evidenciava os interesses inclusos e excluídos do projeto dominante. Neste sentido, o agricultor excluído, que ao perambular pelas estradas, ao se estabelecer nas favelas das cidades, ao se colocar debaixo das lonas, deveria ser, e fora caracterizado pela tecnocracia como incompetente como indivíduo e/ou grupo social. Ele, agricultor, era incapaz de incorporar os valores progressistas e os ideais de modernização da agricultura.

Não eram, no entanto, considerados incompetentes o projeto e o sistema de organização da agricultura. Porque se fossem aceitos desde o princípio os seus limites, não se criaria a legitimidade pública para sua efetivação, pois que o projeto da modernização só se tornou hegemônico sob o custo da repressão do ato da rebeldia, do sonho de liberdade e do acesso à terra.

Ao sonhar, o agricultor sofre as conseqüências próprias do Estado autoritário: perseguição, eliminação física, etc. Ao propor soluções para o seu problema, a falta de terra, ao lutar pela conquista desta no seu lugar de origem, pensa-se aqui na luta pela terra na Região Sul do Brasil, o agricultor é exposto ao espetáculo da ridicularização pública do seu projeto, quando é classificado como incompetente, como vagabundo, como homem não digno de crédito, incapaz de absorver conhecimentos e novas tecnologias. Espectáculo este que tem como cenário um modelo de produção alcançando altos índices produtivos sob o custo de uma massa de excluídos que reclamam a parte que lhes cabem.

Porém o Estado, agente de força coercitiva e punitiva, não acena para alternativas na região na qual eclode o problema social. A vista se direciona para outros rumos. A direção das políticas do governo não são as terras do Sul. O Estado-mercado quer e precisa incorporar, povoar e fazer produzir a Amazônia. É para esta região, longínqua, espacial e territorialmente, para onde os colonos são convidados a migrar. Os corpos dos colonos já não são queridos no Sul. Seus corpos são uma ameaça para a ideologia e para a moral burguesa. Seus corpos significam um perigo para a ordem e o progresso tão divulgados, constituintes baluartes do sistema modernizador. Seus corpos, já expostos viram espetáculos públicos, devem ser removidos, devem ser transladados. O traslado se transforma num novo espetáculo. Não interessa ao Estado e ao grupo dominante mantê-los onde estão; porque aí não prestam à filosofia utilitarista e ao modelo produtivista da modernização.

Dessa forma, os corpos dos agricultores, com eles suas necessidades e seus sonhos, são transferidos em caravanas de frotas de ônibus do Sul para o Centro-Oeste. Do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. De Ronda Alta para a Gleba Rio Verde.

CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO SOCIAL: A UTOPIA E O REAL.

3.1. - Identificação do Espaço Empírico - A Gleba Rio Verde.

Compreende-se por espaço empírico o local que fora escolhido para desenvolver a pesquisa de campo e que é o *locus* central de investigação e de interpretação do objeto investigado. Afirma-se o “lugar central” tendo como referência o atual município de Lucas do Rio Verde. Além das entrevistas realizadas neste local, foram colhidas informações com os colonos retornados para o Rio Grande do Sul - nos municípios de Ronda Alta, Rondinha, Sarandi e Nonoai. Além desses, foram entrevistados os funcionários do INCRA de Cuiabá, que trabalharam no assentamento, que foram ouvidos sobre o processo de ocupação da Gleba Rio Verde.

A Gleba Rio Verde, espaço onde está localizado o atual município de Lucas do Rio Verde, está distante da capital matogrossense - Cuiabá - 355 Km., na Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, às margens da Br 163, rodovia Cuiabá-Santarém, na altura do Km 680. A área territorial da Gleba corresponde a um perímetro de 270.000 hectares. Possui seus limítrofes demarcados ao Norte e Leste com o município de Sorriso, ao Sul com Nova Mutum e ao Oeste com Tapurah. A altitude média da área de Lucas de Rio Verde é de 380 m. O clima é tropical quente e úmido, registrando temperaturas médias anuais de 24 graus centígrados, atingindo a média máxima entre 33 a 35 graus e a média das temperaturas mínimas de 12 a 14 graus centígrados. O regime das chuvas se caracteriza pelas precipitações máximas no verão e mínimas no inverno; próprias do clima tropical continental, atingindo precipitação pluviométrica anual de 2.346 mm.

A base econômica atual da localidade luquense é a agricultura - explorando principalmente cereais como a soja, milho, arroz além da lavoura de algodão. As

lideranças locais preocupadas em diversificar a produção organizaram e dirigem políticas agropecuárias voltadas para a consolidação do desenvolvimento da suinocultura e bovinocultura, além de introduzir práticas na produção agrícola como o plantio e a experimentação da uva em região de cerrado.

A história da ocupação da área da Gleba Rio Verde, principia-se nos anos de 1976. Foram nestes idos que os primeiros homens “brancos” se instalaram nestes sertões, tomados pelo cerrado e matas ciliares, para, quebrando o cerrado e limpando as terras, pudessem iniciar a produção da soja. Produzir soja era o desafio. Desafio que não se restringia somente ao migrante que vinha tomar posse das terras, mas que era o grande projeto nacional. O governo de então, com políticas de incentivos através de créditos especiais e preços mínimos que levaram a uma racionalidade de cálculos vantajosos, levou o Brasil de Norte a Sul a produzir o grão, que por ironia se assemelha na coloração com o mineral ouro. Ouro, pequenas quantias sempre tiveram grande valor. Historicamente homens deram suas vidas, impérios se expandiram e grupos étnicos foram exterminados e continuam sendo eliminados - como é o caso dos índios brasileiros; promovendo-se verdadeiros etnocídios e fratricídios, para a conquista das minas e a exploração de um mineral tão valioso. Valioso porque possibilita a acumulação de riquezas e luxuosidades, não para quem o explora nas profundezas das minas, mas para os que estão na ponta da especulação e no controle do sistema financeiro e comercial, e que possuem o poder da regulamentação das relações de mercado.

Associar o soja ao ouro, como é para a grande conquista da riqueza rápida e fácil, foi o método empregado pelos governos do regime militar autoritário para promover a modernização do campo brasileiro e para a ocupação das regiões anecúmenas. Criando-se no imaginário social, a filosofia do progresso, que no Brasil é histórica, e legitimando-se políticas de ocupação de espaços demograficamente vazios, o estado militar instrumentalizou-se em termos de leis e programas para a efetivação da incorporação dos sertões do Centro-Oeste e do Norte brasileiro no processo de produção de mercadorias para o mercado consumidor das regiões Centro - Sul e para os mercados consumidores dos países desenvolvidos, Europa, Estados Unidos e Japão.

Para alcançar os objetivos desenvolvimentistas, o Estado-militar brasileiro promoveu ações que o colocaram no cerne, isto é, o Estado tornou-se a cabeça e a mão na edificação do capitalismo moderno no Brasil, criando políticas que formariam o mercado em algumas regiões, como no Centro-Oeste e Norte brasileiro, enquanto nas outras regiões geo-administrativas, Sul, Sudeste e Nordeste, o Estado dirigiu suas práticas e suas políticas administrativas e coercitivas para aprofundar e estender as relações de mercado para a troca de bens materiais e imateriais.

A Gleba Rio Verde fora abrangida pela política do Governo Federal. A primeira ação de grande vulto a ser registrado nesta região é a presença do 9º BEC - Nono Batalhão de Engenharia e Construção, encarregado da instalação e conservação da BR 163, rodovia planejada no Governo Médici e que era parte do PIN - Programa de Integração Nacional. Por isso o 9º BEC estava acampado nas margens esquerdas do Rio Verde, debaixo de suas barracas de lona, especiais do Exército, para cumprir uma missão “patriótica”, abrir caminhos para brasileiros e brasileiras se deslocarem nas imensidões do sertão anecúmeno.

Era assim que o exército, através dos Departamentos de Engenharia e Construção se fixava temporariamente nos sertões do Centro-Oeste. Construir a Rodovia Cuiabá-Santarém era um ofício para o qual jovens brasileiros eram convocados, sob o comando dos oficiais, para cumprir com o sonho de um Brasil grande e de uma pátria livre.

O Batalhão de Engenharia e Construção abriram caminhos e emprestaram suas lonas. Aí faziam as primeiras refeições. Colocava-se a serviço daqueles que por sonhar com mais riquezas ou por necessidades para a conquista de um pedaço de terra migravam. Foi assim em Lucas do Rio Verde.

O 9º BEC instalado no triângulo formado pelo traçado da BR 163 e pelo leito do Rio Verde constituiu-se em apoio para os primeiros migrantes que vieram do Sul do país e que tomaram posse das terras. Estes abriram o cerrado e se instalaram, fazendo lavouras, plantando arroz e soja. Sabiam que a terra não era da sua propriedade. Tomar posse de uma área devoluta ou pertencente ao Estado, em conformidade com o sistema jurídico, que fundamenta o direito da propriedade brasileira, é ilegal. Apesar desta

configuração jurídica, tornou-se prática comum nos longínquos sertões brasileiros, onde o Estado não se faz presente com seus órgãos reguladores, alguém, através de um claro jogo de interesses tomar posse de extensões determinadas de terra, cercá-la, abrí-la, plantá-la e instalar algumas benfeitorias para caracterizar a posse, criando condições legais para a regulamentação da área apropriada. Esta prática é alimentada pelo próprio sistema legal, a partir do instante em que permite ao posseiro regularizar a posse e tornar-se proprietário legal da terra.

Esta situação, no entanto, não é homogênea. O tratamento outorgado aos posseiros não é uniforme. Da mesma forma como os posseiros não possuem uma uniformidade entre si. Nas descrições e interpretações desenvolvidas por Martins (1991) sobre a Região do Araguaia, mais especificamente nos Municípios de São Félix do Araguaia e Luciara no Noroeste de Mato Grosso, verifica-se que os posseiros daquela área eram camponeses descapitalizados, que tinham a posse da terra orientados por um princípio de sustentação dos membros de sua família. A terra está carregada de simbologia. As significações trazem no seu fundamento a própria seguridade da vida. Neste sentido, a posse da terra somente tem valor enquanto servir a este princípio básico, ser fonte de vida. Quando romper com esta racionalidade, o posseiro se desloca para outras paragens, deixando a área ocupada para que esta possa descansar e recuperar a fertilidade. Ao ocorrer o deslocamento do posseiro e feito o descanso da terra, esta estará livre para outro posseiro se instalar nela e desenvolver uma agricultura para o seu sustento.

Sob este aspecto Martins fala em terra livre, diferenciando-a da terra de negócios. A diferenciação entre estas duas perspectivas é importante porque registra o comportamento do posseiro-camponês frente à terra e às atitudes e às ações tomadas pelo Estado. Construiu-se neste trabalho, uma diferenciação entre a definição do conceito de posseiro-camponês de posseiro-empresendedor, para poder incorporar uma realidade empírica identificada. O conceito de posseiro-empresendedor indica uma contradição ao conceito de posseiro-camponês. Pensando numa sociedade que se encontra em processo de modernização do campo, entendendo-se por esta a aplicação de tecnologias na produção rural, o posseiro-empresendedor, apesar da irregularidade em relação à posse da terra, possui um *status* diferenciado pela possibilidade modernizante e pela racionalização da produção em conformidade com as características requeridas pelo sistema modernizador.

O posseiro-camponês se caracteriza fundamentalmente por estar descapitalizado. Possuindo uma pequena extensão de terra, que no caso de Lucas do Rio Verde pode representar um lote de 200 hectares, não tem recursos capitais e de investimentos correspondentes com as exigências do mercado. Neste sentido, o posseiro-camponês tem a vontade, ou mesmo a tendência para a modernização, no entanto, as condições internas da propriedade resultam na exclusão do sistema financeiro e comercial capitalístico modernizador, porque a contabilidade modernizante está muito além das condições e possibilidades contábeis internas da propriedade camponesa.

Ora o Estado brasileiro, através do seu sistema jurídico não reconhece a posse (somente assim o faz após cinco anos de posse, com devidas testemunhas e documentos comprobatórios arrolados em autos burocraticamente elaborados). Portanto, para o sistema jurídico do Estado brasileiro, de concepção positiva-funcionalista, o valor atribuído à terra pelo camponês, não tem valor para aquele. Não interessa a vida que está em jogo, o que interessa é o jogo que se instala na racionalidade burocrática dos tribunais e dos cartórios. Neste sentido, a ação do Estado volta-se para a concepção da terra de negócio. Isto é, o Estado negocia, com sua própria organização, através do INCRA, ou por concessão do poder de negociar a terra, através de Colonizadoras Privadas ou de Cooperativas de Colonização. Assim, a prática comum nos anos 70 - 80, era a venda de terras através de mapas elaborados, não sob dados reais e verificados empiricamente, mas em conformidade com a existência ou não de registros das propriedades em cartórios. Desta forma, o caso da região do Araguaia é um exemplo claro desta concepção ocorrida na história recente da ocupação da Amazônia.

Para a compreensão do caso específico de Lucas do Rio Verde, se evidenciará a configuração dos três grupos principais que ocuparam desde o início as terras da Gleba Rio Verde. O pioneiro e desbravador da região foi o seringalista Francisco Lucas Barros que explorava os seringais naturais que cresciam nas matas ciliares e nos arredores dos sertões da Gleba Rio Verde. Reconhecendo o valor deste desbravador, os pioneiros presentes na escritura da ata de fundação da cidade Lucas do Rio Verde no dia 5 de Agosto de 1982, resolveram homenageá-lo com o nome da cidade. Portanto, Lucas corresponde ao nome do pioneiro seringalista, enquanto Rio Verde, é o nome do Rio de águas esverdeadas e límpidas, ao lado do qual ocorreu o acampamento do 9º BEC e dos

primeiros colonos, servindo de fonte de abastecimento de água, além de fonte de vida, devido aos pescados que oferecia para os aventureiros dos sertões.

Na data de inauguração do Núcleo Urbano de Lucas do Rio Verde, faziam-se presentes o prefeito de Diamantino, município ao qual pertencia a Gleba Rio Verde, o governador do Estado Mato Grosso, Frederico Carlos Soares Campos; o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Paulo Yokota, o embaixador Roberto de Oliveira Campos e José Ferreira Neves - executor do projeto, além de autoridades de órgãos estaduais, e um expressivo número de colonos que subscreveram a ata de fundação da cidade.

A história começa a ser registrada a partir de 1976, com a presença do 9º BEC e pelo processo de discriminação judicial das terras da Gleba Rio Verde pela Coordenadoria Regional do INCRA, numa área que abrangia 270 mil hectares, detectou situações em que, havia registros de títulos de domínio particular, até a presença de posseiros.

Em 1981, devido a uma situação emergencial, considerado como tal devido a tensões sociais que ocorriam no Sul do Brasil, mais especificamente na Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, onde havia um acampamento de Sem-Terra à beira da estrada, reivindicando a Reforma Agrária, o governo federal, representado na pessoa do Presidente General João Batista de Oliveira Figueiredo, através dos decretos 86.306 e 86.307, declara a área como prioritária para fins de Reforma Agrária e desapropria grande parte da Gleba, ordenando o assentamento de 900 famílias da Encruzilhada Natalino, a regularização fundiária de 85 posseiros, reconhecidos como tais pelo INCRA, a criação e instalação de uma cooperativa para atuar na região. Essa cooperativa já havia sido planejada por um grupo de colonos ligados à Holambra no estado de São Paulo e que estavam negociando para colonizar a Gleba Rio Verde. Este grupo é denominado no cotidiano de Lucas do Rio Verde de *paulistas* e que representam em torno de 50 famílias.

A partir de 1981, ou mais especificamente a partir da ata da fundação da cidade, registram-se encaminhamentos que no imaginário das autoridades e presentes se constituiria no processo de normalização e ocupação da área. As medidas tomadas são a

regularização das terras através do Projeto Fundiário de Diamantino para os “primeiros moradores e agricultores da área, que com seus próprios esforços demonstraram a qualidade e a aptidão da terra e transformaram o cerrado em imensas áreas produtivas.”(Ata de 05/08/82). Além da regularização fundiária, criou-se e haver-se-ia de implementar a Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde - Cooperlucas, constituindo-se seu presidente o Sr. Antonio Huber e “cuja finalidade será agregar os colonos e os antigos posseiros, dando-lhes apoio e assistência técnica”(Ata da 05/08/82). Havia ainda o Projeto Especial de Lucas do Rio Verde, criado com os decretos anteriormente citados, para acolher, ordenar e assentar as famílias que seriam deslocadas do Acampamento da Encruzilhada Natalino, Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul.

Percebe-se na ata, que havia dentre os planejadores, executores e colonos um espírito de otimismo em relação ao futuro, apesar das dificuldades do presente. Assim registram: “tendo em vista a localização da cidade, às margens da Rodovia BR-163, que num futuro próximo estará asfaltada; às condições favoráveis de solo, clima, cobertura vegetal, regime de águas, à experiência e tradição agrícola, o número e a qualidade dos colonos assentados e dos posseiros, enfrentando as maiores adversidades e pagando o ônus do pioneirismo, todos os presentes nesta solenidade histórica, sejam autoridades ou colonos, são unânimes em concordar com um inegável e próximo futuro promissor para esta cidade como um pólo de desenvolvimento econômico, social e cultural de toda uma imensa região” (Ata de 05/08/82).

Apesar do otimismo verificado na ata, a situação real registrava uma atmosfera polêmica e conflituosa. Pode-se perceber, em conformidade com os encaminhamentos dados, que havia três grupos distintos que estavam por disputar a área. São grupos distintos pela sua origem geográfica, econômica e social. Os três grupos possuem identificações próprias, vontades e interesses que os aglutinam, caracterizando-os como “posseiros”, “paulistas” e “parceleiros”.

Os posseiros são um grupo de origem diversa da região Centro-Sul que entraram na Gleba Rio Verde a partir dos anos de 1976. São os primeiros a ocupar a área. Por esta razão poderiam ser considerados os legítimos proprietários da área, porém a apropriação foi realizada ao arripio da lei. Por esta razão suas áreas foram desapropriadas,

e daí a necessidade da regularização fundiária. Apesar de afirmarem que as terras eram tituladas, o INCRA os registrou como posseiros, ou “donos ilegítimos” da área.

Os paulistas são um grupo constituído por descendentes de suíços e holandeses que se associaram à Cooperativa de Holambra - Estado de São Paulo e negociaram junto à Cooperativa e ao INCRA um projeto de colonização para conseguir terras. Após várias negociações, este grupo escolheu, antes dos natalinos, a Gleba Rio Verde. A Cooperlucas havia sido fundada no Estado de São Paulo por este grupo, visto a tradição cooperativista que possuíam e pela visão de que um projeto de colonização só teria condições de funcionar se acompanhado por uma organização social coletivizada tanto da produção como da vida sócio-cultural.

Os parceiros são oriundos do Acampamento da Encruzilhada Natalino, local que remarcou a luta pela terra, no Sul do Brasil, principalmente pela quantidade de famílias e o tempo de duração e resistência do acampamento. Apesar da previsão do INCRA de assentar 900 famílias no PEA - Lucas do Rio Verde, esse total se restringiu a 203 famílias que saíram do Acampamento da Encruzilhada Natalino.

Sob os interesses desses três grupos constituiu-se o drama do início de Lucas do Rio Verde. Ao ler a ata de inauguração da cidade, tem-se a impressão que as relações eram amistosas e a situação conflituosa seria facilmente superada. No entanto, nas pesquisas de campo (entrevistas) ficou evidenciado como as pessoas que vivenciaram aquele passado, representam aquele momento, a si próprios e ao outro, com certas reservas. Alguns temas são extremamente delicados para serem tratados, visto que, além do passado conflituoso e tortuoso, vivem ainda, as pessoas que estavam no drama das relações da época, situações constrangedoras, e reviver o passado significa trazer para o presente as dores e o medo vivido. Dores e medos julgados ultrapassados e que não são de interesse revivê-los. Por outro lado, quando as referências são os atos de superação das “adversidades e do ônus do pioneirismo”, percebe-se entre os entrevistados uma evidente satisfação em poder narrar que o passado foi somente um momento de dificuldades e que o ter e o ser do momento presente é compensador ao sofrido e conflituoso passado. No entanto, os grupos ainda continuam a manter configurações políticas próprias, e o atual desenho de alianças entre os partidos representa em grande medida o passado.

Dentre os posseiros, os paulistas e os parceiros registram-se histórias específicas. Considera-se em primeiro plano os posseiros. Estes são assim classificados e o INCRA assim os distinguiu, por terem entrado e ocupado ilegitimamente uma área de terras declarando-se proprietários após abertura e demarcação da área. De 1976-1981 não haviam grandes problemas para os posseiros. Faziam suas lavouras e reaprendiam a fazer agricultura no cerrado. Explicando melhor, o sulista, por estar acostumado a fazer agricultura em terras férteis e com clima subtropical, como no Sul do Brasil, ao se deslocar desta para uma região de clima tropical, solos arenosos - que necessitam de correção já na primeira safra, após abertura - necessita aprender a trabalhar com a nova situação. Assim os posseiros, longe do centro urbano mais próximo - Diamantino - 200 Km, eram obrigados, para permanecer na terra, a resistir a situações e condições antes não experienciadas. O reaprender era condição *sine qua non* para viver no sertão do Mato Grosso.

O meio apresentava-se hostil, e este tinha que ser vencido com instrumentais, forças físicas e uma mentalidade rigorosa. Tudo se constituía em novidade, ficar dois dias e duas noites na estrada para ir ao banco. Dormir na estrada porque ela não proporcionava condições de tráfico, isto era a BR 163 entre 1978-80. A BR que significava, na simbologia da propaganda do Governo Federal, o caminho do sucesso, da riqueza, do progresso e da integração nacional, tornava-se torturadora para os que dependiam dela.

Os posseiros, para se manterem na terra, tiveram que instituir uma luta e uma organização para os representar e defender “seus direitos”. No primeiro instante eles tiveram de desconstruir a imagem criada pelo Estado - através do INCRA. Após ter declarado a área como de prioridade para Reforma Agrária e comunicados que iriam ser desapropriados os posseiros sentiram-se surpresos e abalados. Apesar do INCRA nominá-los de posseiros, eles se consideravam donos legítimos das terras, porque tinham adquirido as áreas com titulação. Perguntados de quem eram os títulos, a resposta é “nós adquirimos essa área, inclusive essa área titulada, título já antigo com registro”(Posseiro). Quando ficaram sabendo que a área realmente ia ser “confiscada pelo INCRA”, os posseiros reagiram e começaram a se organizar: “começamos a nos unir, criando uma comissão de

lideranças e começamos a trabalhar junto ao INCRA e junto as autoridades estaduais, federais para não perder as nossas terras.”(Posseiro).

Com a organização, os posseiros começaram a mostrar para os funcionários do INCRA que eles não eram pessoas de desordem, pistoleiros, mas eram gente de bem e queriam trabalhar. Demonstrando que eram gente de bem e fazendo amizade com o executor do projeto - Sr. Ferreira - as lideranças dos posseiros começaram a ter maior liberdade de trânsito nas suas próprias áreas, chegando com esta situação a criar um “grupo político”.

Organizados politicamente os posseiros tiveram contatos diretos e contínuos com autoridades em Cuiabá e Brasília. Conseguiram a eleição de um vereador, o mais votado no município de Diamantino o Sr. Antonio Isaac Fraga Lira, que como integrante do grupo dos posseiros tinha as possibilidades de articular politicamente a seguridade dos títulos das terras. A organização política dos posseiros se deveu, como afirma o próprio Lira, “que no nosso país tudo gira em torno da política” e somente consegue assegurar os seus interesses e direitos quem estiver organizado e articulado politicamente.

Neste sentido, porque articulados, é que conseguiram assegurar parte das terras das quais haviam tomado posse, não a quantidade aberta e sobre a qual se declaram proprietários. No entanto, após as conversas em Brasília, vistoria de técnicos nas terras em Lucas do Rio Verde para detectar a área aberta e verificação que os posseiros estavam trabalhando “então o próprio INCRA de Brasília, eles decidiram normalizar um pedaço de área para cada um, tanto eles criaram uma norma, o seguinte: para cada hectare aberto eles consideraram dois hectares para os posseiros, então foi feito assim: quem tinha 200 hectares abertos ficou com 400 hectares. Os lotes eram de 200 hectares; então quem tinha 300 hectares abertos, ficava com 600, quem tinha 250 - o que daria 500, como não tinha 500, eles consideravam 100 hectares a mais para ter 600, e assim por diante.”(Posseiro).

Esta foi a forma como os posseiros conseguiram assegurar a regularização das suas posses. Percebe-se que com os posseiros ocorreu um processo que pode ser caracterizado como uma mudança da imagem negativa, num sentido moral, eram maus e não-trabalhadores, para uma perspectiva positivada, isto é, eles são trabalhadores e por isso

se deslocaram de outras regiões para desbravar e fazer os sertões produzir. Esta situação era almejada pelo Estado, e a partir do momento em que conseguiram transmutar a imagem que o Estado tinha do princípio deles, criam uma forma de relação de reciprocidade e de respeitabilidade entre as lideranças dos posseiros e os funcionários do INCRA.

Desfaz-se a imagem de posseiro; como se demonstrou acima. Posseiro igualado a camponês, homem não integrado ao sistema modernizador do campo, que não acompanha as leis do mercado comercial e financeiro. O posseiro de Lucas do Rio Verde é alguém que faz negócios, que acompanha o mercado, que financia a safra, os implementos e as máquinas agrícolas. Ele é um modernizado que carrega entre seus valores a crença e a atitude do teor do trabalho. Ele não é um camponês descapitalizado e quando se apresenta sem capital, sabe recorrer à racionalidade do mercado e incorporar-se nele. Constitui-se num homem de valor, porque consegue aprender a filosofia utilitarista e progressista presente nas leis de mercado. Como tal incorpora-se, e o Estado cria políticas para incorporá-lo. Neste sentido, diferencia-se do posseiro-camponês que não acompanha a racionalidade do mercado comercial e financeiro, além de se encontrar descapitalizado. Enquanto o posseiro-empresendedor, caracteriza-se pela posse ilegal da terra, condição que o assemelha com o posseiro-camponês, aquele diferencia-se deste na sua atitude de empreendimento, de investimento, de racionalidade e de calculabilidade. Esta postura do posseiro-empresendedor o caracteriza como apto a ser aceito no rol dos que integram os valores do sistema capitalista e são admissíveis e admitidos entre os que são classificados como aptos a receber financiamentos, portanto, são dignos de real confiabilidade para a obtenção de créditos.

Já os Paulistas se configuram como um grupo que têm origem e experiência bastante acentuada no cooperativismo. Oriundos da região de Holambra - São Paulo que fora colonizada nos anos 50 por famílias de imigrantes holandeses e suíços. Constituíram, os imigrantes em Holambra, um projeto de colonização baseada na pequena propriedade rural. As colonizações baseadas nas pequenas propriedades, ou nas denominadas colônias, apesar de representar uma certa forma de distribuição com maior possibilidade de igualdade econômica entre os seus membros, produz de geração a geração, um excedente populacional que não é absorvido pela estrutura organizacional da distribuição fundiária.

Os excedentes tornam-se populações migráveis, isto é, são os contingentes que pelas próprias condições de não acesso à terra, se deslocam para outras regiões.

Apesar da recente imigração para o Brasil, nos anos 50, já nos anos 70, os filhos dos velhos imigrantes têm dificuldades de acesso à terra. A questão que se coloca entre estes é a necessidade e a possibilidade de migrar e de colonizar outras áreas. Surgem então, a partir de reuniões familiares, as possibilidades de projetos de assentamento no Mato Grosso, em Goiás ou no Maranhão. Extrapolando a esfera familiar, a necessidade de organização para a localização de terras, toma um perfil de organização ampliada. Com apoio inicial da Cooperativa Holambra, o denominado grupo dos paulistas, articulou uma comissão técnica para elaborar e avaliar o projeto de assentamento e buscar terras.

Com uma organização básica, o grupo buscou na FEMACA- Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias de Campinas, apoio logístico e moral para iniciar o projeto, visto que “a gente não sabia como fazer muita coisa” (paulista). O convênio com a FEMACA se deu devido à crise que se abateu sobre a Cooperativa de Holambra, resultante da crise do Petróleo que o Brasil passou nos anos 70 e que deixou a cooperativa sem os devidos recursos para auxiliar o grupo na execução do projeto de assentamento.

Foi com o espírito de busca que o grupo dos paulistas chegou ao INCRA em Cuiabá para conseguir informações sobre uma área que poderia ser negociada junto a este órgão governamental para a efetuação do projeto. Após estudos realizados em áreas diversas, em 1979 os responsáveis para a concretização do projeto, votaram e escolheram a Gleba Rio Verde. Esta escolha se deveu em grande parte pela sua localização geográfica e estratégica ao longo da BR 163, que simboliza um corredor de escoamento da produção do Norte do Estado de Mato Grosso para os mercados consumidores do Sul do Brasil e de outros países.

Para a efetivação dos propósitos do projeto e devido às experiências cooperativistas vivenciadas na região de Holambra, o grupo planejou a criação de uma cooperativa, condição que se incluía nas exigências do INCRA para a obtenção da área.

Sob estas circunstâncias, fundaram a Cooperlucas - Cooperativa Agropecuária Lucas do rio Verde, em 22 de dezembro de 1981, com 50 fundadores.

Na análise do senhor Antonio Huber, a cooperativa era a única forma de conseguir e construir algo. Relata: “estávamos no meio do mato, onde não se tinha nada. A única forma de fazer algo era através da cooperativa, que ia levar educação, assistência social, cultural e a parte principal, a assistência técnica e a estrutura de compra e venda da produção”(Huber).

Nos finais dos anos 70 e início da década de 80, as paisagens da então Gleba Rio Verde ainda era um imenso sertão a ser conquistado. Apesar das terras ainda não estarem efetivamente ocupadas, elas já representavam centro de tensão entre grupos. Neste ano estava na região o 9º BEC construindo a BR 163 e a rede de estradas no interior do projeto; além de posseiros que haviam se adonado de imensas áreas de terra, como já se mostrou acima. Para o grupo dos paulistas essa se constituía em uma situação conflitual a ser administrada. Neste sentido, a proposta era a constituição de um “projeto integrado” para o qual seriam convidados os posseiros.

A problemática, no entanto, não se restringiu a estes dois grupos. Em 1981, com a situação emergencial do conflito de terras que surge no Sul do Brasil - a área de Lucas do Rio Verde foi declarada área prioritária para a Reforma Agrária. Esta situação deixa em segundo plano os paulistas, que tiveram que negociar junto ao INCRA em Cuiabá, cujo Superintendente Regional era o Sr. Paulo Pitalugo e com INCRA em Brasília junto ao Presidente Nacional do INCRA, Sr. Paulo Yokota. Nestas negociações foram asseguradas aos paulistas áreas contíguas, nas quais poderiam assentar 150 famílias. Deste total, somente 50 famílias ocuparam as suas áreas em Lucas do Rio Verde.

Apesar das negociações e acertos institucionais, junto ao INCRA, que asseguravam uma área de terra aos paulistas, estes tiveram que montar, e por sugestão do próprio INCRA, um posto de fiscalização para controlar a entrada de posseiros. Esta atitude tornou-se necessária devido a corrida que ocorreu em busca de terras na Gleba Rio Verde a partir do instante em que diversos movimentos migratórios e políticos

evidenciaram a região. Estabeleceram-se verdadeiros negócios de venda de posses os quais tiveram que ser combatidos para assegurar a área.

Esta relação deixou melindres entre os grupos sociais constituintes do espaço social e político de Lucas do Rio Verde. A Cooperativa deveria significar uma força aglutinadora dos colonos. No entanto, ela fora fundada no Estado de São Paulo pelos paulistas, o que representou para os demais grupos sociais, uma sutil manipulação para os paulistas alcançarem benefícios e privilégios. O propósito de integração, levado pelos cooperativistas, não fora alcançado senão após longos seis anos de trabalho e de demonstração dos seus objetivos. Além desta questão, os membros da cooperativa e os membros do INCRA, os executores do Projeto Especial de Assentamento de Lucas do Rio Verde, mantiveram algumas dificuldades na compreensão de distribuição de competências. Os administradores locais do INCRA mantinham sob seu controle todas as ações e atos que aconteciam no assentamento. Não havia uma descentralização de poderes e de responsabilidades. Desta forma, a cooperativa não tinha um espaço livre para a execução de programas instrutivos e educativos com vistas a agregação associativa dos colonos.

Estabeleceu-se no assentamento uma “comercialização camuflada de interesses.” Havia “corretora que facilitava a documentação para os colonos, para a venda da terra e a volta para sua origem e a compra das terras por outros”(paulista). Estas situações de corrupção eram denunciadas pela cooperativa e que por isso foi combatida pelos executores locais do INCRA, além dos dirigentes cooperativistas que receberam ameaças de morte por parte do Sr. Ferreira.

Esta situação, no entanto, não intimidou os dirigentes da COOPERLUCAS, que em 1983, receberam uma comissão japonesa para negociação e instalação do PRODECER - Programa de Desenvolvimento do Cerrado, que objetivava o incentivo pelo Japão para a produção de grãos no cerrado brasileiro. O projeto da cooperativa foi aprovado e o financiamento conseguido através do PRODECER, o que possibilitou que a mesma investisse em infra-estrutura. Foi em 1983 que a cooperativa conseguiu instalar o primeiro secador de grãos. Até então dependia dos armazéns da Cibrazem ou da compra dos cereais por atravessadores que pagavam abaixo do preço mínimo de mercado. Com o secador de grãos a cooperativa conseguiu ampliar o número de associados e ter uma maior

aproximação e aceitação entre os assentados e entre os compradores das terras dos que abandonaram a sua área e retornaram para o Sul ou seguiram em direção Norte para outros projetos e outras possibilidades.

Entre os três grupos constituintes da história de Lucas do Rio Verde, percebe-se que os paulistas tinham a maior experiência em cooperativismo. Estavam integrados ao sistema modernizador. Diferenciavam-se dos parceleiros pela experiência que tinham a mais em termos dos trabalhos com máquinas agrícolas. A configuração dos paulistas está mais voltada para um grupo que se distingue pelas preocupações com o associativismo e com questões sociais e culturais, manifestadas nas políticas da cooperativa e nos encaminhamentos da organização da rede escolar em Lucas do Rio Verde.

O grupo dos parceleiros ligado à problemática central deste trabalho que se refere aos fenômenos históricos da luta pela terra, representado pela Encruzilhada Natalino, Ronda Alta - RS, indica a leitura de acontecimentos sócio-políticos da questão agrária.

A Encruzilhada Natalino, representou o marco inaugural da resistência e da luta pela terra pós-64, além de representar o *locus* para analisar a transferência de 203 famílias do acampamento para o Estado de Mato Grosso, especificamente para o Projeto Especial de Assentamento - Lucas do Rio Verde - localizado na BR 163, rodovia Cuiabá-Santarém.

É importante salientar que antes da Encruzilhada Natalino, ocorreram as ocupações da Fazenda Burro Branco no Município de Campo Erê - SC e das granjas Macali e Brilhante, ambas na Fazenda Sarandi, em Ronda Alta.

Para compreensão do momento histórico atual é importante entender que o processo da “migração-colonização” que possibilitou a formação da estrutura fundiária, com base na pequena propriedade rural no Sul do Brasil foi organizada sob a forma da propriedade familiar. Esta organização fundiária atraiu para o Brasil no século passado e no princípio do atual, colonos “Europeus excluídos que vieram para as terras brasileiras a

fim de trabalhá-las sob a organização social e econômica baseada na produção familiar”(Chonchol, 1994: 330).

Ocupando em primeiro lugar as zonas litorâneas e serranas mais próximas, os colonos constantemente migravam e colonizavam outras regiões. Este processo dava-se pela pressão de esgotamento de terras, da existência de espaços demograficamente vazios de uma região determinada e ainda pela possibilidade da conquista de um pedaço de chão em outras paragens o que significava para o colono a possibilidade de se reproduzir enquanto categoria social: o pai deseja que o filho continue na terra, mas que tenha a sua própria terra. Outra condição foi a necessidade da produção dos bens materiais fundamentais para a subsistência da família e uma eventual integração ao mercado, que lhe possa proporcionar o acesso a bens materiais além dos mínimos do cotidiano.

Schallenberger e Colognese, num estudo realizado no Oeste do Paraná sobre as Comunidades Evangélicas-Luteranas, afirmam que “as migrações constituem um fenômeno que caracteriza deslocamentos de contingentes humanos, reordenação e produção de espaços existenciais e culturais a partir do aporte cultural historicamente construído e das práticas decorrentes das relações derivadas do cotidiano”(1994: 9).

Esta assertiva nos proporciona um entendimento mais claro do comportamento do colono, aquele que constantemente migra, produz e reproduz num novo “*locus*” as condições e as situações culturais, religiosas, sociais e econômicas de origem. “A colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares”(Bosi: 1992: 12).

Assim, o colono Europeu, principalmente o alemão e o italiano, que tem como base de organização a pequena propriedade rural, constituem toda representação, linguagem e valoração, socialmente constituído, em torno da produção familiar. Os membros da família irão se reproduzir e produzir os seus bens com o trabalho da própria família.

Quando não for possível a reprodução numa região determinada, a alternativa é o deslocamento para outros espaços. Na ação de deslocar-se, o migrante é acompanhado pela esperança e pela saudade. A esperança é o sentimento que se direciona

para o futuro, para as possibilidades da concretização dos sonhos para a satisfação das necessidades, enquanto a saudade é o sentimento que se volta ao passado, ao seio familiar, da vizinhança, dos símbolos, das significações e dos significantes, os quais eram cotidianos e constantes.

Nascimento, em dissertação apresentada ao departamento de Antropologia na UFSC, referente aos desapropriados da Hidrelétrica de Itaipu - PR, mostra que após assentamento no Projeto Pedro Peixoto, no município de Rio Branco, no Acre, os colonos apresentam e manifestam um conflito cultural e existencial entre a região de origem e a região de assentamento: a forma como ocorre a reprodução da propriedade familiar num novo ambiente cultural e biofísico; o conflito entre o presente e o passado; a luta entre o velho e o novo; entre o endógeno e o exógeno. Esta situação é bem complexa, porque o colono sulista sai do seu habitat natural conhecido: clima subtropical e solos de terra roxa com chuvas constantes, para uma região que lhe é estranha: uma região de clima tropical, com solos de outra composição química, com regime de chuvas diferentes, com flora e fauna desconhecidos. Mas nisto tudo sobressai o sonho da “busca da terra como garantia da sua reprodução”(1985: 61).

Santos, em estudo de doutoramento que realizou sobre o processo de exclusão e luta do colono do Sul, afirma que os camponeses do Sul trazem em si um “sonho de terra que os impele tanto a partir para novas terras como lutar para conseguir um pedaço de terra nas regiões do Sul”(1993: 18).

A luta pela terra representou para os colonos do Sul em geral e para os Natalinos em especial, a dialética possibilidade do conflito entre o resistir na própria região ou aceitar o desafio de uma terra distante. Estas duas posições a ciência social distingue com conceitos diferenciados. A primeira denominada, nas discussões dos anos 90 de movimentos sociais, configurou-se na luta pela terra no local de origem, sendo esta interpretada como a luta pela reforma agrária. A segunda possibilidade para os sem terras, é a conquista da terra em regiões distantes, na Amazônia, por exemplo, através da colonização, movimento que se caracteriza como anti-reforma agrária. Neste sentido, Santos afirma que a colonização agrícola teve dois objetivos específicos no Brasil: o

primeiro, que é a ocupação de novas terras, e o segundo, que tem como objetivo dar uma “resposta, ideológica e política ao mesmo tempo, às lutas sociais no campo”(1993, 31).

Além destas razões, há de se considerar outro fator muito presente na luta dos colonos e que diz respeito ao processo de auto-reprodução: que é a resistência à proletarização. Ao questionar um colono que está na luta, das razões da sua resistência, geralmente a resposta gira em torno de algo que se pode considerar como a negação à proletarização, pois esta significa deixar a terra, migrar para a cidade e trabalhar por um salário. O dizer de muitos, “precisamos da terra para trabalhar porque é isto que sabemos fazer” revela não um simples desejo, mas a negação da política agrária do país e a positividade da condição de ser agricultor. Está presente também o medo à favelização nas cidades, onde parece negar-se a perspectiva de luta, do companheirismo e da concretização do sonho da terra, em forma de propriedade privada ou em forma de coletivização das terras e/ou das máquinas; projetos sócio-políticos presentes nos ideais dos agentes que lutam pela terra.

Lenin (1985), ao teorizar sobre a diferenciação social dos camponeses, mostrou que estes teriam somente um fim: o desaparecimento. Mostra no capítulo dois do livro “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, que os camponeses com maior estrutura, baseado na sua época no maior número de cavalos, portanto força de tração, tornar-se-ão a burguesia fundiária, enquanto aqueles que têm poucos cavalos ou nenhum, terão somente a alternativa, para sobreviver, de vender sua força de trabalho ao camponês rico, que ao contratar a mão-de-obra do pobre e explorá-la terá maiores oportunidades de arrendar a terra e comprar mais cavalos até definitivamente tornar-se, o primeiro um burguês e o segundo um proletário.

Contrariando esta tese, pode-se afirmar que o camponês ao lutar pela terra resiste à proletarização. É isto que nos mostra Nascimento (1985) ao tratar sobre os colonos paranaenses que se deslocaram para o Acre em busca de terra. A colonização, assim, afirma-se como alternativa tanto do Estado quanto dos próprios colonos, de acesso à terra e às condições de reprodução. Sob outra forma de resistência Grzybowski mostra que o “avanço do capitalismo na agricultura do Sul está aprofundando a diferenciação social dos colonos, com uma mudança nas relações de produção de que participam.

Perdem em termos estruturais, a identificação como colonos, que só poderá ser recuperada politicamente, através dos seus movimentos e lutas articuladas”(Grzybowski: In Paiva: 1984: 250).

O colono do Sul sempre esteve em marcha. Pôr-se à estrada, abrir picadas e conquistar novas terras é uma condição que sempre o acompanhou, desde a fundação da propriedade familiar no Brasil. Assim, formaram-se alguns corredores migratórios pelos quais os filhos ou famílias de pioneiros de regiões velhas, demograficamente já ocupadas, tornam-se pioneiros de regiões novas: de novas terras a serem colonizadas.

Santos (1993) nos mostra que o processo migratório e a colonização são dois movimentos que sempre refletem uma mesma realidade. Schallenberger nos diz que o “movimento migratório pode ser associado às mudanças das estruturas econômicas, sociais e políticas de um grupo humano. O aumento da densidade demográfica traz consequências que esbarram na escassez dos recursos naturais e na pouca disponibilidade da absorção de mão-de-obra, quando as mudanças dos modos de produção não se convertem às necessidades da população”(1981: 15).

O grupo humano analisado aqui é os colonos: migrantes que se deslocam quando recursos naturais disponíveis (terra) se tornam escassos. Desta forma, os colonos do Sul que saíram da região primeira de colonização do Rio Grande do Sul, ao se expandir, com suas culturas e suas formas de vivência e crenças, alcançam a Região Serrana e o Alto Uruguai, o Oeste de Santa Catarina, o Oeste e Sudoeste do Paraná nas décadas de 40 - 70, principalmente estas últimas regiões.

Foi a partir desta expansão que colonos em busca de terra entraram, na condição de arrendatários, nas terras indígenas da reserva dos índios Caigangues em Nonoai - RS. Reserva esta criada em 1908, com uma superfície total de 34.908 ha. Em 1942, a terra dos índios fora reduzida para 14.910 ha, sendo do restante criada uma reserva florestal.

Nos anos 60, com o processo migratório, muitos colonos ocuparam as terras das reservas, recebendo um contrato de arrendamento da FUNAI, pelo qual deveriam pagar

uma renda de 20% da produção para a instituição. Em 1974, a reserva estava reduzida em 5.300 ha, que após sucessivas invasões dos colonos brancos, somou-se na reserva 974 famílias numa área de 9.634 ha.

Naquele ano, houve uma nova tentativa de ocupação com resistência por parte dos indígenas. Já em 1975, começou o movimento dos Caigangues pela retirada dos colonos. Em 1977, após a oitava reunião dos Chefes e representantes indígenas, começou um movimento de expulsão dos invasores. Em 1978, teve-se como resultado a expulsão de 1000 famílias de colonos, que consideraram como solução provisória acampar à beira de estradas.

Para solucionar o problema dos colonos sem terra, houve duas propostas diferentes. O Governo Federal, através do INCRA, propôs projetos de colonização na Amazônia Legal, enquanto o governo estadual queria assegurar assentamento no próprio Estado do Rio Grande do Sul. Em maio de 1978, enquanto o poder público não conseguia uma definição para a problemática dos colonos, 900 famílias foram enviadas para o Parque de Exposições de Esteio, alojados em instalações precárias, além de fortemente controladas por forças policiais. Vê-se assim que o agricultor, de produtor, passou a representar um desordeiro em potência, alguém a ameaçar a segurança pública.

Frente ao quadro criado sobraram três opções para os Sem Terra: 1 - A transferência para o Mato Grosso; 2 - Assentamento no Rio Grande do Sul; e, 3 - Ocupação de terras. Diante da primeira perspectiva, transferência para o Mato Grosso, o Governo Federal chamou a Cooperativa de Colonização de Canarana (COOPERCANA) para criar um projeto de assentamento ao longo da rodovia 163, Cuiabá - Santarém no Km 700, o Projeto Terra Nova. A COOPERCANA foi chamada pela experiência que já tivera com a colonização da região de Canarana, quando foram levados colonos da região de Tenente Portela - RS para aquele município no Mato Grosso. Para o projeto Terra Nova foram transferidas 550 famílias, das quais muitas retornaram para o Rio Grande do Sul. Para atrair os colonos, a Cooperativa tinha como proposta: a) venda de lotes de 200 alq.; b) financiamento de 15 anos; c) crédito para custeio; d) madeiras para casas - que seriam construídas pelos colonos; e) estradas para escoamento da produção; f) escolas e hospitais.

A segunda e a terceira opção, assentamento no RS e ocupação de terras são duas alternativas próximas no sentido restrito da permanência nas terras do Sul do Brasil. A primeira destas vinha do governo do Estado, mas ao mesmo tempo em que propunha o assentamento no Rio Grande do Sul, não apresentava uma ação política eficaz que pudesse concretizar a proposta, considerando-se principalmente a dimensão do problema. A segunda alternativa, resistência e ocupação de terras provinha dos sem-terras organizados, ou melhor, ainda formando o gérmen de um movimento social para tornarem-se sujeitos sociais e/ou atores das suas ações políticas e sociais. Levando a efeito a sua resolução de ocupação de terras⁵ para pressionar o governo a realizar a reforma agrária, em junho de 1978, 150 famílias ocuparam a Granja Brilhante e em setembro do mesmo ano 110 famílias ocuparam a Granja Macali ambas na Fazenda Sarandi. Em fevereiro de 1981, 300 famílias acampam na Encruzilhada Natalino, chegando em julho a 600 famílias, todos

⁵³² - Em "A Saga do João Sem Terra", Wagner (1989) narra a trajetória da história de vida de João Machado dos Santos, o João Sem Terra. Líder camponês militou no Master - Movimento dos Agricultores Sem Terra, que existiu no RS nos anos 60 e que teve como foco de origem a mesma região que refundou nos anos 80 a luta pela terra. Sua proposta de luta era a Reforma Agrária Radical e o cooperativismo.

Pela sua postura e ação política foi preso e torturado pelos agentes do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. Fora acusado de agitador das massas e de traficar armas para os acampamentos dos sem-terra, causa suficiente para a sua incriminação. Foi perseguido e desapareceu.

Nos anos 80, com a abertura política do país, e o ressurgimento do Movimento dos Sem Terra, que foi ocultado durante o regime de exceção do Brasil, pós 64, as novas lideranças dos que lutam pela conquista da terra, resgataram a história do líder perseguido, para demonstrar aos que resistem à espoliação total, debaixo das lonas pretas nas margens das estradas ou mesmo nas ocupações das propriedades não produtivas. A história atual não é única, mas faz parte de uma luta que envolve as contradições próprias de uma sociedade de classes, na qual, e em especial a brasileira, uma pequena camada da população - ou a classe burguesa, possui o domínio da terra, muitas vezes para a simples especulação imobiliária, enquanto a grande massa de trabalhadores-camponeses estão à margem da possibilidade de trabalhar a terra em liberdade.

O MASTER era dirigido pela esquerda do PTB e pelo PC. Em 1958, Brizola realiza uma fulminante campanha para governador por todo o Rio Grande do Sul. Campanha que lhe rendeu 55,18% dos votos. Nesta campanha ocorre a inserção definitiva do João Sem Terra, através da qual se aproxima de João Calixto - prefeito de Nonoai e Milton Serres Rodrigues - prefeito de Encruzilhada do Sul - estes dois homens eram considerados os mais ativos da esquerda do PTB.

Mas João Sem Terra era um líder ligado às bases, confiava na organização dos agricultores e acreditava que só através desta seria possível se alcançar a reforma agrária radical, necessidade e possibilidade que o Master considerava ser possível ser alcançada de forma pacífica; posição diferenciada das Ligas Camponesas no nordeste do país, que julgavam ser preciso o uso das armas para se concretizar a reforma agrária.

Com o golpe de 64 e a perseguição às lideranças de organizações populares, João desaparece. Alguns acreditam que tenha se deslocado para Trombas do Formoso de Goiás, região onde o PCB organizou a luta de guerrilha para enfrentar o regime militar - e aí tenha morrido. Outros apontam que ele tenha morrido nas garras dos torturadores do DOPS. Mas os filhos e a companheira ainda acreditam que esteja vivo - afinal quem não quer saber onde está o seu pai? Já o MST por sua vez, recuperou a história, mostrou a sua saga, a sua luta, o seu empenho para ensinar às novas lideranças tendo como base de sustentação e organização dos Sem-Terra, são os próprios Sem-Terra. Mostra-se que uma liderança não nasce pronta, mas ela se faz na prática política e nas habilidades organizacionais que um movimento precisa.

Outro fator relevante desta história é a demonstração histórica que o Movimento dos Sem Terra ressurge exatamente onde havia sido sufocado alguns anos antes, sem que os seus problemas tenham sido equacionados. Isto é um sinal que pode permanecer para as elites dominantes. Não basta sufocar um movimento popular, mas o seu contrário, proporcionar que os ideais que são levantados sejam tornados ações concretas via políticas públicas.

“pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros etc”(Santos: 1982: 41).

A partir de abril começa o jogo com os acampados. Fala-se em jogo, porque todas as respostas que vinham por parte do governo, nunca estavam em correlação com os interesses e as necessidades dos colonos: a terra. Em vez de concretizar a reforma agrária, o governo tomou atitudes e fez propostas estranhas ao ideal que motivava os sem-terra. Iniciou a negociação oferecendo emprego nas estações experimentais da Secretaria da Agricultura, sem deixar evidenciado que emprego era este; começou a intimidar os acampados através de infiltração da polícia; o presidente do INCRA declarou então que “não há terras disponíveis no Estado”, e que havia terra somente nos projetos de colonização nos Estados de Mato Grosso, Acre, Roraima, Bahia, Rondônia.(Santos: 1982:42).

Em julho de 1981, veio a proposta clara de transferir os colonos para o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde na BR 163, Cuiabá - Santarém. Para complicar a situação no acampamento, (complicar, porque havia toda a situação própria de um acampamento: frio, falta de comida, de água potável, o desespero, as pressões, as promessas, as mortes, as doenças e a esperança que precisava ser constantemente renovada), tem-se a intervenção do Conselho de Segurança Nacional, através do Tenente Coronel Sebastião de Moura - O Major Curió. A partir de então, houve um processo de militarização do acampamento, com ameaças aos acampados e líderes (leigos e religiosos).

Com a presença do Curió, começaram a mudar as características do acampamento, que foram apresentadas conforme depoimentos de acampados do assentamento da Encruzilhada Natalino divulgados por Méliga e Janson (1982). As principais mudanças que ocorreram foram: ameaças de enquadramento na lei de segurança nacional; pressão psicológica (principalmente com mulheres e crianças); corte do rancho (alimentação); invasão de domicílio (isto é, tirava-se a privacidade das pessoas nos barracos); promessas de terras e infra-estrutura em outras regiões (principalmente no Mato Grosso); falsidade ideológica (uso dos meios de comunicação para caracterizar os acampados como vagabundos e desordeiros-bandidos); coação policial (amostra da força e

do poder da polícia manifestada por exposições públicas: de fardas, de armas e de divulgações por alto-falantes de mensagens que faziam crer na fatalidade de continuar resistindo no acampamento e não aceitar a proposta do governo, além da presença da polícia no acampamento); negação do direito de reunir-se e de ir e vir (os acampados não podiam mais realizar assembleias), a comida era a da COBAL, distribuída com exclusividade pelo Curió para demonstrar a sua “bondade”, enquanto os auxílios - alimentação e vestuários - que provinham da ajuda externa, organizada e mobilizada pelas igrejas católica, luterana e metodista, por sindicatos e federações como a FETAG eram seqüestrados na barreira policial. Esta situação caracteriza uma explícita dominação e opressão política; violência física e simbólica (queima de objetos particulares, fazer um indivíduo abandonar o acampamento pela coerção física: fazer o corpo do acampado prisioneiro do poder policial); demagogia política (promessa de políticos de soluções fáceis e rápidas com a presença de vereadores e deputados que não estavam diretamente interessados em soluções reais, conforme os problemas dos colonos); burocracia como instrumental do poder da classe dominante (registram-se períodos de vários anos para desapropriação de uma área de terra, privilegiando a formalidade dos processos de desapropriação em detrimento ao seu objeto fundamental - proporcionar o acesso à terra para o pequeno proprietário familiar a fim de produzir os alimentos para o sustento de sua família e para os homens da cidade). No discurso dos acampados colocava-se o projeto de produzir alimentos baratos para trabalhadores da cidade, que eram lembrados também pelos esforços que enfrentam para a conquista da terra.

Apesar de toda organização dos acampados, dos apoios externos, de testemunhos de lideranças e de colonos que já haviam retornado de projetos de colonização do Mato Grosso, principalmente de Terra Nova, narrando as dificuldades, o abandono do governo, a falta de infra-estrutura, as doenças como a malária, o meio biofísico diferente, das dificuldades de produção, de transporte, de assistência médica e da educação, 203 famílias foram convencidas pelo Major Curió a abandonar o acampamento e rumar em direção ao Mato Grosso, especificamente Lucas do Rio Verde - em dezembro de 1981.

Os parceiros, como foram denominados os agricultores que saíram da Encruzilhada Natalino e foram assentados em uma parcela de terra na Gleba Rio Verde, constituem um grupo de agricultores descapitalizados. A própria origem denuncia

condições específicas e especiais do grupo. Eram fundamentalmente homens e mulheres marginalizados no processo histórico. A condição de migrantes, de geração em geração, demonstrava a necessidade dos grupos sociais, formados essencialmente por trabalhadores braçais, de fugir por meio da locomoção, de situações que intensificassem a exploração e a dominação.

Descapitalizados, os parceiros não possuíam grande mobilidade própria para agilizar a produção no cerrado de Mato Grosso. Ficaram à mercê da “boa vontade” das políticas e atendimentos governamentais. A força própria, financeira e organizativa, não representava uma base real e concreta para que pudesse impulsionar a superação das situações-limite nas quais os parceiros se encontravam nos primeiros instantes do assentamento. As representações do espaço geográfico e social, os encaminhamentos do INCRA, as políticas de dependência do grupo criou um imaginário de “suicídio coletivo”, isto é, a constante e contínua representação do fracasso e do perguntar-se “o que estou fazendo aqui?”

Estas situações levaram os parceiros a não se integrarem definitivamente com o meio social, econômico e biofísico de Lucas do Rio Verde. As dificuldades, as demoras, a violência criaram no grupo dos assentados a desesperança, condição e situação próprias que despertaram atitudes, “conversas” e imagens negativas em relação ao projeto. Estas circunstâncias e as experiências vividas no sertão despertaram nos parceiros a vontade e a coragem para o retorno à região de origem.

3.2. - A Contradição entre o Possuir a Terra e as Condições de Produzir.

Na mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Presidente Humberto Castello Branco, para aprovar a lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que dispunha sobre o Estatuto da Terra, o então chefe da nação brasileira refere-se ao governo anterior ao do regime militar, como um governo que tinha ações político-administrativas que condiziam e gerava uma “proposital inquietação” tanto no campo como na cidade. Havia a “exasperação das tensões, no agravamento das contradições do sistema rural brasileiro, levando a inquietação a toda parte, tanto no campo como as áreas urbanas”(06).

Na mesma mensagem reconhece um “vazio sócio-econômico, tremendamente mais sério que os nossos vazios geográficos”(07) A teoria geopolítica, que localizava as regiões anecúmenas, especialidade dos militares, principalmente por que a atenção estava dirigida para os espaços “vazios demograficamente”. Acresce-se aos vazios demográficos o conceito de vazio sócio-econômico. A crítica ao governo de Goulart se refere ainda à destruição da estrutura agrária brasileira, no entanto nada propunha eficazmente em sua substituição.

Neste sentido, como solução, o estatuto da terra implementaria um sistema de “modernização da política agrícola do país.” A modernização se caracterizaria pela mecanização do campo, o aumento e a otimização da produtividade do setor agropecuário, além da regulamentação e regularização do conceito de propriedade rural. No conjunto da lei opta-se pelo encaminhamento da propriedade familiar e pela empresa rural. Estes dois conceitos são priorizados em detrimento das definições de minifúndio e latifúndio, pois representam formas diferenciadas de inviabilidade do meio rural. Enquanto a propriedade familiar e a empresa rural são definições que sugerem a incorporação de modernas tecnologias, a constante e a contínua re-atualização do processo tecnológico inovador, o minifúndio e o latifúndio indicam fórmulas de propriedades rurais inadequadas para a modernização do campo. O primeiro, porque possui áreas agricultáveis reduzidas, que não proporcionam o acesso efetivo ao mercado modernizador. O segundo, apesar de grandes

áreas de terras, não tem uma racional exploração dos recursos disponíveis e possíveis na área. O latifúndio sob este raciocínio torna-se inviável para uma economia de mercado dinâmica que requer a rápida absorção de equipamentos, máquinas e insumos de alta tecnologia incorporada.

O cenário de contrastes sócio-econômico no próprio seio rural proporcionou ao Estado optar por políticas objetivas de modernização. As possibilidades de opção modernizante estavam imanentes no pensamento agrícola. Os agricultores corresponderam ao chamado para a modernização. A produção agrícola registrou a partir dos anos 60 um salto quantitativo e qualitativo no processo produtivo agropecuário. Este salto gerou o fator da capitalização do campo e a exclusão social de uma parcela considerável da população rural.

A população excluída iniciou um processo de busca de condições alternativas. A resistência no campo, em forma de acampamentos foi uma das formas registradas. Em outra direção se identificava os encaminhamentos para os projetos de colonização na Amazônia. Nesta busca de terras, muitos se trasladaram do Sul do Brasil em direção ao Norte sem ter uma noção do cenário biofísico e social que encontrariam. Narra um agricultor de Lucas do Rio Verde, que a “primeira vez que veio para cá à procura de terra para comprar, não conseguiu chegar, pois a estrada não dava passagem”(Piveta: F. V. pag 10).

Se por um lado o governo tinha o discurso modernizador, por outro as reais condições enfrentadas pelos migrantes eram desafiadoras. A estrada a qual se refere o colono no parágrafo anterior é a BR 163 no trecho Cuiabá-Santarém, que representou para os governos militares um dos símbolos da integração nacional e fator de propaganda e de atração de colonos do Sul do Brasil.

A reconstrução do espaço econômico, ou as condições de produção encontradas pelos primeiros colonos nos sertões do Centro-Oeste são as marcas do desafio e da criatividade, da corrupção e da morte, da aventura e do desânimo. No geral, todo sulista que se aventurou a fazer agricultura nos cerrados teve que enfrentar um processo de reaprendizagem. A atitude primeira era a de repetir os métodos e as técnicas de plantio

aprendidos nas práticas de cultivo nas lavouras das terras subtropicais. Esta situação fica bem evidenciada quando se acompanha a narrativa de uma parceira, ao ser indagada sobre os métodos de plantio no cerrado, responde: “queríamos plantar aqui igual ao Sul. Inclusive eu nunca esqueço. Nós tínhamos semente de aveia, parecida com trigo, mas é aveia. Nós trouxemos semente para cá, e quando plantamos, até perto da minha casa, ela nasceu, ficou amarelinha depois morreu. Batatinha inglesa, agora já diz que produz [refere-se aos anos de 95], na época plantei as batatinhas e não nasceu. Não nasce, então vou lá, cavouco e na cova, encontrei cozido, podre. Não nasceu! Aqui não dá nada! Gente de Deus! Sem calcário, sem nada, nessa terra vai dar o que? Outra coisa que tentei plantar foi alho. Alho não vem e não vem. Só que agora já tem gente que tá produzindo isto aqui, dá batatinha, dá alho, a cebola de cabeça, só que quanto tempo para corrigir, e até nós se habituar com essa coisa que nós era acostumado”(Glassei).

Esta narrativa demonstra que os migrados tiveram no primeiro instante que enfrentar o processo de estranhamento do meio. O novo meio biofísico era estranho. O solo, as chuvas, os ventos, os horizontes eram situações objetivas às quais tiveram que se habituar. As técnicas de plantio, mesmo as mais rudimentares e antigas, não correspondiam às vontades de fazer produzir. O primeiro impacto com a terra foi desolador: “Gente de Deus, nessa terra vai dar o que?” Uma questão que deveria ser respondida. Uma questão que fora feita por uma mulher que se deslocou mais de três mil quilômetros para fazer a terra produzir. Mas, e agora?

A afirmação, o colono “tentou plantar aquilo que conhecia de lá e não daqui, depois com o tempo ele foi se adaptando”(Lurdes), demonstra a iniciativa dos parceiros. O compromisso destes era produzir, no entanto, tudo o que aprendera na vida se resumia nas observações das ações práticas e tradições do fazer do meio rural. O conhecimento do parceiro era aquele passado e repassado de pai para filho, com alguns acréscimos de órgãos de extensão rural, que possuem como orientação teórica e prática a reprodução de técnicas agrícolas. As relações que os colonos estabeleceram no meio biofísico dos cerrados foram diferentes.

Pode-se indicar frente a esta situação que o Estado, através de seus órgãos de pesquisa e de extensão, deveria proporcionar ao agricultor, para superação das suas

dificuldades e limites cotidianos, o acesso às novas tecnologias e às formas de fazer a agricultura no novo contexto. O raciocínio pode ser lógico e para alguns parece evidente. No entanto, nos anos 80 o Brasil estava em fase inicial de ocupação das grandes extensões espaciais dos cerrados do Centro-Oeste brasileiro. Os fenômenos ação-reação entre o homem e a natureza constituíam-se num enigma. Para a explicitação desta problemática pode-se apontar três variáveis explicativas. A primeira corresponde ao fenômeno da migração do colono do Sul do Brasil para o cerrado, deparando-se com um ambiente biofísico estranho que precisava ser decifrado, a fim que ocorresse um processo de conhecimento do meio e um auto-reconhecimento, no novo meio biofísico. A segunda diz respeito aos técnicos agrícolas e agrônomos que exerciam suas atividades profissionais, prestando serviços aos parceiros. Estes tinham sua formação científica e técnica adquirida em instituições de ensino e em universidades nas Regiões do Sul e Sudeste do Brasil. A formação destes não correspondia, no ambiente do cerrado, com os problemas que requeriam soluções diferenciadas daquelas para as quais a formação especializava. Neste sentido, o técnico estranhava o solo, o clima e os métodos de plantio e de controle das culturas, assemelhando-se sob este aspecto, com o parceiro, na condição de não encontrar uma resposta imediata e eficaz para as problemáticas com as quais parceiros e técnicos se deparavam. Esta situação gerou uma necessidade: a reaprendizagem do saber-fazer agricultura no cerrado do Mato Grosso. A terceira situação refere-se ao processo de produção e difusão do conhecimento científico. Tem-se colocado nesta problemática dois momentos diferenciados. Por um lado, os órgãos de pesquisa voltados para o cerrado, como a EMBRAPA, haviam produzido e acumulado um saber científico voltado ao cerrado, que proporcionava respostas às diversas problemáticas específicas para o desenvolvimento agropecuário desta região. Por outro lado, o saber que os órgãos de pesquisa detinham, não havia sido popularizado, isto é, a ciência sobre o cerrado, neste caso, continuava preso ao órgão pesquisador, portanto, a difusão e a socialização não haviam ocorrido, criando problemas tanto para os técnicos quanto para os parceiros recém assentados.

Quanto ao conhecimento do cerrado, Cunha (1994) explicita que “por volta de 1970 não se sabia cultivar os cerrados. A pressuposição, generalizadamente aceita, era de que as terras dos cerrados seriam impróprias para o cultivo”(15). Havia na região atividades econômicas voltadas para o extrativismo vegetal e para a pecuária extensiva de

baixa rentabilidade. Aponta o mesmo autor, que “tamanho era a convicção de ser impraticável a agricultura nos cerrados que o governo, à época, optou pela colonização da Amazônia. [No entanto], desde os anos setenta, com as novas possibilidades, essa região tem conhecido uma explosão de atividades”(Id. Ib., 16).

Na mesma obra, organizada por Cunha, no capítulo cinco, interpreta-se que “a agricultura dos cerrados brasileiros é efetivamente um produto da tecnologia moderna. Ela não se modernizou; nasceu moderna”(123). Realizaram-se pesquisas em áreas que possibilitaram que os cerrados fossem incorporados no processo produtivo caracterizado como moderno. Estas se deram para o conhecimento dos ecossistemas (solo, clima, flora, fauna, recursos minerais e hídricos), para a “construção do solo” agrícola, para a correção da acidez e toxidez. Além desses avanços, ocorreu o “desenvolvimento de variedade de plantas às características do meio ambiente”(Id. Ib., 124).

Estes avanços registrados são resultantes das necessidades criadas pela recente ocupação do espaço do cerrado. Criam-se experiências, indagações e busca-se a compreensão do significado e da possibilidade do meio biofísico. Neste sentido respondeu uma parceira “com o tempo ele foi se adaptando.” Esta é em definitivo a possibilidade do homem se adaptar ao meio e este a si. A problemática mais interessante que se pode concluir desta relação, ao processo de como o homem se adapta a um novo meio natural, são as primeiras atrapalhadas que ocorreram. A mulher quer plantar alho e batatinha, porém a natureza se recusa a corresponder a este desejo e a este ato da mulher. Era o tempo da mulher, no entanto não era o tempo da natureza. O humano e a natureza se estranham. Nesta relação, o homem dotado de razão, realiza e avalia experiências, adaptando-se ao meio. Neste processo de adaptação é que se pode registrar a dicotomia entre o saber científico produzido e a sua socialização. Enquanto ocorreu um rápido acumular de um conhecimento adquirido pela pesquisa sobre o cerrado, homens e mulheres, deparam-se por outro com o inusitado, com um ambiente estranho sobre o qual não têm respostas.

O adaptar-se se dá de forma a não destruir o meio biofísico? Não. O homem usa a sua racionalidade e a sua prática para ser agressivo-destruidor do meio. Faz uso dos agrotóxicos: inseticidas, pesticidas, herbicidas, e dos fertilizantes químicos para

aumentar a produtividade da terra, destruindo os ciclos naturais, acelerando a natureza, desfazendo a homeostase do equilíbrio da natureza.

Esta situação continua, ou melhor, foi intensificada nos cerrados. O homem que procura seguir a racionalidade do mercado aplica cada vez mais tecnologia, maior quantidade de insumos, para acompanhar as exigências de altos índices de produtividade. Desejar altos índices de produção, isto é, maior volume de grãos, em menor espaço e com menor número de mão-de-obra, não é um simples querer do homem do campo, mas uma exigência do mercado no qual o agricultor está comprimido. O agricultor tem a possibilidade de corresponder com as exigências do mercado e nele permanecer, ou de abandonar a racionalidade exigida pelo mercado e ficar à margem das relações financeiras, comerciais e tecnológicas estabelecidas no mercado.

Condições alternativas ao mercado requerem tecnologias novas, relações e estilos de vida diferenciados. O diferente, porém não é algo que se pensa com intensidade, principalmente e predominantemente em regiões de colonização recente. Não importa ao homem das frentes pioneiras quão destrutivas sejam as suas ações. O que lhe importa é o lucro e o retorno rápido dos seus investimentos, mesmo que esta racionalidade não corresponda de fato ao fim calculado e mesmo que o mundo inteiro chame a atenção para os atos destrutivos da interferência antrópica.

Quer-se aqui chamar a atenção para o desenvolvimento de pesquisa no cerrado amazônico, os parceiros viam-se desamparados tecnicamente para fazer os solos dos cerrados produzir. A quem recorrer nas oportunidades de dúvidas e do não saber o que fazer? A resposta imediata poderia ser procurar os técnicos e os agrônomos. Sim esta era a situação. Os parceiros de fato recorriam aos agrônomos, no entanto as respostas que vinham deles não eram satisfatórias. As dúvidas para os agrônomos, como já indicamos acima, eram as mesmas. Narra um parceiro que “quando os técnicos eram perguntados eles anotavam e diziam que irão trazer a resposta depois”. Restava a opção, da busca e do reaprender nos cerrados.

O INCRA, no Projeto Especial de Assentamento de Lucas do Rio Verde, possuía agrônomos e técnicos agrícolas. O compromisso deles não era de praticar uma

orientação técnica no processo de plantio e do cultivo da terra. A função dos técnicos se restringia ao controle burocrático e a fiscalização das ações dos parceleiros. A fiscalização se dava em cima das necessidades de correspondência das exigências do Banco do Brasil quando da cedência de empréstimos aos parceleiros. “Na região Amazônica, o saber prático dos colonos pouco vale, e os técnicos atuam mais como fiscais do agente financeiro que controla a atividade do agricultor”(Santos:1985, 178). Em relatório elaborado pela EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso, para o Banco do Brasil - Agência de Diamantino, em 1983, percebe-se que os relatores preocupavam-se em afirmar para o financiador que este não perderia seus financiamentos, pois os parceleiros aplicaram os recursos liberados na produção e que o cultivo será dentro dos resultados calculados ou seja “produtividade satisfatória”.

No mesmo relatório, todavia, os técnicos demonstraram que “a época de desmatamento recomendada nos cerrados de Mato Grosso é de maio a julho e as áreas de Lucas do Rio Verde foram desmatadas após o mês de agosto, ficando esta prática feita em atraso para todos os parceleiros.” Continua o relatório destacando a “deficiência de nitrogênio e de zinco.” No PEA Lucas do Rio Verde a deficiência está mais acentuada devido ao solo de cerrado ser carente deste elemento e a calagem ser feita tardia, inibindo, pois, a disponibilidade do elemento para a planta.

Pode-se perceber que uma das principais problemática da análise técnica apontada pela EMATER é resultante do atraso dos aplicativos corretivos do solo e dos desmatamentos. Nas leituras feitas, ocorreu um processo de burocratização das relações entre o Banco do Brasil e o INCRA de Lucas do Rio Verde. Ao priorizar a eficácia burocrática o Banco do Brasil - Diamantino e o INCRA inviabilizaram a correta execução das atividades-fins da existência do PEA, fazer produzir as terras.

O relatório da EMATER ainda mostra que “os produtores recém assentados no PEA - Lucas do Rio Verde não possuem condições próprias para o desbravamento de suas propriedades, dependendo totalmente do serviço de terceiros, para executar o desmatamento, aplicação de corretivos, preparo do solo, plantio (adubação e aplicação de defensivos). Devido a esta dependência houve atraso nos desmatamentos preparo e plantio

em algumas propriedades e segundo alguns produtores, houve atraso também nos financiamentos e entrega dos insumos.”

Falta aqui demonstrar porque ocorreu o atraso do financiamento, do desmatamento e a dependência dos parceiros em relação aos serviços de terceiros. Narrou um parceiro retornado “não nos deram nenhuma linha de crédito, por isso não tinha como adquirir máquinas, sementes e nem comercializar. Era tudo muito difícil.”(Luís). Apesar da fala deste parceiro há de se considerar o seguinte: de fato, o Banco do Brasil financiou os parceiros e o INCRA concedeu o aval para que houvesse a liberação de recursos financeiros. No entanto, o fator determinante, para o parceiro poder afirmar que não deram nenhuma “linha de crédito” é a forma como ocorreu o processo de liberação dos recursos. Em “Nota de Crédito Rural” emitida pelo Banco do Brasil e assinada pelos parceiros produtores consta uma cláusula que reza: “Autorização Especial: Autorizo(amos) o Banco a efetuar, diretamente ao(s) vendedor(s) ou executor(s) do(s) serviço(s), o pagamento da(s) aquisição(ões) ou do(s) compromisso(s) a que se destina o crédito aberto ou parte do crédito aberto.”

Com esta cláusula o parceiro autorizava o Banco do Brasil a contratar terceiros para a execução de serviços nas áreas dos adquirentes do crédito. Assim se procedeu. Elaborou-se um “contrato particular de empreita de serviços agrícolas” entre os parceiros e os empreiteiros que se comprometiam a “preparar, plantar, adubar, aplicar adubação de cobertura, pulverizar a lavoura a ser formada na propriedade do contratante.” (art.1 do contrato). Reza ainda o contrato que todas as despesas e encargos referentes aos serviços citados, correrão única e exclusivamente, por conta do empreiteiro”(art. 2 do contrato).

Não bastassem estas situações, o contrato elaborado e fixado pelo Banco, ainda determinou o preço dos serviços prestados por hectare, isentando o contratado de qualquer responsabilidade no atraso dos serviços, caso fosse causado por intempérie da natureza, que venham a causar algum dano ou prejudicar o andamento dos serviços.(art. 6 do contrato).

De fato, os parceiros eram homens pobres, descapitalizados, sem terras, despejados das reservas indígenas, das barragens, marginalizados pelo sistema modernizador adotado no Brasil a partir dos anos 60 e intensificado nos anos 70. Por estas características se distinguiam, além de não possuir tratores e outros implementos agrícolas necessários para o desenvolvimento da lavoura. Narraram, os parceiros em entrevistas, que um ou outro colono até trouxe uma junta de bois, para trabalhar, afinal era desta forma que faziam a lavoura na Região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. É de se considerar que um homem que não possui grandes experiências na vida possa a partir do seu mundo imaginar ser possível também fazer lavoura com uma junta de bois no sertão mato-grossense. Esta hipótese fora, no entanto, abandonada porque se verificou logo a impossibilidade e as dificuldades em arar as terras com os bois.

Neste quadro ficou estabelecido que terceiros prestariam serviços aos parceiros. Até este ponto nenhum complicador de maior relevância que pudesse influenciar diretamente na vida organizacional e econômica dos migrantes - parceiros. Ocorre que para a liberação dos recursos se estruturou um tripé de inter-relações e de cumplicidades entre o Banco do Brasil de Diamantino, o INCRA de Lucas do Rio Verde e os empreiteiros. Os empreiteiros eram os posseiros que já possuíam tratores para o preparo da terra. Entre as partes envolvidas, e em nome de quem eram liberados os recursos, os parceiros eram os que menos opinavam, apesar de se constituírem nos contratantes dos empréstimos.

Para melhor compreensão deste tripé pode-se desenhá-lo da seguinte forma: o Banco do Brasil constituía o proprietário do dinheiro, o financiador; o parceiro era o contratante - o que atraía o crédito e em nome de quem ficava registrado a dívida, e o empreiteiro, era o contratado para a prestação de serviço, porém isento de muitas responsabilidades. Entre os três agentes mencionados colocava-se o INCRA, articulador e afiador das políticas a serem desenvolvidas no PEA - Lucas do Rio Verde.

Esta situação contratante seria cômica se não fosse trágica. Por quê? Responder do porquê do trágico é demonstrar que o parceiro - contratante foi o menos ouvido em toda relação comercial e financeira estabelecida. Primeiro, o parceiro recebeu um contrato pré-determinando que não seria ele, contratante, que iria executar os serviços.

Segundo, todo serviço prestado pelos empreiteiros teve seu valor fixado no contrato do Banco. Terceiro, o dinheiro não seria liberado para o parceiro, pois seria o próprio Banco do Brasil que iria pagar diretamente o empreiteiro, ou seja, o empreiteiro receberia o dinheiro do parceiro, através do Banco. Quarto, o mais cômico e trágico de todas as situações, o empreiteiro, para quem o Banco liberou os recursos para prestar serviços, contratou o parceiro, em nome de quem foram liberados os recursos financeiros, para executar os serviços. Isto é, o parceiro tornou-se empregado do empreiteiro, que possuía o dinheiro do parceiro, que trabalhava com a máquina do empreiteiro, que pagava o parceiro com o dinheiro do parceiro, ou seja, o parceiro que trabalhava para o empreiteiro, era pago com o dinheiro que ele próprio teria que amortizar no Banco. Tornou-se assim, o parceiro, um trabalhador assalariado e o seu salário foi o seu empréstimo feito no Banco do Brasil.

As relações contratuais não se finalizam nestas situações. A “Nota de Crédito Rural” exigia ainda que o contratante executasse o planejamento conforme elaborado e que deveria acatar toda orientação técnica ministrada além de “cumprir as demais obrigações de minha (nossa) responsabilidade(s) para consecução dos objetivos colimados.”

Esta situação gerou um clima de desconforto e de intranquilidade entre os parceiros. Sentiram-se desprotegidos política e economicamente. Política, porque não ocorreu uma motivação para a mobilização e organização associativa dos assentados. Reconheceu uma das lideranças do acampamento em Ronda Alta, que “quando possuiu a terra queria era mesmo cuidar do seu negócio, porque o movimento coletivo causa desgaste para quem se põe na liderança”. Outro fator de desorganização foi a própria desmotivação que provinha do executor do projeto do assentamento, que não admitia as reuniões de parceiros, ocupando-se mais em perseguir e amedrontar, do que incentivá-los para a busca coletiva de soluções.

Neste sentido declarou um parceiro retornado: “com o dinheiro do empréstimo, nós podíamos ter nos organizados em grupos de 4 ou 5 parceiros e comprar um trator. Em vez de usar o dinheiro para pagar empreiteiros podíamos nos capacitar para fazer as lavouras com nossas máquinas”(Luís). Isto, todavia, não ocorreu. O que

aconteceu no assentamento foi a corrupção de valores financeiros, contratuais, comerciais e morais.

Apesar do lote rural destinado a cada assentado ser de 200 hectares, o parceleiro somente podia cultivar os 25 hectares que já haviam sido abertos pelo INCRA. Desta forma, os parceleiros nos anos de 1981 - 1982 tinham como trabalho acompanhar a execução dos serviços nos seus lotes. Muitos não se aquietaram e prestaram trabalhos a terceiros.

Os trabalhos em terras alheias, nas fazendas já formadas na região constituíam-se numa necessidade porque o “governo não deu muito apoio às famílias, pois nos primeiros seis meses recebiam um salário como ajuda de custo e o Banco do Brasil financiou no primeiro ano [1981] 25 hectares de arroz. No segundo ano já não financiou nada e muitos colonos agricultores que permaneceram na terra, tiveram que trabalhar como diaristas nas fazendas para poder sustentar os seus filhos”(Silvino Polissani).

Narrativa semelhante a deste parceleiro foi registrada pela revista RDM na página 15 “todos foram obrigados a trabalhar fora para não morrer de fome. Para piorar a situação a seca, no primeiro ano, foi inclemente. A colheita foi baixa e eles acabaram endividados com o Banco do Brasil”. A safra frustrada e a dívida com a instituição financeira fez com que os parceleiros perdessem a dignidade da confiança do crédito junto ao Banco do Brasil. Apesar de constar na “Nota de Crédito Rural”, que a primeira parcela de amortização da dívida iria ocorrer no ano de 1985, os três anos de carência não foram respeitados. Já no ano de 1982 o Banco exigiu as primeiras amortizações. Os parceleiros não tinham as condições financeiras para tais procedimentos, o que causou relações conflituosas com o Banco do Brasil que no ano de 1982 não liberou mais créditos para financiar a safra daquele ano. A ausência de créditos impossibilitou o cultivo da terra. Não era, no entanto, somente o Banco do Brasil que não liberava recursos. A base do descrédito dos parceleiros estava no próprio INCRA, por ser proprietário legal dos lotes, pois os parceleiros somente conseguiriam o título definitivo das terras após 5 anos. O INCRA tinha que avaliar os contratos dos parceleiros junto ao Banco do Brasil. Esta situação já não ocorreu mais em 1982, pois como afirma um retornando “os parceleiros não são considerados homens trabalhadores, porém são para o executor do INCRA, homens

que gostam de vagabundear, que preferem tomar cachaça e jogar, em vez de trabalhar.” Esta representação criou um clima de relações conflituais e de total desesperança por parte dos parceleiros.

Além desta situação há de se considerar ainda as dificuldades de transporte que assolavam a região de Lucas do Rio Verde no início da década de 80. Distante 230 Km de Diamantino, município ao qual o PEA Lucas do Rio Verde pertencia e sede do Banco do Brasil, levavam todos os que se deslocavam até a cidade, uma semana para ir e voltar. Na somatória deste tempo estão as dificuldades encontradas na estrada que era muito ruim, e os entraves administrativos e burocráticos do Banco do Brasil para a liberação de recursos para o desenvolvimento da agricultura.

Além das dificuldades de produção mencionadas até aqui, soma-se a problemática da armazenagem e a secagem dos grãos colhidos. No relatório da EMATER, acima citado, há uma previsão no ano de 1982 uma “produção estimada no PEA de Lucas do Rio Verde é de 120 mil sacas de 60 Kg, faltando secadores e local para armazenagem. Parecia que “o sonho da terra e de um futuro melhor para os filhos” protesta um assentado, estava se desfazendo nos emaranhados burocráticos, nas desconfianças político-administrativas das entranhas do poder constituído e nas dificuldades limitantes do meio biofísico.

3.3. - A Reconstrução da Vida Social: onde será a igreja e quem será meu vizinho.

Ao migrar, o colono tem o objetivo ou a necessidade de reconstruir o espaço social. Compreende-se por espaço social as relações e as representações de um grupo social num meio biofísico determinado. Estas representações se dão no nível econômico, religioso, educacional, lingüístico, que contém significantes e significações.

As relações que se estabelecem entre os membros do grupo social, favorecem o surgimento de estruturas e de organizações que se identificam com a visão de mundo, com os valores morais e estéticos que são trasladados com o grupo social em sua trajetória. Desta forma, a reconstrução do espaço social, que ocorre no processo e nas frentes de colonização, lugares de ocupação populacional recente, dão-se em conformidade com as imagens apreendidas nas relações sociais vivenciadas e experimentadas historicamente. Isso significa que a igreja, o clube, a produção, a arquitetura, a escola, os valores, os conteúdos e os métodos aplicados e praticados terão similitude com os procedimentos do *locus* de origem.

A reconstrução na frente de colonização não se dará, no entanto, no mesmo nível estético e estrutural como fora o espaço na região de procedência. Ocorre uma degradação do estilo arquitetônico, nos prédios públicos, nos religiosos e nos residenciais, devido em grande parte pela idéia da brevidade, da insegurança e do imediato. A pressão do imediato somado com a escassez de recursos materiais e imateriais, como recursos financeiros e uma discussão do conceito de beleza, por exemplo, associado com a aridez e frieza do meio biofísico e geográfico, proporcionam ao homem migrante nas frentes migratórias, as condições de reinventar o espaço social de forma rústica, onde o conceito de estética está à margem da conduta pessoal e social.

As possibilidades rudimentares só serão superadas quando ocorrer um alicerçar e uma objetivação de condições que proporcionam ao grupo social ou indivíduos

isoladamente, possibilidades imediatas e utópicas da certeza da fixação definitiva no novo espaço social. Esta condição só se dá, no entanto, após diversas experiências bem sucedidas e que proporcionam ao grupo social condições distintas das anteriormente vivenciadas.

Com base nesta proposição analisar-se-á a reconstrução do espaço social no PEA - Lucas do Rio Verde a partir de 1981, promovida pelos parceiros. O encontro e o deparar-se inicial em Lucas do Rio Verde, foi com um sertão estranho, que se apresentava para ser explorado e desbravado. As primeiras casas encontradas eram barracas do 9º BEC, que estava alojado à beira da BR 163 proporcionando apoio ao INCRA, abrigando os colonos migrantes. Esta situação foi para muitos um impacto assustador, porque quando saíram do Acampamento da Encruzilhada Natalino, sob a influência do Major Curió, as promessas eram várias, como por exemplo: “casa pronta para morar, salário mensal até a safra, atendimento gratuito de saúde, área de 200 hectares de terra, ajuda financeira, distribuição de lotes rurais”, afirmam os parceiros, significando todas estas condições a promessa da verdadeira reforma agrária. Enfim o sonho visualizado era de que no Mato Grosso todos iriam ter uma vida promissora.

Este procedimento, de atração dos acampados na Encruzilhada Natalino, fora interpretado por parceiros como uma forma enganosa que o Major utilizou para desmontar o Acampamento da Encruzilhada Natalino. “O objetivo do Curió era destruir o acampamento, com ameaças de prisão e policiamento. Não deixava ninguém entrar e ninguém sair”(Luís). As pressões, as promessas e o desespero no Acampamento da Encruzilhada Natalino levou famílias para o Mato Grosso. Na chegada começou a desconfiança pois onde estão todas as coisas prometidas? “Eu nunca achava que ia ser enganado pelo homem do governo”(Edir). Estas expressões demonstram como os parceiros iniciaram todo processo do fazer e fazer-se no novo espaço social. Primeiro ocorre o choque do abismo existente entre as promessas com o real achado. Apesar do contraste há o reconhecimento, por parte dos parceiros, dos esforços feitos pelo exército em arrumar barracas e preparar alimentação nos primeiros tempos, “apesar do sabor não corresponder muito a uma refeição preparada com dedicação”, afirma uma parceira.

Logo após a chegada dos colonos, o INCRA sorteou os lotes. Apesar da mesma origem social, os parceleiros se caracterizam como excluídos econômicos, não houve um total reconhecimento e uma identificação generalizada de todos os membros. O grupo se configurava de pessoas que já se conheciam de muitos anos, outros eram parentes, alguns tinham as mesmas características de aprendizagem, a mesma capacidade de participação em associações, cooperativas e movimentos populares e sindicais. Todas as características particulares do grupo foram desprezadas pelo INCRA, que considerou o grupo homogêneo e distribuiu os lotes por sorteio, isto é, cada parceleiro tirava um papelzinho, distribuído numa mesa com um número. O número contido no papel correspondia ao lote onde o parceleiro era assentado. O INCRA, nesta forma de proceder, desconsiderou quaisquer princípios antropológicos. A heterogeneidade experiencial do grupo fora desconsiderada. O sorteio ocorria aleatoriamente, tanto que os parceleiros não tinham clareza do que estava ocorrendo. Parecia tudo muito mais uma festa, pois “ganhar 200 hectares de terra significava uma grande conquista e que deveria ser saudada” diz um assentado. Porém nada mais enganoso do que este momento. As conseqüências foram sentidas mais tarde, ou já a partir da localização do lote e do vizinho, quando se descobriu que aquele companheiro com quem se tinha diversas identificações e maiores possibilidades de associação não era o vizinho, mas estava distante do lote no qual fora assentado.

Narrou um parceleiro: “chegamos e no dia seguinte o INCRA sorteou os lotes de cada um. O INCRA deu, a cada família, um pouco de madeira e comecei a trabalhar. A primeira providência foi abrir um poço para encontrar água. Depois com a madeira construí uma pequena casinha e depois de 40 dias voltei para buscar a família”(Silvio Pelessari).

As promessas do INCRA eram as casas prontas. Apesar da promessa não cumprida, cedeu madeira para os parceleiros construírem suas casas. O montante do material para construção possibilitava edificar uma residência de 3x4 m², sem divisórias e sem forro. “Para fazer o poço eram necessários 13 metros de profundidade, o que sempre representava um perigo de vida para quem se encontrava no fundo dele”, narra com indignação uma parceleira assentada.

Um fenômeno importante a considerar é que muitos homens foram sozinhos para o assentamento em Lucas do Rio Verde, deixando a mulher e os filhos no Sul do Brasil, para primeiro se estabelecer e depois retornar e buscá-los, como o narrado acima. Este acontecido, apesar de se constituir numa certeza para o parceleiro, assegurar a família, significava para o administrador local do INCRA uma tentativa de se desviar dos compromissos de fazer a terra produzir, tanto que para o parceleiro sair do PEA - Lucas do Rio Verde e viajar para o Rio Grande do Sul, necessitava a expressa autorização do executor do INCRA. Esta situação fora interpretada pelos parceleiros como um “campo de concentração”, do qual os deportados somente eram liberados quando o “chefe da prisão” entendesse ser possível outorgar a liberdade para um dos seus subordinados viajar. É esta a analogia que os parceleiros criaram em relação ao assentamento governado pelo representante oficial.

Este rígido controle gerou um clima de revolta entre os parceleiros, isto porque, a parte da família que havia permanecido no Sul representava uma força de incentivo, não só espiritual, mas principalmente econômica, suprimindo os membros que migraram com utensílios e víveres caseiros, condições que favoreciam os colonos no assentamento. A família que permaneceu no Sul, tornou-se em muitas ocasiões, o sustentáculo daqueles que estavam desamparados e necessitados no sertão mato-grossense. Por não reconhecer esta relação o INCRA não estabelecia um clima de tranquilidade e de diálogo com os parceleiros.

Dentre os parceleiros, a grande maioria tinha se deslocado pela primeira vez em tão grandes distâncias. A saudade e o desejo do conforto familiar era uma tônica constante dos que se encontravam na longínqua Lucas do Rio Verde. Tudo parecia se constituir em fatores de complicação. Os meios de comunicação eram pouco eficazes, uma carta levava semanas. Como dizer para um ente querido que tudo poderia ser suportável, que as dificuldades daquele momento podiam ser passageiras e serem a razão de um futuro melhor?

A família se constituiu na voz da razão. Para os que se deslocavam do Sul para o Norte o incentivo e a força era o suporte para a dor da partida e a incerteza da chegada. Quando do retorno, a família se configurou como a célula que regenerou a parte

partida e retornou para se reintegrar. A família constituiu-se na força estruturante para os que migraram, tanto para os que ficaram em Lucas do Rio Verde como para os que retornaram para o Sul.

Lembra um parceiro que uma das maiores dificuldades era o “isolamento em que viviam as famílias, pois moravam muito distantes umas das outras, dificultando a convivência comunitária. Lembrou também, que ao vir com a família demorou cinco dias para vir do Sul até aqui [Lucas do Rio Verde], chegaram de madrugada, tudo escuro, as crianças chorando de fome e cansaço. A vida, nos primeiros tempos foi muito difícil”(Polissani). O trajeto e o caminho já significaram uma aventura. “Mas afinal onde fica isso?” O cansaço era perturbador, as crianças presas nos ônibus durante três - quatro dias ficavam irritadas e intranquias. Somavam-se a irritação das crianças, o cansaço e a incerteza dos adultos. A viagem já se constituía num constante desfazer da imagem que as pessoas criaram em suas cabeças ao saírem do Sul. Porque “Mato Grosso”, as pessoas imaginavam que o mato deveria ser grosso, tudo fechado e escuro. Quando desembarcaram numa região de cerrado tudo era muito diferente. O que era aquilo? Aquelas árvores retorcidas? Desfeita a primeira imagem criada, as coisas começaram a parecer mais bonitas, afinal era diferente. O relevo não apresentava os acidentes acentuados como na região do Alto Uruguai, onde o horizonte estava sempre próximo. O relevo plano distanciava os limites, levava para bem distante o horizonte, tanto que parecia não ter fim.

Este novo meio se constitui não só em novidade, mas principalmente em dificuldades: comunicação, transporte, saúde, alimentação. Apesar disso, narrou uma assentada: “as dificuldades eram superadas pela união. Era sofrido, mas era divertido. Sofria mas era gostoso, a gente se unia. Mesmo para rezar a gente não tinha igreja. O padre nem sabia que a gente estava aqui, então a gente se reunia em cada final de semana numa casa e fazia o culto, fazia novena, era dessa forma que a gente fazia”(Lourdes).

A oração se dava pelo encontro das pessoas de fé. A motivação para orar não provinha de fora e nem se tinha um lugar especial para a oração. A igreja existia mais na mente e na intenção de cada um daqueles crentes, pois a instituição formal não existia, “o padre nem sabia que a gente estava aqui”, e apesar disto, pela necessidade da

religiosidade e da busca de uma transcendência, as pessoas se uniam e viam no outro a certeza da presença de um ser superior.

As orações e as novenas não bastavam, era necessário reconstruir também um espaço físico e visível que representasse a manifestação da crença no ser superior. A construção da igreja para solidificar a comunidade é um fator de agregação de forças e de objetivos. Parece que a crença no Deus tem a energia que aglutina as desavenças e torna os conflitos, razões para uma mesma direção. “Havia muitas dificuldades pela falta de meios de comunicação e de transporte, mas por outro lado, as pessoas eram muito mais unidas, a fraternidade era mais intensa. Em virtude das dificuldades as pessoas se buscavam mais”(Luís e Inês).

As mesmas dificuldades de isolamento e de ausência do espaço religioso se registrava na edificação e consolidação do espaço educacional. As pessoas, vindas de longe, tinham a necessidade de construção de organizações que acolhessem os jovens e os instruissem. A consciência de exclusão social e econômica estava bastante enraizada entre os parceiros. Deixar a educação dos filhos sem atendimento significaria mais uma forma de exclusão. Mas o significado da educação não se reduz à resistência ao processo excludente. A sua significação ultrapassa este limite. Tende a ser um significante estruturante de uma nova possibilidade social, necessariamente de inclusão. A proposta de inclusão, no entanto é paradoxal. Enquanto a referência de construção social se estende ao todo do social, há uma satisfação individual se algum membro da família se dá bem e consegue se enquadrar nas relações sociais incluíntes. A exclusão de uns e a inclusão de outros geralmente é interpretado como fator de sorte ou de dedicação individual. A ausência de uma estrutura social e econômica que proporcione a presença universal do grupo social, não é entendido como histórico, isto é, uma estrutura planejada e pensada pelos homens, que incluem vontades e interesses. Geralmente o desastre e o fracasso pessoal é dirigido a forças externas, transcendentais ou mesmo ligado a processos naturais. Ocorre uma naturalização dos processos históricos e sociais.

Uma situação desafiadora foi narrada por uma das primeiras professoras do assentamento. “Eu tinha 60 alunos, era multisseriada [...] alguns não tinham o que comer, eu estou falando bem a verdade, eu fiz uma coisa que por lei não deveria ter feito. Então

vinha merenda do município e essa merenda, até hoje é proibido de distribuir para as casas...mas, vinham na aula alunos e diziam assim: eu tenho cinco irmãos que não tem o que comer. Eu sabia a situação de cada um, não era fácil, criança chorava, não tinha o que dar de comer. Então os irmãozinhos me chamavam aqui no corredor da escola e falavam, professora será que a senhora não tem merenda, será que a senhora podia dar um pacote daquela merenda para o meu maninho tomar mamadeira hoje? Não tem dinheiro, o pai saiu atrás de emprego e não voltou ainda. Era proibido, mas não pode, não pode deixar morrer de fome uma pessoa por causa de um pacote de merenda, eu não ia por esse lado, então esses meninos levavam, era uma festa”(Glassei).

A narrativa da professora elucida a dicotomia na qual se encontravam os parceiros. Possuíam as possibilidades do desenvolvimento da agricultura nas terras conquistadas. No entanto, as relações políticas e econômicas que se estruturaram, significavam um desinvestimento nas potencialidades individuais e coletivas existentes. As dificuldades imediatas e momentâneas iam além das capacidades de respostas que deveriam ser dadas pelos parceiros. Esta situação gerou um processo de desilusão e de desesperança. Muito mais do que a perspectiva de permanecer no lote, a decisão foi do abandono da terra.

CAPÍTULO IV - O SONHO DA TERRA VIROU PESADELO.

4.1. - Da Utopia à Desilusão nas Novas Terras.

Para se falar da desilusão há de se considerar que havia uma ilusão, ou mais precisamente, uma esperança a ser conquistada. A trajetória ou a luta pela terra está carregada de simbologias. A terra tem um significado muito especial para o homem do campo: “ela é a primeira mãe, porque é dela que tiramos os alimentos para nossas famílias”(Edir). “A terra significa vida, ela deve ser tratada com carinho, como uma mãe que ama seu filho e cuida dele com amor”(Ambrósio).

Sob estes aspectos pode-se afirmar que o agricultor quando vai a busca da terra traz no bojo da sua luta, uma carga de vida e de esperanças, porque a “terra é o significado para o futuro para nossos filhos”. As falas dos colono-parceiros estão carregadas de uma certa dosagem romântica da relação que estabelecem com a terra. A visão e a concepção romântica da terra expressas nas suas palavras, são a razão que motivam homens e mulheres a enfrentar desafios e aventurar-se pelos sertões, sempre “em busca de uma vida nova”(Paulo).

Mas a esperança de possuir a terra não se enquadra somente numa perspectiva de utopias, ou de construção de uma vida melhor e nova no futuro, a luta pela terra ocorre essencialmente e fundamentalmente pela consciência, como se manifestou um parceiro retornado quando indagado por que lutava pela terra: “porque sou agricultor”(Luís). Ser agricultor na fala deste parceiro é a demonstração que ele ocupa um ofício, possui uma profissão e se identifica com uma modalidade produtiva. A expressão, “sou agricultor” significa que ocorre uma aprendizagem e que há um conhecimento que se manifesta numa prática determinada. Há uma ação prática que acontece no saber fazer lavoura, na criação de animais, na comercialização da produção e no cálculo sobre diversas probabilidades de uma maior ou menor possibilidade de angariar

resultados satisfatórios nas proposituras estabelecidas. Desta forma, quando o agricultor planta milho, o objetivo implícito ou mesmo explicitado é a obtenção de resultados compensatórios aos esforços empregados.

Ser agricultor significa identificar-se com um meio determinado e com as relações que se estabelecem a partir deste meio. Assim o agricultor conhece os procedimentos que são iminentes à sua profissão ou ao seu ofício. Esta mesma realidade ocorre com outras ocupações profissionais. Cada ofício cria uma linguagem que corresponde às especificidades do grupo social e ocupacional. Nesse sentido, há uma identificação e um desejo de pertencimento do indivíduo ao grupo social que corresponde aos seus anseios e às suas necessidades.

A vontade e o ato de estar no grupo ao qual o indivíduo se identifica, não significa necessariamente a razão para a construção de uma sociedade justa ou de relações que influem no estabelecimento de uma homeostase entre as partes constituintes. Não se pode visualizar que todo grupo social seja na sua essência justo ou que não tenha nenhum desvio justificador de estabelecimentos de relações de desequilíbrio ou de dominação e exploração de um sobre outro. No entanto, ao se agrupar, os indivíduos encontram razões para estabelecer correntes e redes de participação e de solidariedade para a superação das condições de dominação e exploração existentes nas relações de poder e econômicas entre os indivíduos e/ou entre os grupos sociais. Percebendo-se dominados e explorados, tendo consciência da sua situação existencial e vivencial, o grupo subalterno através de sua organização contrapõe-se aos processos, aos atos e aos movimentos que são a fonte do poder dominador, operando e estabelecendo organizações e redes que processem uma contra-cultura, estabelecendo relações sociais e econômicas que superam o status e o estatuto de dominação e exploração.

Esta superação não se dá, no entanto, via atos administrativos ou por decreto-leis. Não ocorre via substituição formal de homens ou de mulheres em cargos públicos ou de organizações representativas e não acontece pela simples instituição de organizações pela sociedade civil. A idéia de superação de um status dominador e explorador se dá de forma complexa, porque pressupõe antes da necessidade da construção de uma nova organização social, a desconstrução da perspectiva de mundo ou da ideologia

que fixa e estabelece as relações dominantes na sociedade. A desconstrução do modelo dominador e a construção de relações emancipatórias somente são possíveis através da práxis política, isto é, da capacidade de ação teorizada.

O processo de desconstrução, que é de fato uma construção, isto é, enquanto um grupo social articulado nega a ordem existente e predominante, ele afirma uma organização e uma estrutura social que não possua conveniência com as relações dominantes existentes. O construir de um projeto social alternativo não se dá e não tem como acontecer a partir de um nível teórico abstrato. Com Freire (1983) aprendemos que não se nega a teoria, todavia, constrói-se uma teoria da ação que tenha eficácia quando estiver em ação. Neste sentido, é que se estabelece a práxis ou uma elucidação das relações de dominação e de exploração, através de experimentos sociais que acionam o desejo e estabeleçam relações superadoras da dominação e da exploração. Toda ação-prática de superação terá como guia uma teoria, que é a capacidade de lançar luz ou fazer ver a prática para avaliá-la e novamente superá-la. Assim, uma prática diferenciada da dominante somente será possível com a negação do conjunto valorar adquirido e a positivação de uma mentalidade que afirma e confirme um conjunto valorativo, que supere o anteriormente vivenciado.

Para a consecução dos objetivos, grupos sociais procuram se organizar de formas diversas para estabelecer condições objetivadoras que proporcionem a finalização dos objetivos do grupo. Assim, um grupo social formado por agricultores sem terra agregam-se para estabelecer metas e processos para alcançar êxito no acesso à terra. Tê-la é uma condição necessária para negar a situação de sem a terra. Não simboliza, e de fato não se constitui, numa condição suficiente para a superação do ser imanente ou eminente sem terra. Acompanha a política de distribuição da propriedade agrária, uma política agrícola, ou seja, condições que se tornam suficientes somente na soma das complexidades, no sentido explicitado por Morin (1996). A questão agrária concentradora será superada com a positivação de uma política agrícola compensadora. No entanto, a política agrícola e a questão agrária serão suficientes quando amparados e embasados por um processo educativo, isto é, para as tecnologias não representarem um fator de exclusão social do agricultor, mas que estas sejam fatores de inclusão dos agentes do setor agrário e agrícola.

Aos parceiros a vinda para o Mato Grosso simbolizou a superação da condição de sem a terra. Representou, momentaneamente, a possibilidade de inclusão no processo produtivo. Constituiu-se numa ilusão, num sonho a ser concretizado. E fora pela esperança que se deslocaram, “nós aceitamos as propostas de terra, inclusive por isso a gente veio para cá, [Lucas do Rio Verde] por causa que a gente não tinha terra no Rio Grande do Sul. Na verdade a gente não conhecia aqui, e viemos na escura, sem conhecer nada [...] nosso objetivo mesmo de acampar, para ter a terra, é para poder sobreviver”(Glassei).

O sonho e a luta pela conquista da terra não são somente uma manifestação de uma necessidade imediata. Para conquistar a terra, a necessidade deve virar um sonho, uma utopia, conforme a construção de Mannheim (1986). Se assim não ocorresse, não haveria a possibilidade da luta pela terra, porque o sem terra ficaria passivo na posição de marginalizado ou procuraria outras possibilidades de sobrevivência, que não fossem a terra, como migrar para a cidade, por exemplo. Ao lutar pela terra, todavia transforma a necessidade numa utopia.

Quando o Sem-Terra possui uma utopia ele se põe a caminhar, propõe-se em movimento. Não é um movimentar-se isolado, mas um agregar-se e um dirigir-se, um identificar-se e um fazer-se sujeito com o outro. É a procura e a conquista da alteridade que se constrói como agente social: alguém que possui vontade e que tem um projeto a concretizar com o Eu. O Eu e o Outro se fazem agentes na práxis do movimento.

Todo agente, no entanto, no movimento, deve fazer opções. No movimento estabelecem-se conflitos, jogos de interesses, divergências. O movimento é uma ação política, por isso uma questão de poder, que envolve o Estado, o sindicato, as cooperativas, as igrejas e as entidades civis organizadas. Constrói-se no coletivo um projeto que visualiza a concretização de objetivos propostos. No caso específico do Acampamento da Encruzilhada Natalino a meta estabelecida era a conquista da terra, ou o feito da Reforma Agrária. Todas as entidades e organizações envolvidas dirigiam suas forças para efetivação das metas propostas. Como o movimento social tem uma carga de poder, instalaram-se relações de poder que tentam desmoronar a ilusão estabelecida. Na

Encruzilhada Natalino o projeto era a terra no Rio Grande do Sul. Mas antes de ser o Rio Grande do Sul a perspectiva era a terra, que poderia estar além dos limites do Estado Sul Riograndense. Frente a estas possibilidades estabeleceu-se um jogo entre as lideranças do acampamento e o Estado representado pelo Major Curió.

O Major Curió conseguiu transferir a ilusão da terra de 203 famílias para a Gleba Rio Verde. Percebe-se que se estabeleceu uma encruzilhada, entre possibilidades de opções diferentes que pudessem corresponder ao mesmo objetivo. Qual poderia ser, naquele instante a mais acertada? A situação para avaliação estava dúbia. Ficar no acampamento poderia significar mais sofrimento embaixo das lonas, mas migrar também não era uma certeza. Enfim, a questão que se colocava era da própria inviabilidade de uma avaliação mais ampla e correta pela própria não experiência participada dos agentes num processo migratório. Como avaliar a colonização se de fato ainda não a haviam experienciado?

Num cenário de incertezas ocorre a decisão de migrar. As pessoas que migraram levavam como propósito a conquista da terra, a edificação de uma vida melhor e um futuro garantido para os filhos. Em toda opção há uma margem relativa de erros. No Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, muitas famílias (das 203 famílias somente 14 delas permaneceram com a área na qual foram inicialmente assentados), homens e mulheres reais e históricos, vivenciaram experiências e puderam então tomar uma nova decisão: abandonar o projeto, retornar para o Sul, seguir para o Norte ou resistir no lote rural conseguido. O assentamento constituiu-se num novo cenário, que proporcionava avaliações para opções diversas.

Numa das avaliações uma parceleira afirma: “não houve um retorno social naquilo que o governo propôs, acho que neste aspecto não deu certo. Então, no social não deu certo”(Grassei). Os parceleiros começaram a se desesperar frente ao inusitado. A realidade encontrada em Lucas do Rio Verde constituiu-se mais cruel do que o calculado. O real estava muito distante do prometido e do desenhado. A utopia não suportou as dores da realidade. A maioria se deu mal e a avaliação é que: não era o que se esperava; o custo da produção é muito alto, porque a terra precisa de correção; o produto vale menos devido as grandes distâncias dos maiores centros consumidores, dos centros de industrialização da

matéria-prima produzida; a burocracia tornou-se um entrave ao desenvolvimento do assentamento, a administração do INCRA local tornou-se uma perseguidora dos parceiros, a violência era fator cotidiano do “relacionamento social”, a fome atacava as crianças, a terra não produzia. Tudo enfim era estranho. O homem e a mulher no assentamento deveriam reaprender e reconhecer-se no novo meio biofísico e social, torná-lo familiar. Isto seria possível porque todo homem e toda mulher são seres capazes de aprendizagens. Mas havia uma ambiência de corrupção que em vez de mobilizar os parceiros para a permanência nos lotes rurais, incentivava e pressionava para que ocorresse a venda da terra. A pressão era feita pelos próprios funcionários do INCRA, pela presença de compradores (geralmente agricultores que haviam vendido suas terras no Sul e tinham recursos financeiros para aquisição da propriedade rural), além de intimidações e ameaças de morte.

Esta situação criou uma atmosfera de desesperança. Estabeleceu-se uma desilusão coletiva. As famílias correram de volta, abandonaram a terra porque o sonho acabou e virou pesadelo. O sonho, um lote rural de 200 hectares, não valia mais do que “a passagem de volta para o Rio Grande do Sul”. A terra não tinha mais valor do que um “rancho no supermercado”.

4.2. - A Violência como Instituinte do Espaço Social.

Ao pensar o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, tem-se que considerar o fator violência. Os agricultores-parceiros, ao deixar as relações sociais, culturais e religiosas nas quais estavam envolvidas no Sul do Brasil, mais especificamente na Região do Noroeste - Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina, espaços que se caracterizam pela formação predominante da pequena propriedade rural, carregaram consigo uma carga de emoções, de representações sociais e de visão de mundo características deste meio.

O indivíduo faz-se conforme um meio social determinado. Ele se constrói na relação com outros indivíduos. Esta é uma característica básica da espécie *homo socius* para serem sujeitos, constroem-se sujeitos na relação com o outro. Isto é, os homens são seres gregários.

No Sul do Brasil, antes da migração, os colonos migrados - os parceiros - se relacionavam numa ambiência onde a presença de instituições era intensa. O sindicato, a igreja, a prefeitura, a cooperativa, a comunidade, o clube, a família, formavam uma rede de referências que proporcionam ao indivíduo uma certa tranquilidade e segurança. A situação e a condição de segurança se dá na certeza ou na possibilidade de apoio para a superação de situações-limite, doença, por exemplo, na rede de relações pessoais e institucionais, que são estabelecidas no meio onde se desenvolve e se faz a vida.

O indivíduo se sente socializado. Esta situação o tranquiliza. Sabe que assim como está em situação solidária para outrem, este estará atento para ele em momentos de maior necessidade. Não se sente desenraizado, porque a raiz das relações sócio-culturais está plantada em solo que lhe é comum, isto é, vive-os todos os dias, possuindo caráter de corriqueiro.

Enquanto o colono permanecer na tranquilidade da sua raiz, sentirá, mesmo que de forma distanciada, a solidariedade, a cultura, os valores religiosos e sociais do meio possam proporcionar. Há, neste sentido, a certeza de poder assegurar-se, de estabelecer-se e de fazer-se indivíduo e sujeito. Existem de fato referências. O sindicato é um espaço de luta e de resistência. A igreja é um espaço de consolo, de agradecimentos e de cantar as vitórias. A cooperativa assegura a comercialização, compra e venda de produtos, apesar de poder representar a dominação e a exploração, ela representa um referencial de solidariedade. A prefeitura como organização política de toda a comunidade é um lugar onde se pode buscar apoio ou fazer executar projetos como a construção de estradas, escolas e a oficialização de programas de saúde pública.

Ao viver e se relacionar num meio social onde as instituições gregárias possuem uma relativa ou mesmo completa funcionalidade, o indivíduo cria representações sociais que correspondem aos caracteres próprios desta região.

Ao se desenraizar ou ao se desterritorializar, ocorre um processo de estranhamento. Haverá a necessidade de reconstruir o espaço social, de reconhecer o espaço biofísico e de refazer o espaço simbólico. O estranhamento é um momento de colocar-se no ar, de não reconhecer a própria identidade e de desconhecer-se como grupo social ou como ser gregário. Toda situação nova representa o inusitado e o inesperado. O inesperado gera o medo, que por sua vez faz e traz a imagem do passado e do distante.

Na relação passado distante geograficamente e o presente distante cognitivamente é que se pode caracterizar os colonos do Sul do Brasil, os colonos da Encruzilhada do Natalino, em Lucas do Rio Verde, nas primeiras aproximações e no reconhecer o meio biofísico diferente. O diferente se torna hostil e não domado. O Eu não consegue criar de imediato uma identidade e uma identificação com o Outro. O Eu, ser cognoscente que possui percepções de espacialidade e de territorialidade do Sul do Brasil, necessita no novo espaço geográfico e biofísico se reconstruir. Criar, na verdade uma identidade com este outro que é desconhecido e estranho, que por isto é hostil e outras vezes hostilizado.

Mas o estranhamento não significa uma fatalidade. O estranhamento é um momento do Eu poder refazer-se e de melhor identificar-se. Frente ao estranho, o Eu tem a possibilidade de conhecer os seus limites, e sabendo-se limitado, superar-se. É assim, que o homem, ser inteligente, capaz de projetar as suas ações, antecipa a sua obra e idealiza o futuro, tem as condições de pôr-se e transformar o meio e a si próprio (Marx e Engels, 1986).

Neste sentido, ao procurar compreender porque os colonos retornaram na sua maior parte para Sul, não se pode afirmar que fora pelo estranhamento do meio biofísico: geográfico, climático, dos solos. Não fora pela desestruturação das relações sociais, culturais e econômicas que lhes eram próprias no Sul do Brasil. O retorno está em fatores que não representam a vontade e a capacidade do grupo social migrado.

Desconsidera-se o determinismo do meio biofísico sobre o homem, porque esta interpretação já está superada nas ciências. Os antropólogos estão convencidos desde 1920 “que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico”(Laraia: 1993, 2).

Assim não podem interpretar que os princípios do determinismo geográfico sobre a ação dos parceiros ao fazer a sua morada num ecossistema que se apresenta diferente, com cerrado em vez de mata; com chuvas temporizadas, em vez de constantes; com solos arenosos em vez de solos vermelhos, possa representar a sua desistência. Admitir que o homem é dominado pelo seu ecossistema é negar-lhe a capacidade de interagir com o seu meio, adaptando suas necessidades e edificando as suas utopias.

Já em 1950 a UNESCO declara que “os dados científicos de que dispomos atualmente não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam em fator de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam, entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos ou grupos étnicos. Eles nos informam, pelo contrário, que estas diferenças se explicam antes de tudo pela história cultural de cada grupo. Os fatores que tiveram um papel preponderante na evolução do homem são: sua faculdade de aprender e a sua plasticidade. Esta dupla

aptidão é o apanágio de todos os seres humanos. Ela constitui, de fato, uma das características específicas do *Homo Sapiens*.”(Id. Ib.,18).

Considerado desta forma, desconstrói-se o princípio do determinismo geográfico de que “as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural”(Id. Ib., 2). O homem é um ser de cultura, aquele que aprende comportamentos e avalia suas relações, portanto alguém que é capaz e que possui inteligência. Devido a “faculdade de aprender”, o homem afasta-se da natureza e sobre ela impõe e sobre ela age. Esta é uma referência que a ciência criou no passado, de que “graças à cultura, [...] a humanidade distanciou-se do mundo animal. Mais do que isto, o homem passou a ser considerado um ser que está acima de suas limitações orgânicas”(Id. Ib., 37).

Assim, o homem é visto como a espécie capaz de transformar o ecossistema adaptando-o a si e simultaneamente criando resistências no próprio organismo e reinventando a sua maneira de ver o mundo para adaptar-se a ele. A relação entre o homem e o ecossistema torna-se uma inter-relação e uma interação. O humano se faz um ser de cultura a partir das condições reais e concretas, portanto construídas e por isso históricas e culturais do seu meio. O homem é o que é devido às relações com o meio. Isto é, ele tem comportamentos determinados em conformidade com o ecossistema, enquanto interpreta e transforma o meio em correspondência com a sua visão de mundo. Na relação com o meio é que ele consegue explicar e recriar as suas ações e o seu comportamento. Portanto, “são as investigações históricas - afirma Brás - o que convém para descobrir a origem deste ou daquele traço e para interpretar a maneira pela qual toma lugar um dado conjunto sócio-cultural”(Laraia: 1993,37).

Portanto, o meio biofísico não é fator determinista da ação e da vontade do homem, que sendo um ser de cultura se faz e faz as suas relações com o meio. Neste sentido, ao se desenraizar, ao deixar o meio sócio-cultural no Sul do Brasil, o parceleiro que se estabelece em Lucas do Rio Verde tem todas as condições culturais para reorganizar as relações sociais. Na verdade é construir um novo ambiente carregado de símbolos e de significações.

Esta afirmação nos demonstra que o migrante, no caso um grupo se deslocando para uma região “vazia de cultura”, reconstrói o seu espaço cultural. Isto é, ao se estabelecer, ao lançar suas utopias, imagina e edifica a igreja, a escola, a rua, a praça, o hospital, a delegacia, etc. O migrante se refaz. O novo espaço é uma cópia do velho espaço sócio-cultural, porque o homem sendo histórico, está cheio de significantes, os quais reproduzirá no novo ambiente.

A invenção, ou o novo no novo terá ainda a influência dos espaços biofísicos íngremes, que ainda não foram culturalizados. Desta forma, o espaço sócio-cultural se fará sob padrões estéticos e arquitetônicos diferentes do local de origem. A primeira impressão é a do improvisado. A igreja feita de madeira, não possui estilos arquitetônicos bem acabados. A pressa de se reconstruir, e mesmo a incerteza do novo faz as coisas serem simples. A simplicidade só será superada com o passar dos tempos, quando o vendaval da primeira chegada e o desespero de fazer-se e refazer-se já tiver passado, e a tranquilidade de sentar-se e planejar estiver presente com maior intensidade.

Não bastasse a incerteza dos locais, em Lucas do Rio Verde, quando da chegada dos primeiros parceiros, estes ainda acampados sob as lonas improvisadas do exército, narra-se o falecimento de uma criança, a primeira morte após a chegada nas terras de Mato Grosso. Como a dor própria que envolve toda perda de um ente querido, somava-se a este grupo a situação desesperadora de não saber onde sepultar a criança, porque não havia ainda um cemitério. O cristão pela sua cultura, enterra as pessoas mortas em lugares que possuem ou estão carregados de significações. Assim o cemitério é o registro da memória de uma família ou de um grupo social. O inesperado estava em encontrar um local adequado para o que poderia estar simbolizando o “*locus*” da memória da vida passada de um grupo social. Foi assim, que “alguns homens” saíram a caminhar de noite para encontrar um lugar adequado. Caminharam em torno de dois quilômetros, aí decidiram que aquele local era apropriado visto que a cidade estava por iniciar e jamais alcançaria aquela altura. Este mesmo local hoje (1995) está no centro da cidade, perto da igreja matriz. Mas a questão que fica é a percepção do tempo e do espaço daqueles homens, que frente ao novo, ao vazio e à morte inesperada devem reconstruir o seu espaço religioso, trazer para o presente a significação e o espaço simbólico do cemitério, sem

poder imaginar o que era aquele tempo presente quanto menos se fazer futuro naquele instante.

O que fica registrado é a capacidade ou a “faculdade intelectual” de tomar decisões e implantar um espaço simbólico. Frente ao inusitado e ao desespero os homens e as mulheres conseguiram decidir. São, portanto, seres de vontades que carregam valores culturais através dos quais se identificam como grupo e tomam decisões determinadas.

Neste sentido, não se pode afirmar que as dificuldades do novo ambiente, no sentido da ausência de organizações seja de classe como sindicato, seja político-administrativas como prefeitura, ou religiosa como a igreja, pudessem representar o desejo definidor de retornar para o Sul. Já se mostrou acima que frente a uma situação nova, o homem tem a possibilidade de tomar decisões e inventar os seus espaços.

Qual foi então o fator preponderante para que das 203 famílias que saíram da Encruzilhada Natalino - RS, somente 14 permanecessem em Lucas do Rio Verde e as demais 189, 93,10% dos parceiros, abandonassem o seu lote?

Aqui está a questão crucial da problemática. Imaginava-se de princípio que o retorno era motivado em grande parte por razões do ecossistema, considerando que o colono que faz agricultura nas terras do Sul, com seu clima, solos, relações financeiras e comerciais específicas, não conseguia desenvolver agricultura no cerrado do Centro-Oeste devido a sua não adaptabilidade com o solo e o clima. Esta hipótese, porém foi logo abandonada porque ela representava um super-dimensionamento do fator natural enquanto não abordava e não valorizava a dimensão cultural. Esta questão ficou mais clara ao se adquirir conhecimento do que significava o determinismo geográfico, e ao se perceber que a hipótese levantada e as primeiras discussões eram extremamente deterministas. Apesar de falar que o homem é um ser de cultura, submetia-se o mesmo a uma outra perspectiva de possibilidade.

Abandonada a visão de que a natureza determinou a saída do migrante de Lucas do Rio Verde e o fez voltar para o Sul (não se pode indicar os números exatos, visto que não há registros oficiais sobre o destino dos parceiros que abandonaram o projeto);

caminha-se em direção a uma construção mais sócio-antropológica. Neste quadro faziam-se presentes hipóteses como as lembranças da terra de origem, dos familiares e dos amigos; o medo do novo, o desespero frente às dificuldades, a angústia perante o inesperado, a desilusão com as promessas.

Pode-se confessar que todas estas características estão presentes e foram parte constituinte do fazer-se no novo meio. Estas não foram no entanto determinantes. A pesquisa de campo, através das entrevistas realizadas com parceiros em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso e em Ronda Alta, Rondinha, Nonoai e Sarandi no Rio Grande do Sul, pode-se constatar que estes fatores eram superados nas relações de amizade e no incentivo que os parceiros se dirigiam mutuamente. Estes estabeleceram um clima de construção coletiva do que seria sua nova morada. A estrutura familiar, apesar do desejo de querer estar no seio familiar, constitui-se uma fonte de apoio e de incentivo. O núcleo familiar que permanece no local de origem representava a certeza de um local para retornar, apesar de significar um sentimento de vergonha - quando do retorno - visto que isto em parte simbolizava o fracasso pessoal. Mas enquanto o projeto está em funcionamento o núcleo familiar no Sul, supre algumas necessidades básicas, como gêneros alimentícios.

O que surpreendeu em maior parte, foi a revelação de que o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, não obteve êxito devido a má administração deliberada por parte do Ferreira, executor do projeto. Ferreira é um nome diabólico, tanto para os que ficaram como para os que voltaram. Os relatos das entrevistas são assustadores, mesmo para quem não viveu a história, e está só por ouvir para poder interpretá-la. “Aconteceu violência com os colonos. Aconteceram crimes na época. Era o pessoal do próprio INCRA, e eles culpavam os colonos e batiam neles. [...] O executor era uma pessoa violenta, que, ou você era a favor do cara ou era contra ele”(Paulo).

Enquanto os parceiros relatavam a sua revolta contra o executor, vinham às suas mentes a aventura da viagem; as primeiras impressões, o sonho de finalmente ter a terra própria; a primeira plantação; as primeiras frustrações; reaprender a ser agricultor em outras terras, as noites de luar no cerrado, o sol nascente e poente, os pescados, as incertezas e as possibilidades que se fundiam no sertão.

As lembranças do espaço físico e da aventura são narradas de forma poética. Hoje a saudade dos tempos difíceis são contados com orgulho, tanto por quem permaneceu na terra como por aqueles que retornaram. A narrativa épica só é cortada ao entrar a voz tridente e melancólica, carregada de ódio e de rancor quando a referência é o Ferreira e o seu grupo de capatazes “armados até os dentes” com fuzis e metralhadoras. “O próprio chefe do INCRA ameaçava com armas de fogo o companheiro no meio do mato, gente honesta e trabalhadora, quando queriam falar a verdade mandavam calar a boca, ameaçava de morte. Nós não somos acostumados com isso. Então se desesperou, a família, a mulher, filhos que tinha. Vamos embora, aqui não é lugar nosso, para gente morar aqui. Vão matar todos nós, não tinha como ficar num lugar desses”(Valdomiro).

Quando os colonos são perguntados se o Ferreira administrou o assentamento objetivando o seu fracasso, a resposta é unânime: Sim. Mas com que objetivo? Pelas respostas pode-se tirar três conclusões. 1 - Para mostrar a todos que colonos sem as terras, não são proprietários porque são incompetentes para administrar e não sabem trabalhar. Por estas situações eram considerados “gaúchos frouxos” e vagabundos. Vagabundos, o autor desta dissertação pode afirmar que não são, pois indo ao encontro dos colonos para entrevistá-los, encontravam-se, os que permaneceram na terra, em Lucas do Rio Verde, trabalhando - colhendo soja, no ano de 1996 com suas colheitadeiras - além de estar inovando e investindo na produção de leite e na suinocultura. No Sul - alongou-se a estada nas terras da Região de Ronda Alta, porque os retornados estavam colhendo soja - ou nas suas plantações ou nas de terceiros, além de encontrar outros tratando de vacas leiteiras e/ou da criação suína. Situação e condição que nega a afirmação que os parceiros não queriam trabalhar. 2 - Uma situação de corrupção. Os parceiros, como trabalhadores sem a terra, estavam descapitalizados, dificultando o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada e moderna da forma como preconizava o INCRA, sendo este um projeto do governo da época, nos anos 80. Esta situação levou o executor a pressionar os parceiros a venderem os seus lotes para terceiros. Esses terceiros geralmente eram agricultores que vendiam suas terras no Paraná e migravam para o Mato Grosso para aquisição de áreas mais amplas daquelas que possuíam. Por terem vendido no Sul sua propriedade, possuíam um pequeno capital financeiro para adquirir a propriedade e investir nela. Porém a transação comercial da terra não se constituía num ato

lícito “a lei é clara e o seu descumprimento também.”(RDM:14). Ocorria uma falsificação organizada de títulos, além da interferência do Ferreira para que o parceleiro vendesse o título do seu lote. “Foram embora por causa da violência, outros porque facilitavam a venda. Em vez de proibir a venda que é o essencial da reforma agrária: você não pode vender, você não é dono da terra. Mas era incentivada a venda da terra.”(Gleci). Nesta transação o Ferreira sempre ganhava em percentual da parte do comprador, visto que se empenhava no negócio e porque no final o comprador e o executor ganhavam. 3- A instalação de uma ambiência de terror e medo. Os parceleiros retornados acusam que eram perseguidos e maltratados. Eram torturados fisicamente, presos no mato, apanhavam até sangrar e não poder mais. Além da tortura física direta, ocorria ameaça à família (mulher e filhos) além da queima e quebra dos pertences familiares. Os parceleiros que permanecem na terra reconhecem que o Ferreira era violento, não porém diretamente com eles, mas com os outros. Dentre estes outros os quais se conseguiu entrevistar, havia uma fala unívoca: a razão do retorno ao Sul fora o terror, a perseguição, o medo, a corrupção e a violência implantada no projeto de Assentamento: “por trás do cenário é possível desvendar uma história de medo, corrupção, politicagem e falcatruas”(RDM: 14). A prática direta da violência sobre o camponês tem usualmente a finalidade de extorquir pagamento pela terra que ele ocupam ou de expulsá-lo”(Foweraker: 1982, 49).

A prática da violência, não se caracteriza como um fator *sui generis* na fronteira pioneira. Como demonstra Foweraker, a violência é um processo intrínseco às sociedades estruturadas e estratificadas em classes sociais. A expansão da fronteira não tem como objetivo proporcionar o acesso à terra ao camponês, embora estes “...vão para a fronteira em busca de terras para se estabelecer, e assim promoverem sua subsistência. [...] O Estado intervém na fronteira para promover e completar o ciclo da acumulação, e atua através dos mecanismos legais de funcionamento de suas agências burocráticas para mediar a luta pela terra. [...] A violência é parte integrante da luta, mediando-a tanto quanto resultado dela. Outras formas de mediação somam-se à possibilidade da violência. As classes em luta vivem a violência desigualmente, e vêem-na de modo diferente uma da outra. A violência penetra as percepções e práticas da fronteira pioneira”(Id. Ib., 42).

Quando a violência é resultante do Estado capitalista autoritário, é porque “esse Estado, dadas as suas bases sociais, é incapaz de medir as regras da burguesia através

de mecanismos de consenso e consentimento (com mediações como sufrágio universal, igualmente perante a lei, instituições representativas e todos os atributos políticos da ‘cidadania’ nacional). De fato, a ‘incapacidade’ não está no Estado, mas precisamente na Burguesia, que não é hegemônica, conforme é largamente aceito agora. Ela é economicamente dominante mas não politicamente dirigente, no sentido de formar a sociedade à sua própria imagem”(Foweraker: 1982, 41).

4.3. - A Volta para o Sul como uma Ação de Resistência.

Deve-se compreender que o retorno para o Sul não significou para os agricultores um simples fracasso. Mas a avaliação e a representação social de fracassado existiu, ocorrendo tanto em relação ao Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, quanto a volta, ao início, ao ponto de partida, ao ponto zero. No entanto, não se pretende somente demonstrar que a experiência da colonização se reduziu ao sentimento de fracasso. A experiência proporcionou aos migrados possibilidades de avaliação das relações das estruturas que se estabeleceram com referência à distribuição e ao acesso à terra. Indica-se que no movimento de migração para o Mato Grosso, a experiência de fracasso, o retorno para o Sul e a reintegração em movimentos sociais que lutavam pela Reforma Agrária, ocorreu um processo de “gestação da recusa” das políticas econômicas e sociais adotadas. Elas se constituíam em fatores de recusa e de resistência pelo compartilhar das suas experiências de fracasso em projetos de colonização. As famílias retornaram “desiludidas com as condições gerais de trabalho, de infra-estrutura, de saúde, etc., que comprometeram suas perspectivas de futuro”(Gehlen: 1985, 159). No processo de retorno ocorreu o contraste da representação social do fracasso surgido a partir da experiência desastrosa no assentamento realizado em Lucas do Rio Verde. A gestação da recusa do fracasso manifestou-se pela incorporação aos movimentos sociais pela conquista da terra e/ou pelo arrendamento de uma porção de terra para se reproduzir enquanto categoria social.

Para Santos (1985) o colono retornado tem um “papel político de estímulo à denúncia da colonização como alternativa à crise do campesinato meridional. [...] Os colonos retornados não só têm possibilidades de participar como realimentar pelo relato de suas experiências, os movimentos dos camponeses meridionais”(168-169). Vale dizer, os migrados retornados ampliaram a sua visão de mundo a partir das experiências vividas, e estas possibilitaram a manifestação da recusa das políticas existentes, incluindo-se nos movimentos que se contrapunham ao processo colonizatório.

Interpretando a trajetória dos colonos do Sul do Brasil para a Amazônia e o seu retorno, Santos ainda aponta que o “retorno da Amazônia lhes aparece como um direito de liberdade numa sociedade na qual há uma ‘democracia louca’ pois ‘uns tem demais e outros não tem o mínimo’”(181). A liberdade se manifesta principalmente na possibilidade de criação e explicitação das contradições existentes entre o discurso oficial apresentado pelo Estado-militar e as condições reais encontradas nos projetos de colonização. A resistência pode ser apontada como sinônimo de contestação das políticas oficiais que direcionavam as práticas governamentais para a efetivação da colonização e da migração. A resistência pode ser interpretada principalmente pelo horizonte lançado por Santos quando se refere que os colonos “retornaram com a consciência modificada pela árdua experiência das novas terras e, agora, reagem, denunciam e participam da gestação da recusa da política de colonização”(Op. cit. 185).

Em relação ao Mato Grosso o sentimento de fracasso se registra principalmente pelo espanto frente à imensidão de terras disponíveis: “eu nunca imaginava que tivesse tanta terra assim”(Ambrósio). Ora se tem “tanta terra assim”, então é possível tê-la e fazer produzir. Mas o que acontece que apesar da imensidão das terras, não há uma correspondência no processo distributivo e produtivo? A resposta de um parceleiro retornado nos proporciona uma direção para visualizar a contradição entre terras disponíveis para a produção e a não efetivação da produção: “fomos jogados na terra como se fôssemos uma semente. Jogados no chão e nunca mais caiu uma gota de água para germinar”(Luís).

O sentimento de fracasso é relativo à situação vivenciada, há uma correlação entre o projetado e o efetivado. O projetado era a conquista real e efetiva da terra e as infra-estruturas necessárias para fazê-la produzir. Quando estes fins e os cálculos relacionados aos projetos não ocorreram efetivamente, então há uma avaliação de frustração. Configuravam-se ideais: “eu ia melhorar mais e produzir mais, para sobreviver com minha família, porque ia ganhar mais terra e por isso tinha espaço para produzir”(Edir).

Os meios teriam que ser inventados para corresponder aos fins. Nas falas dos parceleiros há uma manifestação objetiva das finalidades, pois eram essencialmente as

razões por que ocorreu a migração: ter terra, fazê-la produzir e criar um futuro melhor para a família. No entanto, esses objetivos se frustraram nos encaminhamentos cotidianos. “Na organização do assentamento o INCRA coordenava e decidia as coisas, eram ditadas as regras e nós obedecíamos. Exemplo: você faz esse serviço e tínhamos que fazer, mesmo estando errado, mas era ordem”(Ambrósio).

O meio constituiu-se também em situação de poder. No Acampamento da Encruzilhada Natalino experimentava-se uma ação coletivizada de encaminhamentos e de decisões. O acampamento funcionava por intermédio de comissões que faziam com que os acampados assumissem responsabilidades político-administrativas e ensaiavam uma democracia participativa no processo decisório. O acampamento foi um ensaio para a participação democrática efetiva, porque não é possível um homem e/ou uma mulher fazer-se democrático/a de um instante para outro, sem uma experiência mediadora. O processo de uma ruptura do velho homem autoritário para o ser e fazer-se democrático é processual, por isso gradual, conflituoso e contraditório. A aprendizagem é a capacidade de avaliação constante das falhas cometidas e identificadas.

Como considerar então que homens e mulheres que vinham de um processo de aprendizagem não pudessem participar efetivamente na instrumentalização do Assentamento de Lucas do Rio Verde? A situação mais indicada pelos parceiros é a centralização e a concentração do poder nas mãos do Ferreira. Este se tornou a única autoridade: “era o padre, era o juiz, era o delegado, era o prefeito”. Era enfim tudo. Constituiu-se o executor do projeto, numa autoridade temida e que não abria espaços para o desenvolvimento de uma prática democrática participativa.

A atuação do administrador do projeto era acusativa. Esta realidade está explicitada no processo número 397 da Coordenadoria Regional do INCRA Mato Grosso, encaminhada pelo executor do Projeto Especial de Assentamento Lucas do rio Verde, que acusou os parceiros de terem vendido “insumos a preços inferiores ao da compra, com intuito de sustar a safra e requerem o seguro PROAGRO.” No mesmo processo aparece o pedido de “cancelamento dos lotes desses colonos.” A acusação por parte do Ferreira, ocorreu a partir de informações de “fontes fidedignas”, apontando parceiros de agirem de “má-fé”.

Este processo teve início no mês de janeiro de 1983 e levou à constituição e instalação de uma comissão de sindicância para apurar os fatos. Nos termos de declaração, o primeiro a comparecer foi o senhor José Ferreira Soares, executor e acusador, para prestar informações. Na declaração anunciou que não possuía provas concretas e que “os denunciados são parceiros de conduta irregular perante a administração do PEA; salientou o declarante, que os indiciados não têm demonstrado o mínimo de interesse pelo desenvolvimento dos seus lotes, visto que, preferem ficar vadiando ou perambulando pelos bares do Núcleo Urbano, ao invés de estarem dotando seus lotes com hortas e criação de animais domésticos.”

No decorrer do processo, apareceram as declarações dos denunciados que afirmaram desconhecer os termos da acusação além de afirmarem que nunca haviam vendido insumos. Durante as declarações dos acusados, ocorreu uma relação amistosa com a Comissão de Sindicância, mostrando aos verificadores a seriedade para fazer a lavoura, indicando alguns sacos ainda estocados ou os sacos vazios, resultado da aplicação do insumo na lavoura.

Dentre os declarantes, somente um parceiro confessou ter vendido Sulfato de Amônia, “visto que o vendedor alegava necessidade de subsistência”. Outro fato ainda indicado pela Comissão de Sindicância é que foi declarado pelos acusados que estes agiram “espontaneamente alegando desconhecer as normas que lhe vinculam ao compromisso firmado com o Banco do Brasil visto ser a primeira vez que opera com um órgão financeiro de investimento e custeio para a lavoura”.

No “Diagnóstico Técnico de Constatação” concluem os membros da Comissão de Sindicância: “não podemos responsabilizar nem os parceiros e nem os empreiteiros de qualquer anomalia decorrente do plantio [...] os parceiros relacionados no processo n.º 347/83, atingirão a produtividade prevista, salvo eventos previstos. [Por isso] não deverão sofrer qualquer espécie de restrição ou punição, tendo em vista a ausência de provas contra os mesmos.”

A situação relatada se agrava quando se dá voz para os parceiros. Afirma um deles: “teve gente que falou que o nosso grupo só enchia a cara, só bebia cerveja. Coisa que não era verdade. E outros mentiam para o Ferreira. O Ferreira ficou com raiva, fizeram assinar documentos na marra, para vender a terra”(Riogão).

O Assentamento toma uma atmosfera de terror. O inimigo pode estar em qualquer canto e na presença de qualquer pessoa. O executor do projeto tornou-se um exímio ouvitor de “fofocas”, tanto que fez instalar uma comissão para provar o que e do que não haviam provas concretas. Havia sim, reais necessidades e problemáticas a serem superadas pelos colonos no sertão do Centro-Oeste Brasileiro. Problemas como estes que foram relatados por parceiros retornados: “a terra era produtiva, só faltava recursos. Se o INCRA tivesse nos ajudado não teria desistido dessas terras”(Luís). “A terra era boa, mas faltava orientação técnica, acompanhamento”(Ambrósio).

Declara o parceiro: “se o INCRA tivesse nos ajudado.” Mas afinal o INCRA não ajudou? Na voz dos parceiros a ajuda do INCRA, foi ingrata e ineficaz, de forma que o “assentamento foi administrado para não dar certo.” Os parceiros foram colocados numa teia de relações que os impediam de se movimentarem. Estavam tão amarrados que sequer conheciam os termos do contrato efetuado pelo Banco do Brasil, ou mesmo o conhecendo, não possuíam uma organização, uma voz política que pudesse modificar termos do contrato.” “...chegamos lá e fomos muito explorados começa já pela empreitada, serviço de abrir o cerrado. Já é um terceiro, então não havia acordo e investimento. Então onde a gente poderia estruturar, comprar máquinas, trator”(Alves).

Os fatores de produção, acusações, perseguições, falta de recursos, de acompanhamento técnico, de corrupção e instalação de uma ambiência de terror, criou entre os parceiros uma atmosfera de desesperança e desestímulo coletivizado. Esta situação levou os parceiros a vender “a terra pela dívida e pela passagem”(Ambrósio).

As condições reais vividas pelos parceiros são fatores objetivos de avaliar e apontar o fracasso. “A minha volta foi um fracasso, porque o que eu tinha lá, ficou tudo, só voltei com a mala nas costas”(Alves). “Foi um fracasso sim, pois quase dois anos entre

o acampamento e a ida para o Mato Grosso. Aí tive que recomeçar tudo de novo, arrendando terra e dividir o teto com meu pai”(Luís).

Registra-se que o sentimento ou mesmo o cálculo do fracasso se dirige também ao Sul. “Hoje tenho dois alqueires ou cinco hectares, porque meu pai me deu, senão não tinha nada”(Edir). “Nós ficamos um ano morando com o pai e a mãe, porque nós não tinha onde ir”(Riozão).

A razão da frustração se repete no Sul. Há que se considerar fatores que influenciaram diretamente na situação. Primeiro, o acampamento deu-se pelo fato de ter havido um processo de exclusão social na estrutura fundiária no Sul do Brasil, daí porque a luta pela terra. Segundo, a migração ocorreu porque houve uma possibilidade de possuir a terra no projeto de colonização. Terceiro, no projeto de colonização - PEA de Lucas do Rio Verde ocorreu uma segunda exclusão, porque os colonos que haviam migrado para se reproduzir enquanto categoria social, ou como agricultores, não alcançaram este objetivo no projeto de assentamento.

A re-exclusão causa um movimento de abandono e de retorno de muitos para o Sul. O processo de retorno, no entanto não pode ser interpretado como um simples fator decorrente do fracasso e da frustração. É claro que estes fatores ocorreram. No entanto, quer-se aqui apresentar a tese que o retorno foi um fator e um ato de resistência. Compreende-se o processo da seguinte forma: ao ocorrer a exclusão social e a marginalização do processo produtivo na colonização, os parceiros poderiam optar em não retornar ao Sul e empregar-se como assalariados rurais nas fazendas da região ou mesmo se deslocar para as cidades próximas que estavam em formação para se empregar num emprego urbano. Este não foi o procedimento adotado. No momento em que o agricultor excluído resiste e acampa para lutar pela terra, o seu objetivo é se reproduzir enquanto agricultor. Neste instante ele apresenta uma resistência ao processo excludente. A sua voz e a sua ação contrapõem aos comandos centralizadores da terra. A resistência é um fenômeno político, isto é, tomado por uma necessidade e por um discurso que arregimenta as vontades individuais para uma ação coletivizada. Interpretada sob uma perspectiva histórica de maior radicalidade pode-se afirmar com Marx que “os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum

contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns contra outros na concorrência.”(1986: 84). Neste sentido é que os parceleiros demonstram força de resistência, quando conseguem agrupar as suas desilusões e retornar para o Sul reintegrando-se no movimento pela conquista efetiva da terra. Ao lutar pela terra, o agricultor expropriado estabelece uma relação de contradição com o proprietário da terra, antagonizando perspectivas e interesses. Sob este aspecto o retorno para o Sul dos parceleiros de Lucas do Rio Verde demonstrou e evidenciou os conflitos existentes entre os procedimentos adotados pelo grupo social dominante, proprietários dos meios e dos instrumentos de produção, além dos mecanismos jurídicos e institucionais para articular e fazer prevalecer o *status* dominante, isto é, reproduzir nas frentes de colonização, os valores e as relações já existentes nas regiões do Sul do Brasil.

No caso específico do retorno, há sob a primeira instância uma explícita orientação que provocou a exclusão dos parceleiros. O retorno foi compreendido por estes como um fator de fracasso, e as respostas dadas em relação a esta questão foram enfáticas, “o retorno foi um fracasso sim”. O fracasso se dá frente a um cálculo. O colono visualizava probabilidades de obtenção da terra. Esta é fator de êxito, que deve ser associado com a efetiva permanência na terra. O contrário desses fatores é indicado e incluído no cálculo do fracasso. Porém, o fracasso é demonstrado ainda, com maior ou menor ênfase, em conformidade com as maiores e menores possibilidades de se reproduzir enquanto agricultor.

Ao retornar para o Sul, o parceleiro retorna para o centro da sua família, para recomeçar a sua vida de agricultor no Sul. Alguns parceleiros retornaram para o Acampamento da Encruzilhada Natalino, sempre com o objetivo de conquistar ou mesmo reconquistar a terra e fazer-se agricultor. Em ambos os casos há uma avaliação de frustração, porque o retorno só se realizou porque há a necessidade e a vontade de reproduzir-se como agricultor. No instante em que este ato se torna possível o sentimento de frustração perde a intensidade, porém continua presente, porque o retornado, mesmo possuindo 5 ou 10 hectares no Sul, tem na lembrança os 200 hectares que deixou no Mato Grosso. Apesar desta situação ele se refez agricultor, apresentando uma resistência ao processo de exclusão do agricultor da parcela dos agricultores.

Registra-se a dicotomia e a contradição presente no processo de migração, pela qual os colonos visualizavam ter acesso à terra, e o retorno para o Sul do Brasil, que simbolizou a frustração no Assentamento em Lucas do Rio Verde. O retorno não significou, no entanto, um processo de completa frustração, apesar da representação de fracasso surgido entre os parceiros, porque os retornados tornaram-se agentes políticos e conscientizadores, ao relatar as suas experiências, explicitando as contradições e a re-exclusão que ocorreu nos projetos de colonização nas fronteiras agrícolas, reforçando as atitudes e as representações sociais gestadas entre os sem terras no Sul do Brasil, para resistir e lutar pela terra na região de origem, negando a orientação do Estado-militar de ocupação e colonização da Amazônia.

CONCLUSÃO.

Pode-se concluir que o processo de migração-colonização que ocorreu nos anos 80 para o Norte de Mato Grosso, ou mais especificamente para Lucas do Rio Verde, faz parte de um conjunto de disposições incorporadas por agentes sociais que orientaram a sua ação para a conquista da terra. Enquanto agricultores, interpretando-se como membros de uma sociedade excludente, criam representações para romper com a estrutura agrária. O fator estruturante coloca-se no momento em que ocorre a disposição conflitual com a estrutura estruturada, colocando o corpo e a vida para provocar um processo estruturante, ou a efetivação da reforma agrária.

O processo estruturante é conflitual para os agentes sociais que criaram uma perspectiva de ruptura. No entanto, quando surgiu o fenômeno da colonização não ocorreu um simples fato de oportunidade, ou de equívoco em relação às representações criadas, mas configurou-se um meio para o direcionamento da perspectiva de estruturação, ou da conquista da terra em outra região geográfica e cultural.

É nesse sentido que o Estado-militar brasileiro, que tinha como orientação a modernização da agricultura, a ocupação dos espaços vazios da Amazônia, com base na Doutrina de Segurança Nacional, não estabelecia relações de diálogo com os seus oponentes, não aceitava a reivindicação e a proposição do projeto de reforma agrária, que se tornou uma exigência dos agricultores que estavam à margem do processo produtivo e que não tinham acesso à terra. Pelas características próprias de um Estado autoritário, o Estado-militar, mobilizou suas forças coercitivas e repressivas para desmobilizar a organização de base dos agricultores que estava nascendo na Encruzilhada Natalino. Espalhar o medo, o terror e as desavenças entre os acampados foi a estratégia aplicada pelo Estado, que tinha no Major Curió seu representante mais expressivo e que com sua ação conseguiu “convencer” 203 famílias do Acampamento da Encruzilhada Natalino e transferi-los para o Mato Grosso.

A situação central da articulação política e as pressões realizadas pelo Curio foram tentativas de desmobilizar o movimento dos agricultores sem terra, a fim de desfazer o “fantasma” que revelava as contradições de um Estado que promovia o discurso do progresso e da modernização e que exibia os números do crescimento econômico. Deixar os excluídos fluir na sua organização significaria naquele momento, e significará em todos os momentos da história, para as elites políticas e econômicas, deixar forças e identidades de excluídos se organizarem e criarem reais condições de desconstrução do sistema e das estruturas hierárquicas que são a base de sustentação da desigualdade social.

A elite política e econômica no Brasil representa a negação da construção de sujeitos livres e criativos. Desconstruir as estruturas que permitem a existência e a reprodução das condições de elites e de excluídos, é a proposição de edificação de uma sociedade cidadã. Porém uma cidadania emancipatória, conquistada a partir do desvelamento das contradições sociais e econômicas. É na organização e na participação que os homens e as mulheres reais e concretos que viveram sob organizações e práticas autoritárias poderão corroê-las, tendo procedimentos pedagógicos que os levarão a aprendizagem de atitudes democráticas. A democracia requer a consideração do Outro, isto é, a relação onde o Eu se desfaz de si e lança o seu olhar na direção do Outro, nas suas semelhanças e nas suas diferenças. A democracia é um constante aprender, por isso uma relação pedagógica que se estabelece entre os membros da sociedade, reconstruindo constantemente suas representações sociais.

Pode-se então considerar e concluir que o acampamento é um aprendizado. É um processo que evidencia as contradições e as possibilidades de construção alternativas. O movimento representa, sob este aspecto, a possibilidade da transformação das estruturas avaliadas como arcaicas, porque excludentes. Diferentemente dos procedimentos adotados pela modernização da agricultura, que avalia como arcaica toda propriedade rural que não atinge altos índices de produtividade, o movimento social tende a avaliar como estruturas arcaicas todas as que não promovem a inclusão social. Sob este aspecto podem-se considerar como práticas transformadoras todas aquelas que desempenham ações e reflexões, enfim processos de aprendizagem no campo político, enquanto conquista das liberdades individuais e coletivas. Estende-se a conquista do campo político para o campo social, através do qual homens e mulheres terão

possibilidades da participação e da aquisição de hábitos relacionais que consideram a alteridade, enquanto fenômeno da construção do Ser-Mais. No entanto, a democracia não poderá permanecer no campo do político e do social, mas necessariamente deverá evoluir para o campo econômico, entendido como processo de desestruturação das estruturas arcaicas, concentradoras e excludentes que geram tanto a pobreza material quanto a pobreza política.

Avalia-se assim que o Estado-militar ao transferir 203 famílias da Encruzilhada Natalino para Lucas do Rio Verde tinha como objetivo a efetivação da ideologia desenvolvimentista, que tem como base a perspectiva economicista, isto é, a promoção do crescimento dos índices do volume absoluto da produção. Para a consecução destes objetivos tornavam-se válidos tanto a incorporação de tecnologias e o processo de maquinização do campo nas regiões já ocupadas, como conquista de novas fronteiras agrícolas, somando ao sistema produtivo novas áreas agricultadas. Sob este direcionamento, o Estado-militar não proporcionava meios para a efetivação de instantes de aprendizagem para que os agricultores “tradicionais” se incorporassem no sistema produtivo. Os procedimentos adotados eram excludentes para os que eram considerados incompetentes para implantar o modelo modernizador no campo.

Ao acampar à beira da estrada e protestar, os agricultores sem terra, começaram a desafiar o sistema. Por esta ação e porque o Estado tinha um caráter autoritário, portanto de não diálogo, estes foram julgados e avaliados como incompetentes e subversivos, recebendo condenações sumárias e de degredo. O degredado do moderno sistema produtor rural se dirigia para a favela ou quando resistia no campo o Estado lhe oferecia a oportunidade de colonizar terras em regiões da Amazônia.

Assim, os agricultores sem terra acampados significaram uma dupla caracterização: tornaram-se fenômenos de evidenciação da exclusão social e econômica promovidas pelo sistema modernizador e apresentando resistência ao processo que os empurra para fora ou para a margem. A resistência simboliza a capacidade avaliativa da exclusão e por outro a capacidade de mobilização político-organizativa enquanto forma de protesto e de proposição de um modelo alternativo. Considera-se que a reivindicação da reforma agrária é a proposição de um modelo alternativo, porque enquanto a estrutura

agrária predominante no chão brasileiro exclui o trabalhador, um projeto de reforma agrária deve apresentar a capacidade de inclusão tanto no aspecto produtivo quanto na construção da cidadania. Neste sentido a reforma agrária é a proposição da construção da democracia nos níveis político, social e econômico. Somente os três níveis edificados simultaneamente e de forma inter-relacional é que poderão oferecer a possibilidade concreta de construção de uma cidadania incluínte e participativa.

Sob esta conclusão, indica-se que quando agricultores migraram do Sul do Brasil para o Mato Grosso, a fim de conquistar a terra e integrar-se efetivamente no sistema produtivo e fazerem-se cidadãos, estavam se direcionando para a alternativa da consecução dos seus objetivos. No entanto, ao avaliarem e interpretarem que nos sertões do Mato Grosso no princípio da década de 80, repetia-se o processo de exclusão, começaram a apresentar formas de resistências. Porém, diferentemente do Sul, onde havia uma organização razoável da sociedade civil, representada pelos sindicatos, pelas igrejas e pelos partidos que os apoiavam na organização política quanto nas necessidades materiais, o sertão luquense não somente representou um vazio de organização de entidades econômicas, como bancos, armazéns, mercados, mas apontou principalmente para o vazio da capacidade organizativa do coletivo. Este vazio se deveu principalmente não devido à incapacidade dos assentados de proporem situações ou cenários de organização, mas foi causado pelos procedimentos administrativos e políticos adotados pelo executor do INCRA que procedeu com métodos autoritários, espalhando entre os assentados o medo e o terror, promovendo a desesperança através de práticas corruptas e violentas. A violência direta foi a forma de expulsão. Enquanto no Sul a violência ocorria de forma impessoal e velada através de instituições, no sertão luquense a violência se expressava de forma direta através do executor do INCRA e seus capangas que horrorizavam os assentados, levando-os a abandonar as terras para eles destinadas.

A ação do abandono não pode ser interpretada como um simples fracasso, mas basicamente a manifestação de um processo de resistência contra a re-exclusão. Considera-se o seguinte: a primeira exclusão ocorreu no Sul do Brasil, assim como a primeira resistência. No Mato Grosso, ocorre a segunda exclusão, e uma nova perspectiva de resistência. A resistência ocorre quando o agricultor se dispõe a lutar para se reproduzir como agricultor. Quando esta possibilidade não ocorre, criam-se métodos de resistência.

Desta forma, a primeira resistência manifestada foi a decisão de acampar-se à beira da estrada. A segunda resistência foi a decisão de abandonar as terras no Mato Grosso. Os dois métodos possuem a mesma razão de fundo, o protesto, a reivindicação e a proposição de fazer-se cidadão, de conquistar o direito de ter direitos.

Aqui se apresenta um problema de conclusão para o presente trabalho. Há duas situações a serem consideradas. A primeira se refere à representação que os parceiros assentados no PEA - Lucas do Rio Verde gestaram. Esta simbolizou para eles um momento de desilusão e de fracasso. A representação de fracassados, gestada socialmente, deveu-se pela avaliação de não consecução dos objetivos pelos quais migraram, isto é, a conquista e a permanência na terra. A segunda situação é mais uma interpretação das representações criadas e pelo envolvimento dos parceiros retornados em movimentos sociais de resistência à exclusão social, ou pelas manifestações individuais de apoio aos acampados e pelos testemunhos prestados contra os projetos de colonização, quando da narrativa de expansão das fronteiras agrícolas.

Estes dois momentos não são resultantes de processos históricos distintos, mas estão imbricados dialeticamente na evolução de um perfil e de um pensamento político-ideológico que organizou a modernização da agricultura e que mobilizou levas de agricultores para ocupar os “espaços demograficamente vazios” na Amazônia.

Muito mais do que percebê-los de forma estanque e mecânica, a representação do fracasso gestada pelos parceiros e a interpretação como ato de resistência por parte dos que abandonaram os lotes rurais e retornaram para as regiões de origem, constituem-se em fatores de análise do fenômeno de exclusão social da produção familiar não modernizada, característica da política implantada através da filosofia da “revolução verde.”

O contraste aqui registrado é a explicitação da dicotomia que se apresentou ao agricultor: submeter-se aos encaminhamentos de exclusão social promovidas pelas políticas públicas, associado ao capital privado e monopolista, ou apresentar ações de resistência para a promoção e viabilização de procedimentos e de políticas de inclusão social. A dicotomia é o contraste dos modelos de desenvolvimento que apresentam

orientações distintas. Enquanto o modelo de modernização do campo brasileiro promoveu a incorporação de tecnologias para aumentar a produtividade da agricultura, associando-a ao capital agroindustrial e agro-exportador, a ação e a organização do movimento social voltou-se para a negação do modelo modernizador excludente, propondo políticas e modelos que incorporassem e tivessem procedimentos de inclusão do produtor familiar.

As possibilidades dos dois projetos, colocados aqui de forma genérica, não se restringem a uma discussão das viabilidades técnicas e de mercado, mas propõem reflexões que vão além do fenômeno de incorporação da viabilidade técnica. É uma opção política, quanto da eleição de um modelo de desenvolvimento do campo brasileiro. A modernização associada à exclusão social ofereceu instrumentais de viabilização do capital e da propriedade que se estruturou em conformidade com a racionalidade e a contabilidade capitalística, de obtenção de maiores lucros em menor prazo. Em contraposição a esta metodologia, a resistência dos agricultores excluídos propõe o desenvolvimento da agricultura, no entanto, sem a lógica de exclusão da agricultura familiar não modernizada, mas a criação de políticas que instrumentalizassem em termos técnicos, financeiros e pedagógicos a incorporação de produtor familiar no processo social de produção e de consumo, condições e situações que caracterizam uma sociedade cidadã, portanto de não exclusão social.

O desafio para as ciências, para o planejamento de políticas públicas e para as práticas cotidianas dos agentes sociais, centra-se na capacitação e na implantação de um processo de reaprendizagem para a desconstrução do modelo modernizador, etnocentrista e epistemicida, excludente e destruidor do ambiente biofísico e da diversidade sócio-cultural. A orientação epistemológica e metodológica está voltada para a edificação de um paradigma que incorpore procedimentos voltados para a recuperação e a manutenção das diversidades sócio-biofísico-ambientais, conceito que deve incluir tanto as perspectivas de superação das desigualdades sociais, da exploração-dominação do homem pelo homem e das práticas destrutivas do ambiente natural, para a edificação do modelo de *desenvolvimento sustentável*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ANDRADE, Manuel Correa de. **A questão do Território no Brasil.** São Paulo-Recife: HUCITEC/IPESPE, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAUER, Martin. **A Popularização da Ciência como Imunização Cultural: a função de resistência das Representações Sociais.** In. Textos em Representações Sociais. GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 1995.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** Trad. Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo.** Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

----- **Qual Socialismo?: debate de uma alternativa.** Trad.: Iza de Salles Freaza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas.** Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

----- **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

----- **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Trad. Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papirus, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS. PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. **Coletânea: legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência.** Elaboração de Maria Jovita Wolney valente. Brasília.

BUARQUE, Cristovam. **A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

----- **O Colapso da Modernidade Brasileira e uma Proposta Alternativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 1993.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas agrários em América Latina: De la etapa prehispánica a la modernización conservadora.** México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade.** (mimeo). Tese de doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, março de 1995.

COULON, Alain. **Etnometodologia.** Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

CUNHA, Aécio S. **Uma Avaliação da Sustentabilidade da Agricultura nos Cerrados.** Brasília: IPEA, 1994.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida.** Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.- Cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: L & PM: Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1985.

----- **Globalização, Agricultura e Meio Ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos Cerrados.** In.: DUARTE, Laura Maria Goulart & BRAGA, Maria Lúcia de Santana. *Sociedade e Biodiversidade na Região dos Cerrados.* Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998.

----- **O Cooperativismo como Espaço de Politização da Questão Tecnológica.** In.: PORTO, Maria Stela Grossi (org.). *Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro: dimensões e olhares.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

----- **O Sonho Refeito: dos socialistas utópicos à utopia do cooperativismo ambiental no Brasil.** In.: PORTO, Maria Stela Grossi (org.). *Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro: dimensões e olhares.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

----- **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil.** Trad. Maria Isabel Erthal abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

----- **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

FLOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra: a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

----- **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEHLEN, Ivaldo. **A Luta Pela Terra no Sul a Partir do Caso dos Colonos de Nonoai.** In.: SANTOS, José Vicente dos (org.) *Revoluções Camponesas na América Latina.* São Paulo/Campinas: Ícone/Editora da Unicamp, 1985.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **O Massacre da Fazenda Elmira.** Petrópolis/RJ: Vozes 1989.

----- (Org.). **Uma Foice Longe da Terra: a repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.

GRZRYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis/RJ: Vozes/Fase, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho A & JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

GUIVANT, Julia Silvia. **A Agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais.** In. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais.* São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 1995.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia: Uma reflexão política.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

----- **A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1981.

----- **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1986.

----- **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1987.

JEAN, Bruno. **A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna.** In.: Cadernos de Sociologia/Programa Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a Vida com os Outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais.** In.: GUARESCHI, Pedrinho A & JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. **O Impacto da Teoria das Representações Sociais.** In.: SPINK, Mary Jane. *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

LENIN, W. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANNHEIM, Karl . **Ideologia e Utopia;** Trad. de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

----- **Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

----- **Expropriação e Violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1991.

----- **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo, 1997.

----- **O Cativo da Terra.** São Paulo: Hucitec, 1990.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOS, Carlos Meira. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

----- **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

MÉLICA, Laerte Dorneles e JANSON, Maria do Carmo. **Encruzilhada Natalino**. Porto Alegre: Vozes/EST, 1982.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica**. In: Textos em Representações Sociais. GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 1995.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. Caderno CRH, 21 Salvador: Julho/Dezembro, 1994.

NASCIMENTO, Eloisa Winter. **Rumo da Terra - Rumo da Liberdade** (mimeo). Mestrado de Antropologia Social - UFSC, Florianópolis: 1985.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás: na trilha do saque**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas/SP: Papyrus, 1990.

PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... E ao Longe**. Editora da UFSC: Florianópolis, 1996.

PIRES, Mauro Oliveira. **A Trajetória do Conceito de Desenvolvimento Sustentável na Transição de Paradigmas**. In.: DUARTE, Laura Maria Goulart & BRAGA, Maria Lúcia de Santana. *Sociedade e Biodiversidade na Região dos Cerrados*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trad. Angelina Pereira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO, Maria Stela Grossi & SIQUEIRA, Deis Elucy. **A Pequena Produção no Brasil:**

entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In.: PORTO, Maria Stela Grossi (org.). *Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro: dimensões e olhares.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

PRADO, Caio Jr. **A Questão Agrária na Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

Revista Veja - **O Planalto foi ao Mato: o governo moderniza seus métodos e começa a colecionar vitórias na tentativa de resolver conflitos pela posse das terras:** maio, 1983.

RDM - **Revista dos Municípios do Centro-Oeste:** agosto, 1986.

SÁ, Celso Pereira. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria.** In.: SPINK, Mary Jane. *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** Trad. Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 a.

----- **Espaços, Tempos e Estratégias de Desenvolvimento.** Trad. Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

----- **Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, José Vicente dos. **A Geração da Recusa: O “Colono Retornado” do Projetos de Colonização da Amazônia.** In.: SANTOS, José Vicente dos (org.) *Revoluções Camponesas na América Latina.* São Paulo/Campinas: Ícone/Editora da Unicamp, 1985

----- **Lutas Agrárias e Cidadania.** In. *Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania.* E. J. Viola, I. Scherer, P. Krischke. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

----- **Matuchos: Exclusão e Luta. Do Sul para a Amazônia.** Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Vozes: Petrópolis, 1993.

----- **Movimentos Camponeses no Sul: produto e terra (1978 - 1981).** In.: Reforma Agrária - Boletim da ABRA - Boletim Brasileira de Reforma Agrária. Campinas. Vol. 12, n.º 03, maio - junho: 1982.

SAWAIA, Bader Burilhan. **Representações e Ideologia: o encontro desfeticizador.** In.: SPINK, Mary Jane. *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHAEFER, José Renato. **As Migrações Rurais e Implicações Pastorais: um estudo da migrações campo-campo do Sul do país em direção ao Norte do Mato Grosso.** São Paulo: Loyola, 1985.

SCHALLENBERGER, Erneldo & COLOGNESE, Sílvio Antonio. **Migração e Comunidades Cristãs: o modo-de-ser evangélicos luterano no Oeste do Paraná.** Toledo/ PR: EDT, 1994.

----- & HARTMANN, Hélio Roque. **Nova Terra, Novos Rumos. A experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa.** Barcelos Livreiro e Editor: Santa Rosa -RS, 1981.

SCHERER-WARREN, Ilse. **ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 1995.

----- **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** Brasiliense: São Paulo, 1982.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** Brasiliense: São Paulo, 1990.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Zahar, 1982.

SPINK, Mary Jane (Org.). **O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

----- **Desvendando as Teorias Implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais.** In.: GUARESCHI, Pedrinho A & JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

----- **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina.** Trad. Iraci D. Poletti. São Paulo: Trajetória Cultural; [Campinas, SP]: Editora da Universidade de Campinas, 1989.

WAGNER, Carlos. **A Saga do João Sem Terra.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

----- **Brasiguaios: homens sem pátria.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1989.

----- . **Conceitos Básicos de Sociologia**. Trad. Gerard Georges Delaunay e Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1987.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

VEIGA, José Eli da Veiga. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma visão histórica**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/HUCITEC, 1991.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. *Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL - Difusão Editorial S.A, 1974.

VIEIRA, Paulo Freire. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento**. In. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 1995.